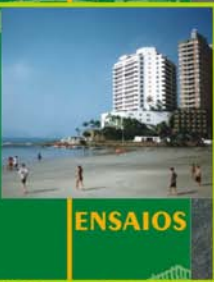


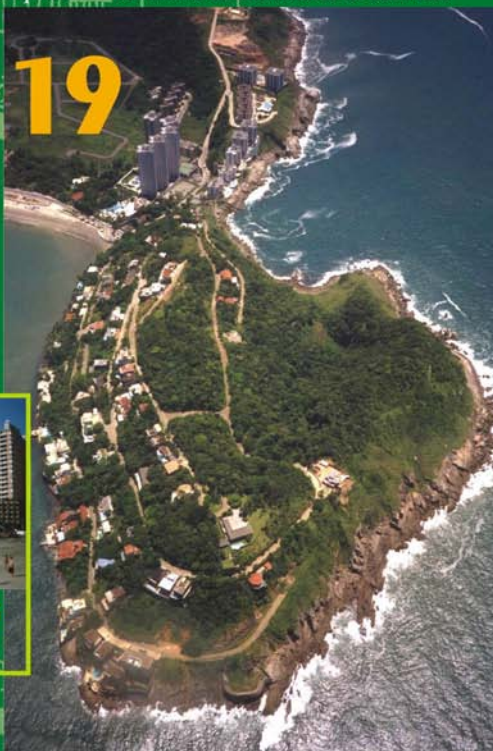
PAISAGEM AMBIENTE

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

19



ENSAIOS



Universidade de São Paulo

Reitor: José Adolpho Melfi

Vice-Reitor: Hélio Nogueira da Cruz

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Diretor: Ricardo Toledo Silva

Vice-Diretora: Maria Angela Faggin Pereira Leite

Paisagem e Ambiente: ensaios

ISSN 0104-6098

N. 19, 2004

Publicação anual da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo /
Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente (GDPA) do Departamento de Projeto

Editor Responsável

Silvio Soares Macedo

Comissão Editorial

Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima

Euler Sandeville Júnior

Fany Cutcher Galender

Helena Napoleon Degreas

Maria Angela Faggin Pereira Leite

Silvio Soares Macedo

Conselho Editorial

Ângelo Serpa (UFBA)

Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima (USP)

Eugenio Fernandes Queiroga (USP)

Euler Sandeville Júnior (USP)

Fábio Mariz Gonçalves (USP)

Fábio Robba (Arquiteto paisagista, doutorando FAUUSP)

Fany Cutcher Galender (Arquiteta paisagista, DEPAVE / PMSP)

Helena Napoleon Degreas (UNIMARCO / BRÁS CUBAS)

Henrique Pessoa Filho (Politecnico di Milano / Itália)

Klara Anna Kaiser Mori (USP)

Maria Angela Faggin Pereira Leite (USP)

Maria de Assunção Ribeiro Franco (USP)

Miranda M. E. Martinelli Magnoli (USP)

Paulo Renato Mesquita Pellegrino (USP)

Silvio Soares Macedo (USP)

Sônia Berjman (Universidad de Buenos Aires / UBA - Argentina)

Stael de Alvarenga Pereira Costa (UFMG)

Vera Regina Tângari (UFRJ)

Vicente de Paula Quintella Barcellos (UNB)

Vladimir Bartalini (USP)

Apoio Técnico

Lilian Aparecida Ducci e Silva

Periódico indexado na base Índice de Arquitetura Brasileira

Classificação CAPES/QUALIS: NACIONAL "A"

Registro CCN-COMUT n. 097067-0



CRENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO DO:
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP
COMISSÃO DE CRENCIAMENTO

712

Paisagem e ambiente: ensaios / Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. – n.1 (1986) – São Paulo : FAU, 1986–

Anual
n. 19 (2004)
ISSN 0104-6098

1. Arquitetura Paisagística 2. Planejamento Ambiental. I. Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. II. Título

Serviço de Biblioteca e Informação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Linha Editorial

A revista *Paisagem e Ambiente: Ensaios* é uma publicação anual da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), vinculada ao Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente (GDPA), à área de concentração Paisagem e Ambiente do Programa de Pós-graduação da FAUUSP, ao Laboratório da Paisagem (LAB PA) e ao Laboratório Paisagem, Arte e Cultura (LABPARC), voltada aos estudos do espaço livre e do ambiente.

Projeto Gráfico

André Luís Ferreira

Capa

Francine Gramacho Sakata

Diagramação

Sóstenes Pereira da Costa

Revisão

Ivanilda Soares da Silva
Margareth Artur

Tiragem: 1.500 exemplares

Data: 2004

Publicação

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente / Departamento de Projeto
Rua do Lago, 876 Cidade Universitária
Cep: 05508-900 São Paulo SP
Fone: (11) 3091-4544 e-mail: aup@usp.br

Projeto gráfico, diagramação e impressão

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
Laboratório de Programação Gráfica
Rua do Lago, 876 Cidade Universitária
Cep: 05508-900 São Paulo SP
Fone: (11) 3091-4528 e-mail: lpgfau@usp.br

Distribuição

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
Fundação para a Pesquisa Ambiental – FUPAM
Rua do Lago, 876 Cidade Universitária
Cep: 05508-900 São Paulo SP
Fone: (11) 3819-4999 e-mail: public@fupam.com.br

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
Assessoria a Eventos Culturais
Rua do Lago, 876 Cidade Universitária
Cep: 05508-900 São Paulo SP
Fone: (11) 3091-4801 e-mail: eventfau@edu.usp.br



CREDENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO DO:
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP
COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

EDITORIAL	05
DEPOIMENTO	
Depoimento: Arquiteto Luciano Fiaschi	07
<i>Luciano Frateschi – Interview</i>	
Prof. Dr. Silvio Soares Macedo e Arquiteta Fany Galender	
PATRIMÔNIO	
Jardins Históricos – Introduzindo a Questão	31
<i>Historical gardens</i>	
<i>Bruno Luiz Domingos De Angelis e Generoso De Angelis Neto</i>	
MEIO AMBIENTE	
Sustentabilidade da Urbanização em Áreas de Restinga: Uma Proposta de Avaliação Pós-Ocupação	49
<i>Urbanization Sustainability and Restinga´s Forest – A post occupation evaluation propose</i>	
<i>Werther Holzer, Jorge Crichyno e Alice Cabanelas Pires</i>	
HISTÓRIA	
Os Espaços Verdes na História do Recife	67
<i>Open spaces in Recife´s History</i>	
<i>Ana Rita Sá Carneiro, Aline de Figueirôa Silva e Pricylla Amorim Girão</i>	
Vegetação e Quintais da Casa Brasileira	83
<i>Vegetation in the courtyards of the brazilian house</i>	
<i>Guilherme Mazza Dourado</i>	

Sumário

PESQUISA

- Use of Large Open Spaces Resulted From Public-Private Negotiations in Osaka, Japan** 103

Rogério Akamine e Kunio Funahashi

PROJETO

- Paisagem em Movimento: O Parque André-Citroën em Paris** 137

Landscape in Motion: The André-Citroën Park in Paris

Angelo Serpa

- NORMAS PARA PUBLICAÇÃO** 163

Nota

O texto *Natureza e cultura: Paisagem, objetos e imagens*, de Maria Angela Faggin Pereira Leite, integrante da revista *Paisagem e Ambiente: ensaios*, n. 18, foi originalmente publicado no livro *Territórios: Usos e abusos*, organização de Maria Adélia de Souza, Editora Territorial, Campinas, 2004.

A abordagem da dimensão estética do projeto de paisagismo adquire novas formulações na sociedade contemporânea, com propostas arrojadas para o espaço livre urbano, tanto na esfera pública como na privada. Entendendo a arte como “o conjunto de atos pelos quais muda a forma, se transforma a matéria oferecida pela Natureza e pela Cultura”¹, a necessidade da invenção, do onírico e do poético surge com maior intensidade na atualidade, revalorizando o aspecto plástico que o espaço contém, sem, contudo, minimizar os aspectos funcional, ambiental, social ou cultural a serem contemplados.

Tanto sob o aspecto da inserção da obra de arte na paisagem, como a partir da postura que agrega às intervenções urbanas nova ênfase ao conjunto proposto como objeto artístico, variadas manifestações no exterior e na produção nacional começam a despontar, sinalizando novas possibilidades, pautadas pela diversidade de posturas e resultados.

A composição espacial modela os terrenos, esculpe a água, insere elementos e volumes que instigam o usuário. A própria intervenção se converte em objeto único, de entretenimento e conhecimento, superando seus programas tradicionais, em grande parte voltados para a constituição de espaços livres destinados à recreação e à contemplação. Segundo Bernard Tschumi, autor do Parc de la Villette, em Paris, “o conceito de espaço verde se esgota perante a realidade do parque cultural”², pois este surge do contexto urbano que o acolhe, em oposição ao espaço livre imbuído de um papel mitigador das mazelas da grande cidade. Tais oportunidades oferecidas pelas propostas formais atuais retomam o caráter precípua da arquitetura, que seria o de dar forma aos espaços, aos volumes, aos objetos, dentro de uma situação histórica particular, porém, superando esta limitação quando emerge sua proposta artística em um grau tal que permita “a união do indivíduo com o todo”³.

Novos materiais que remetem a situações pouco usuais na história do paisagismo, como o aço corten, chapas de alumínio estampado, pedras em formatos e cortes inusitados e materiais reciclados já são amplamente utilizados, sugerindo outras contextualizações e, por que não, questionando princípios caros ao fazer paisagístico. A vegetação é manipulada como um elemento de criação espacial, revisando usos consagrados e reforçando o caráter plástico do espaço proposto, graças a uma grande liberdade expressiva. Lugares são criados de modo a refletir a realidade urbana contemporânea, denotando um processo de leitura compatível com a cidade atual, superando pressupostos conservadores a envolverem cotidianos pretéritos, e, principalmente, princípios arraigados que nortearam a relação do homem com a natureza.

Parques, praças, espaços livres corporativos e até mesmo jardins residenciais procuram revelar essa dimensão estética que abriga, simultaneamente, as novas formas de vida geradas pelas relações produtivas e sociais da pós-modernidade, sob a égide das profundas transformações as quais ocorrem na percepção espaço-tempo no final do século 20, e as novas demandas das populações urbanas, com sua permanente expectativa por locais de convívio, proximidade com os elementos “naturais” e desenvolvimento de

Editorial

atividades ao ar livre. O intento de transcender a busca recorrente pelo caráter bucólico e pitoresco insistentemente associado ao projeto do espaço livre, gera, a partir dessas releituras que visam entendimento dos mecanismos sociais em acelerada transformação, uma gama de produtos na qual a demanda humana pela arte torna-se acessível a todos os segmentos sociais.

Este número da revista *Paisagem e Ambiente: ensaios* traz o artigo de Angelo Serpa sobre o Parque André Citroën, corroborando nossa tese inicial, acerca das revisões das propostas sobre o espaço livre urbano, ante as premissas do momento histórico atual, destacando a entrevista com seu autor, o paisagista Gilles Clément, e discutindo a linguagem projetual que o mesmo adota em sua prática profissional.

Na seção História, dois artigos são apresentados, discutindo as transformações da paisagem brasileira em dois momentos distintos. A organização dos quintais domésticos revela, segundo Guilherme Mazza Dourado, o futuro dos espaços vegetados nas cidades brasileiras e a ação do colonizador nesse processo. Já Ana Rita Sá Carneiro, no artigo “Os espaços verdes na história do Recife”, apresenta-nos um estudo sobre a cobertura vegetal daquela cidade, para análise da construção de suas variadas paisagens, avaliando o processo sob uma perspectiva histórica, a partir da pesquisa Espaços livres do Recife .

A questão, que se coloca cada vez mais urgente entre nós, sobre a preservação de jardins históricos, é o objeto do texto elaborado por Bruno L. D. De Angelis e Generoso De Angelis Neto, expondo conceitos e tópicos para a abordagem do restauro e gestão desses espaços, diante de suas características peculiares, tanto no âmbito técnico como administrativo.

O trabalho elaborado por Rogério Akamine pesquisa a apropriação e desempenho dos espaços livres na cidade de Osaka (Japão), oriundos de operações urbanas efetivadas entre o poder público e a iniciativa privada, contribuindo para o conhecimento de outras experiências na área de políticas urbanas. Também no sentido de ampliar o debate sobre intervenções urbanas, o artigo “Sustentabilidade da urbanização em áreas de restinga: uma proposta de avaliação pós-ocupação” aborda a urbanização de áreas de restinga, de reconhecida fragilidade ambiental, discutindo suas possibilidades e especificidades.

Finalmente, mas com muita satisfação, destacamos a criação da seção Depoimentos, voltada para o registro da produção paisagística brasileira, realizado por meio de um ciclo de entrevistas com arquitetos e profissionais que atuam sobre o espaço livre. Iniciamos a série com a narrativa do arquiteto Luciano Fiaschi a relatar-nos sua experiência desde o final de sua graduação na FAUUSP, no final da década de 60, discorrendo sobre sua formação e atuação profissional ao longo destes últimos 30 anos e postura perante a atividade do arquiteto que constrói a paisagem.

Fany Galender

(1) BOSI, Alfredo. *Reflexões sobre a arte*. São Paulo: Ática, 1989.

(2) FISCHER, Ernst. *A necessidade da arte*. São Paulo: Zahar, 1978, 2 ed.

(3) LE DANTEC, Jean-Pierre. *Jardins et paysages*. Paris: Larousse, 1996.

DEPOIMENTO: ARQUITETO LUCIANO FIASCHI

Entrevistadores:

Prof. Dr. Silvio Soares Macedo
Arquiteta Fany Galender

Transcrição:

Demétrius Borges dos S. G. de Araujo

Edição do depoimento:

Arquiteta Fany Galender
Arquiteta Ms. Solange Moura Lima Aragão
Demétrius Borges dos S. G. de Araujo



DEPOIMENTO

RESUMO

Iniciando a série “Ciclo de Depoimentos”, organizado pelo projeto de pesquisa – Projeto Quapá – do Laboratório da Paisagem da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, que visa ao registro da produção paisagística brasileira, foi realizada a entrevista com o arquiteto Luciano Fiaschi, formado pela FAUUSP em 1968, o qual desenvolve projetos paisagísticos em escritório próprio desde 1973, em São Paulo.

Ocupou a presidência da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP) entre 1985 e 1986.

Dedica-se à prática profissional tanto na esfera pública quanto privada, o que lhe garante um lugar de destaque no quadro da arquitetura paisagística nacional.

O texto que se segue é resultado da edição do material de gravação realizado no auditório da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), no dia 26 de novembro de 2003.

ABSTRACT

This is the first interview of a serie with the mais contemporary landscape architets from Brazil developed by Quapá, a research group that studies about Brazilian Contemporary Landscape Architecture.

The first interview focuses the work of Luciano Fiaschi, who did his studies in Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) – 1968. He has his own office in São Paulo since 1973, where develops works to private companies government, like parks, gardens and public squares.

The interview took place in the auditorium of FAUUSP, Cidade Universitária, november 26th, 2003.

DEPOIMENTO: ARQUITETO LUCIANO FIASCHI

Eu queria agradecer a oportunidade de inaugurar este ciclo de debates do Projeto Quapá e dar os parabéns ao projeto. Acho preciosa essa contribuição que o Projeto Quapá está fazendo na área paisagística do Brasil – desde o levantamento dos projetos, o acervo de fotos e a documentação relativa ao paisagismo – sinto-me muito orgulhoso de inaugurar essa série de depoimentos gravados.

Vou falar um pouco sobre meu percurso profissional. Na realidade, durante o período em que fui aluno na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo não sabia exatamente o que queria fazer. A FAU atualmente chegou a um ponto em que está um pouco acima da arquitetura, e os alunos se sentem um pouco desprestigiados em ter de fazer projetos de arquitetura. Vejo pelo pessoal que estagia no escritório. Como é difícil colocar o pé desse pessoal no chão e dizer “não”, que projeto é “isso” e arquiteto faz projeto.

Sentia-me bastante perdido e iniciei minha carreira profissional mais como arquiteto de edificação do que arquiteto paisagista. Eu tinha sido aluno do Roberto Coelho Cardozo, gostava bastante dos exercícios práticos dele, mas talvez não entendesse muito bem o que ele queria transmitir com aqueles exercícios, com as aulas e as palestras que fazia. Mas acho que isso era muito mais pelo fato de não estar preparado para fazer perguntas. Acho que a gente tem de estar preparado para aprender; e só comecei a entender as aulas do Cardozo e a ver como elas eram boas depois que comecei a minha prática profissional. Demorou bastante para “cair a ficha”. E isso não só na área de arquitetura paisagística, mas em todas as áreas.

Lembro-me também dos trabalhos que fazíamos com Renina Katz e com Flávio Império. A gente colava quadradinhos pretos, brancos e cinzas sobre o fundo, sem saber muito bem para quê estávamos fazendo aquilo. Podíamos até ser eficientes, fazer umas coisas agradáveis, bonitas e simpáticas, mas não sabíamos de que forma aquilo estaria contribuindo para nossa formação profissional. Eu não sei se isso é uma coisa minha, ou se é uma coisa geral, que acontece com todos.

Por volta do segundo ano da FAU, comecei a fazer estágios em escritórios de arquitetura. Trabalhei, inicialmente, no escritório do arquiteto Wilson Gottardi e, depois, passei para o escritório do arquiteto Gregório Zolko, fazendo estágio na hora do almoço e de noite. Naquela ocasião, raramente os estagiários eram remunerados. Eu fazia estágio não-remunerado.



Foto 1: Cardozo (à direita) em companhia do casal Mônica e Gregório Zolko – 1974

No escritório do Zolko, comecei a aprender a desenhar. Eu tinha como colega, também estagiário, o arquiteto Marcos de Souza Dias, que havia trabalhado com o arquiteto Zoltan Dudus, que, por sua vez, havia trabalhado com o Oswaldo Bratke. Ele trazia toda aquela tradição do desenho a lápis, um desenho muito bacana, um desenho técnico muito eficiente. Quem conhece os desenhos do Oswaldo Bratke sabe que ele é um ótimo desenhista e, na parte do desenho técnico, também. O Dudus também era um desenhista incrível.

Comecei a aprender a desenhar com o Marcos de Souza Dias. Posteriormente, levado pelo próprio, fui trabalhar no escritório do Roberto Coelho Cardozo. Na ocasião, o escritório era composto por dois arquitetos: o Antônio Augusto Antunes Neto, que também era professor aqui da FAU, e o Marcos de Souza Dias, recém-formado – além do Cardozo, que era uma pessoa de arquitetura paisagística e vinha de uma formação junto ao escritório do (Garrett) Eckbo, nos Estados Unidos.

Fazendo um parêntese para explicar a trajetória do Cardozo, ele veio para o Brasil, não sei exatamente quando, com sua esposa. Ele era norte-americano, de origem portuguesa, e sua esposa, Susan Osborn, também trabalhava com arquitetura paisagística. A Suzan pertencia a uma família americana tradicional da Califórnia. Ambos trabalharam com o Garrett Eckbo nos Estados Unidos e vieram para o Brasil com uma carta de recomendação dirigida a (Roberto) Burle Marx, e instalaram-se no escritório dele, no qual começaram suas carreiras profissionais aqui no Brasil. Ficaram pouco tempo lá. Depois, mudaram-se para São Paulo, também com uma carta de apresentação do Eckbo dirigida ao professor (João Batista Vilanova) Artigas. O Cardozo veio

para a FAU; a Susan teve uma atuação bastante boa junto a revistas do tipo *Arquitetura e Construção*. Na época, acho que só existia a revista *Cláudia* fazendo artigos e reportagens sobre projetos de arquitetura paisagística. Ela teve uma atuação menor do que ele na área de projeto, mas fez coisas muito interessantes.

Cheguei no escritório do Cardozo em 1967/68, ainda como estudante de arquitetura, mais para trabalhar com os arquitetos do escritório. Na realidade, tive pouco trabalho direto com o Cardozo. Ele não tinha uma equipe; trabalhava praticamente sozinho. Projetava e desenhava seus projetos com uma qualidade de desenho muito boa. Eram desenhos que não passavam por uma etapa de croquis ou rabisco; saíam direto já como projetos executivos. Era uma coisa impressionante. Realmente fiquei muito impressionado e transformei-me em um desenhista muito bom, muito eficiente. Na época, o escritório estava projetando a Praça Roosevelt. Desenhei aquelas “duzentas” pranchas duas vezes, porque no meio do projeto – os originais ficavam no escritório do Figueiredo Ferraz – o escritório pegou fogo e queimou tudo. Desenhei tudo de novo e tornei-me ótimo desenhista. Desenhava tudo a lápis. Realmente, eu era ótimo. Tanto que, depois que me formei, passei a ser sócio do escritório. Deixei de ser desenhista e passei a ganhar muito menos do que ganhava como desenhista, porque eu realmente era importante para tocar os desenhos do escritório. Com o tempo, cheguei a ajudar o Cardozo com alguns desenhos, a finalizar alguns deles.

É preciso falar um pouco da FAU nos anos 60 e 70. Essa idéia, que foi passada para cá, de um ateliê único, e que agora não funciona muito, porque as turmas são muito grandes – cada turma tem 150 alunos – na época funcionava muito bem, porque você circulava por todos seus colegas de todos os anos e via o trabalho que todo mundo estava fazendo. A FAU inteira tinha 100 ou 120 alunos. Por outro lado, você trabalhava em uma prancheta e o professor passava por sua prancheta duas ou três vezes por dia. E o Antunes era uma pessoa simpaticíssima, de um desenho muito livre, muito solto. Ele sentava à sua mesa e ajudava-o a desenhar; colocava cor em seu desenho. Era uma coisa muito entusiasmante. Não cheguei a presenciar isso, mas em algumas turmas os projetos eram passados do seguinte modo: “Hoje vamos fazer o projeto de uma capela. Vocês têm quatro horas para fazer o projeto”. Os desenhos eram produzidos naquelas quatro horas e depois colados na parede; discutia-se desenho por desenho.

As turmas eram de 40 alunos – a minha turma foi, excepcionalmente, de 70 alunos, porque, naquele ano, baixou uma portaria na qual todos que tivessem conseguido uma nota acima de cinco (5) no vestibular ingressariam nas faculdades. O Antunes era um cara “boa praça”, e em julho do primeiro ano, ele levou a turma inteira para a Bahia. Bom lembrar que, naquela época, a FAU tinha um ônibus e a gente entrava no ônibus e ia para a Bahia, Brasília, Ouro

Preto. Além disso, todos os fins de semana, alguns professores levavam-nos para ver suas obras. Era um grupinho pequeno. Conhecíamos os colegas, as mães, os pais, os irmãos, as tias. Conhecíamos todo mundo.

No escritório, o ambiente era bastante agradável. O Antunes também era uma pessoa que colocava sempre tudo para cima; o Cardozo era uma pessoa fechada em si mesma, trabalhava praticamente sozinho em sua prancheta. Quando havia alguma comemoração, o escritório todo se mobilizava para organizar uma festa. As festas na casa do Cardozo eram muito bem produzidas e era a gente que fazia. A gente parava o escritório para fazer uma festa e fazíamos várias. Era muito gostoso.

Eu tinha pouco contato com obra. Na verdade, eu era um elemento de escritório. O Cardozo ficou no escritório até 1971 e depois se mudou para a Inglaterra. Estou dizendo isso porque, só no último ano em que o Cardozo esteve no escritório, vi alguma obra com ele e fui convidado a fazer um banco – o desenho de um banco em um dos projetos. Quebrei muito a cabeça com isso. Foi muito prazeroso fazer um projeto dentro de um projeto, e fui ver o banco executado, e gostei do resultado. Comecei a entender o desenho do Cardozo, que era de uma construção geométrica muito requintada. Naquela época, eu era recém-formado, e era difícil entender que aquilo resultava em uma obra, e pude começar a perceber isso na medida em que fui visitar suas obras e perceber a eficiência daquela geometria. E o Cardozo foi, muitas vezes, criticado por essa construção geométrica rigorosa. Lembro-me dele dizendo que os projetos do Burle Marx também tinham uma geometria rigorosa na construção. É uma outra geometria, mas é também de uma construção elaborada e rigorosa. Mesmo a construção de coisas muito orgânicas passa por uma geometria elaborada. A elaboração é responsável para o sucesso do resultado final.

Por outro lado, quando o Cardozo comunicou sua decisão de mudar-se para Londres, ele começou a preparar o material para levar para a Inglaterra e um outro rapaz e eu trabalhamos nisso, transformando os desenhos técnicos em desenhos mais expressivos, mais elaborados. Fiz questão de conhecer as obras para as quais estava fazendo os desenhos; principalmente, para poder inserir a vegetação nesses desenhos, porque os projetos de plantação do Cardozo eram de volumetria. Eles tinham a especificação de plantas, não em sua totalidade, mas apenas dos elementos dominantes, estruturadores do espaço e, muitas vezes, essa vegetação era mudada na obra. Ele fazia um acompanhamento rigoroso, não só em relação às plantas, mas também em relação à parte construída. Ele tinha seus canteiros prediletos – canteiros profissionais da pedra – e os carpinteiros com quem gostava de trabalhar. Tinha um acompanhamento bastante presente na obra, mesmo na parte de vegetação. Ele saía com o cliente muitas vezes para comprar as plantas.

Foto 2: Banco executado a partir de desenho de Luciano Fiaschi



Arquivo arquiteto Luciano Fiaschi

Muita gente dizia que o Cardozo não tinha um domínio grande sobre a vegetação. E não é isso! Acho que o entendimento que ele tinha da vegetação era diferente do que o Burle Marx tinha. É lógico, o Burle Marx era um “botânico” e conhecia tudo sobre as plantas. Mas o Cardozo tinha uma formação de horticultura – seu pai teve um viveiro nos Estados Unidos. Ele sabia transformar uma planta. Se ele especificava uma jabuticabeira para um determinado lugar, que deveria ter uma forma preestabelecida, ele mexia na jabuticabeira para que ela ficasse com essa forma. Ele pendurava pesos, encaixava tábuas entre os ramos para que ela apresentasse uma forma mais aberta, e também tinha o hábito, muitas vezes, de plantar três árvores em uma mesma cova para que atingissem uma forma inusitada, uma forma diferente. Ele utilizava bastante o adensamento, a aproximação de plantas para conseguir determinados efeitos de transparência e de formação de galharia.

Em certa ocasião, ele tinha ido para Londres, voltou, e esteve na casa do Antunes, na Granja Viana... O Antunes tinha uma glicínia que circundava toda a varanda e o Cardozo se propôs a podar a glicínia. Então, ele tirou toda a glicínia da varanda, deitou-a no chão e tentou explicar o que fazia: “*Eu conto um, dois, três e podar*”; “*Um, dois, três e pá*”. Conseguiu uma forma completamente diferente, valorizando os troncos, a ramificação mais antiga e propiciando a formação de uma ramificação nova. A glicínia ficou com uma forma incrível, dobrou a floração. Isso é uma coisa de conhecimento mesmo, do manejo da planta. Não adianta explicar como ele fez. Era “1, 2, 3, pá”; “1, 2, 3, pá”. Tentei fazer isso e não consegui. Deu pra trás, deu cupim.

Mas ele entendia muito bem esse negócio de planta e fazia bolas de papel para encaixar entre a galharia; plantar uma árvore de três metros de altura

e podar rente ao chão para que ela formasse uma ramificação diferente; plantar bambus completamente inclinados para que os brotos novos nascessem eretos. Cardozo tinha muito esse domínio de como plantar e ele ficava ali, junto ao jardineiro, acompanhando o projeto até o fim – lógico que dependendo da escala. Naturalmente, ele está com bastante idade agora, ele pega um ou dois projetos e vai morar na obra; passa de cinco a seis meses na obra, faz todas as compras e acompanha praticamente toda a montagem do jardim.

Mas eu estava dizendo que, realmente, não tive um trabalho tão próximo, a não ser o tal banquinho. Um pouco antes de viajar, ele estava enrolando um cliente que queria, a todo custo, que ele fizesse o projeto, e quando ele viu que já não dava mais, passou o projeto para mim. E eu disse: “Olha... Não sei”. Ele disse que eu era capaz. “Então, você fica com o compromisso de corrigir meu projeto. Vou mandar o projeto via correio para a Inglaterra e você verifica, comenta”. E na realidade, não voltou nenhum comentário. Saiu o que saiu. Eu já estava sabendo empregar aquelas curvas e retas. Aquelas coisas todas eu sabia fazer. Não sabia o que acontecia com tudo aquilo, mas tive tempo de implantar e ver o que acontecia. Não sabia muito sobre vegetação, porque, mesmo aqui no curso da FAU, jamais se falou nome de planta. Mas tive um tempinho, entre o anteprojeto e o projeto de plantação da obra, para pesquisar um pouco. Eu já estava fazendo isso com outro arquiteto, Paulo Del Picchia, que foi meu colega de turma e também trabalhava na área de arquitetura paisagística, ambos assessorados por um agrônomo que trabalhava com o Cardozo, Eduardo Haberland, com quem até hoje trabalho.

Nessa época, não existia livro nenhum. Existia aquela coisa, a *Exótica*, um horror. Existia o “livrinho” do (Harry) Blossfeld, que ensinava a misturar o ipê-amarelo com a petrea roxa – que ficava muito legal. Não sei se era a melhor coisa que existia. Ele descrevia a planta, mas não havia fotografia. Então, a gente saía fotografando, tentando identificar, perguntando para as pessoas como é que se chamava isso, como é que se chamava aquilo e fazendo um pequeno fichário de plantas. E, com esse vocabulário de 20, 30 plantas, consegui montar um jardim.

Mais tarde, fiz alguns cursos, comecei a fazer excursões com o pessoal da biologia, com o Leopoldo Coutinho, com a Nanuza (Menezes), com o João Semir, da Unicamp; fiz excursões para a Serra do Cipó e para regiões do cerrado. Chegamos a montar algumas excursões, já pela ABAP, para a Ilha do Bananal, Pantanal do Mato Grosso, etc. e fomos aprendendo com as discussões e as visitas técnicas. Fiz muitas visitas a viveiros; fiz um curso de taxonomia de Fanerógamos. Se eu contar, ninguém sabe o que é isso. Eu também não sabia, por isso fui fazer. Fiz também cursos de morfologia e fisiologia vegetal na Biologia da USP por indicação da Nanuza, com quem

já tinha feito algumas viagens. Não foram muito úteis. Eram uns exercícios bonitos em que você seccionava o ovário, contava o número de estames, o número de pétalas e descobria, enfim, qual era a família. Quando eu via a flor, já sabia qual era a família. Eu fazia o caminho inverso e acertava sempre, mas eu enganava. Fazia o curso com a Vera Severo e a gente abalava, porque acertávamos tudo. A gente já conhecia tudo na realidade, mas foi muito bacana essa observação científica da planta.

E comecei a aprender sobre plantas assim, e uma coisa que percebi, e que inclusive ouvi do Burle Marx em uma de suas palestras, é que “*nos primeiros projetos, você usa tudo o que conhece e tudo que gosta... Você descobre o nome botânico da planta e acha que conhece a planta...*”. E eu era assim também. Fazia erros bárbaros. Quando conheci a *Spathodea campanulata* – que não é uma beleza de árvore, encantei-me com a sonoridade do nome da planta e usei-a muito. O engraçado é que conheço muitas pessoas que usam essa planta, porque acham o nome sonoro. Cheguei a usar grupos de quatro ou cinco em residências de lotes urbanos. Elas arrebertaram o piso.

Outra planta que usei muito, a *Schefflera*, introduzida por volta de 1970, era como hoje o *Ficus benjamina*, que todo mundo acha que é uma planta de vaso, e é uma árvore enorme, imensa. O pessoal põe em um vaso. Daí, enjoo do vaso e coloca no chão, junto à parede. Ela cresce e derruba a casa. Eu também, depois de muito tempo, descobri que era uma árvore. Muito pouca gente já viu a *Schefflera* como uma árvore, com copa, esgalhada. Isso eu vi no exterior. Acho que tem uma no Parque da Água Branca muito antiga.

Estou há 30 anos na profissão e vejo as minhas coisas de 30 anos atrás e algumas são catastróficas mesmo... Estou corrigindo muita coisa, porque tem muito disso, você vê a foto, sabe o nome, e acha que sabe tudo da planta, e não é bem assim. Hoje, tenho muita cautela em introduzir em meus projetos espécies recém-lançadas. Por exemplo, agora que saiu o tal do *Bambu mossô*, quando o cliente fala que quer uma coisa bem *clean*, já sei que ele quer o *Bambu mossô*. Aquilo cresce, alastra-se. Uma muda, daqui a 20 anos, estará ocupando quase um hectare. Esse tipo de conhecimento a gente precisa ter. Quando uma espécie é introduzida, é usada descaradamente.

Vou falar um pouco de como comecei a depurar, a dominar a escala do projeto: a conhecer a geometria, construir coisas bem estruturadas, procurar um desenho agradável. É muito comum você construir um piso de linhas diagonais e achar que essas linhas conseguem amarrar um muro de arrimo que está lá no fundo. No desenho, essas coisas ficam amarradas, mas, efetivamente, não estão amarradas, não chegam a configurar espaços e acho que esse foi o aprendizado mais lento que tive: o conhecimento da escala; até que ponto você pode elaborar um detalhe, até que ponto você não deve elaborar esse detalhe; o que é o projeto pequeno dentro do projeto grande;

e isso tive a oportunidade de ver em meus projetos implantados e também nos projetos do Cardozo, ao visitá-los. Cheguei a ver muitos projetos, a fotografar, a ver o Cardozo explicar esses projetos para o “Benê” (Benedito Abbud).

O Benedito Abbud fez o Trabalho de Graduação Interdisciplinar (TGI) sobre o Cardozo e o acompanhei nas entrevistas, em que ouvi coisas muitas interessantes: *“Cardozo, por que ali você plantou três grupos de três palmeiras?” “Por que elas foram plantadas juntas?”* Isso resultou naturalmente em uma curvatura no caule das palmeiras. *“Então, por que você fez isso?”*. O Cardozo explicava que, da sala, não se via a piscina. *“A piscina está bastante longe de propósito. O gramado é que é importante. A piscina está lá longe e você, sentado, não vê a piscina”*. Para quem conhece os desenhos do Eckbo, a piscina é formada por aquelas duas curvas truncadas, e as palmeiras são uma referência ao desenho da piscina. Você não vê as linhas curvas da piscina, mas vê a curvatura das palmeiras. *“Por que você ‘quebrou’ o caminho e plantou uma jabuticabeira aqui nessa quebra do caminho?”* E aí tinha umas explicações muito boas. O Cardozo chegou a escrever sobre a luz no projeto, nos espaços abertos: *“Você anda mais rápido nas áreas iluminadas e mais lentamente nas áreas não-iluminadas. Se você está percorrendo este caminho você tem duas quebras – em uma delas está a jabuticabeira. Primeiro você tem uma dimensão do quanto você está andando. Vamos supor que o caminho tenha 100 metros, sendo 30 metros até a jabuticabeira. Você andarรก primeiro os 30 metros, e depois os 70 metros, porque aquela jabuticabeira é uma ruptura em seu trajeto. A mudança de luz também é uma ruptura em seu trajeto. Você sai do sol pleno e dirige-se para a sombra da jabuticabeira. Você quebra de novo sua velocidade até a jabuticabeira e, além disso, o piso na jabuticabeira é outro. Em um piso liso, você anda mais rápido; em um piso rugoso, você anda mais devagar. Por outro lado, esta jabuticabeira é um ponto focal, para onde você se dirige e aquela quebra prepara você para um outro percurso onde se desfruta de uma outra maneira caminhar”*. Essas coisas todas você não lê no desenho.

Em uma das ocasiões em que o Cardozo veio para São Paulo, eu o levei a trabalhos que tinha feito e ele me falou uma coisa que não entendi: *“Olha que muro bonito! Mas está muito rápido”*. E era exatamente assim: você corria a vista pelo muro e ele acabava mesmo muito rápido; precisava de alguma coisa que possibilitasse uma visão pausada do muro. É curioso dizer que as aulas do Cardozo aqui na FAU eram assim. Era: *“muito rápido”, “está furando”* ou *“não está furando”* – ninguém entendia nada. Acho que só depois que começa a trabalhar é que você entende o que é um furo: *“sua vista fura”, “sua vista não fura”*. Quando você começa a projetar, a passar por algumas dificuldades, você começa a entender aquele negócio que ouviu há dez anos.

Nas vezes em que fui para Londres, o Cardozo chegava em casa à noite e me dava aulas. A gente se enchia de capotes e saía de casa – eu, ele e um cachorrão. Quem escolhia o caminho era o cachorro e ele arrastava a gente.

O Cardozo ia falando das relações espaciais da cidade, das atitudes do inglês e como a luz trabalha sobre determinadas coisas, e traçando paralelos: *“Isso os ingleses adoram fazer. Os franceses falam assim (movimentando as mãos), porque na França tem mais luz e ele faz assim (gesticulando) e a luz brilha na mão. O inglês jamais faz assim, o inglês é mais uma coisa de textura – você vê pelas esculturas do Moore. As mulheres italianas são redondas, peitudas, ‘bundudas’, porque aquilo funciona na luz e as inglesas não, elas têm a pele toda bonitinha, um cabelo liso, porque isso funciona na luz difusa da Inglaterra”*. Não sei se é isso, mas o gótico é incrível na Inglaterra, de silhuetas, onde o barroco nunca foi legal. Acho que tem uma certa lógica, e foi muito bacana ouvir isso.

Naquele momento, entendi tudo aquilo que não havia entendido na FAU e em meus primeiros trabalhos – e acho que fui me encaminhando de uma maneira diferente. Continuei a usar o mesmo tipo de desenho, a mesma geometria elaborada, mas já com naturalidade, entendendo aquilo espacialmente, inclusive a vegetação, como um material de construção, de estruturação do espaço e não como um enfeite. Em meu trabalho, toda a cor ficou muito para trás. Acho que vim aprender a usar um pouco de cor vendo os trabalhos do Burle Marx, que eu achava uma coisa periquitíssima, mas não é.

Demorei a aproximar-me dos trabalhos do Burle Marx e a sentir as mesmas qualidades espaciais que sentia nos trabalhos do Cardozo. Fomos conhecê-lo, e ver seus trabalhos. Eu, particularmente, acho que os trabalhos de Burle Marx aqui em São Paulo são pouco significativos. São mais significativos os trabalhos do Rio de Janeiro, de Teresópolis, de Petrópolis e as intervenções urbanas no Rio. Comecei a perceber algo que jamais tinha percebido, uma coisa abstrata: como ele entendia bem a grande escala e o espaço que se constrói.

Quanto à minha formação, aprendi por meio do trabalho com as pessoas. Acho que muito recentemente, mas muito recentemente, há 15 quinze anos, comecei a interessar-me pelos trabalhos do Eckbo e do (Lawrence) Halprin. Minha referência era só o Cardozo, depois o Burle Marx.

Conheci a Rosa (Kliass) e o (Fernando) Chacel no dia em que fui convocado para uma reunião para que se instituisse a Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP). Sou sócio-fundador da ABAP e, durante todas as gestões, menos na última e na penúltima, estive envolvido com a diretoria ou em algum trabalho.

Trabalhei com a Suely Suchodolsky, que era minha contemporânea e casada com meu sócio. Fizemos alguns trabalhos juntos. Dei aula durante um ano no Mackenzie, com a Suely Suchodolsky. Demos seis meses de aula e, no sexto mês, eu já sabia que não queria continuar. Agüentei até o fim do ano. Conheci a Eleonora (Seligmann) e a Vera Ilse (Monteiro da Cruz) na época em que trabalhava comigo a Satiko Mascaro, a qual atualmente não trabalha

mais com paisagismo. Em uma ocasião, fizemos uma equipe e trabalhamos junto: eu, Vera Ilse, Eleonora e a Satiko, para fazer projetos para o Ruy Othake. Conhecia o trabalho didático da Miranda (Magnoli). O Jamil (Kfourri) estava começando como eu. O Paulo Del Picchia foi trabalhar no Departamento de Parques e Áreas Verdes da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente de São Paulo (Depave).

Apoio-me mesmo no trabalho dos arquitetos. De vez em quando, descubro um arquiteto e fico encantado. O último deles foi o Carlo Scarpa, cujo trabalho adoro. Tento trazer as coisas que ele faz para o paisagismo. Conheço o trabalho do Barragán, do (Isamu) Noguchi e dos americanos por meio de livros. O Eckbo esteve aqui no Brasil e tive a oportunidade de conhecê-lo. Ele falava muito do Cardozo. Muita gente falava que meu trabalho parecia com o do Eckbo e eu falava: “Mas é?” Então, fui ver se era mesmo e, diretamente, não era; era via Cardozo.

Achei que seria um privilégio trabalhar com o Paul Friedberg. Trabalhamos juntos, Rosa e eu. Foi bacana conhecer o trabalho dele, embora não tenha sido legal trabalhar com ele.

Em 1987, já tinha uma experiência de trabalho com a Rosa e já tinha feito alguma coisa com o Benedito Abbud também.

O “Benê” começou estagiando no escritório e houve alguns momentos em que estive bastante apertado e cheguei a passar alguns trabalhos para ele. Fizemos outros juntos, mas aí já foi na KRAF (Kliass, Re, Abbud, Fiaschi Planejamento Ambiental Ltda.).

Fui chamado para trabalhar com a Rosa no Parque da Lagoa do Abaeté. Era a época em que estávamos trabalhando em relatórios de impacto ambiental, e nós, justamente, montamos a KRAF para fazer esse tipo de trabalho, de escala maior, que envolvesse problemas ambientais. Não deu certo, porque realmente queríamos fazer esses estudos de impacto ambiental bem-feitos, mas não somente como trabalho burocrático, de documentação junto aos órgãos públicos. Quando chegava um projeto para fazermos o relatório, exigíamos que aquele trabalho tivesse qualidade para que passasse bem na Secretaria do Meio Ambiente. O projeto chegava, a gente trabalhava com o autor do projeto para que fosse melhorado, que tivesse qualidade. A gente convencia o dono do empreendimento de que ele não poderia ter 200 lotes; que para ter qualidade, teria de ter 150 lotes. Isso voltava para o arquiteto, autor do projeto. Ele revia o projeto em cima de questões clássicas, como mapeamento da declividade, vegetação significativa... A gente chegou a formar um grupo de consultores excelentes, com geógrafos, geólogos, profissionais de sistema viário e transportes, recreação e turismo. É lógico que um trabalho desses demora. Primeiro, o cliente precisava concordar em perder os tais lotes e se convencer que teria um loteamento melhor.

Um dos primeiros trabalhos da KRAF foi o Panamby. Passaram-se dois anos e a gente estava pagando para concluir os trabalhos.

Chegamos a fazer estudos bem interessantes. Um deles era um trabalho de preservação do potencial turístico de três cidades de Santa Catarina, no Vale do Rio Negro: Rio Negrinho, São Bento do Sul e Vista Alegre, ou coisa assim. Rio Negrinho produzia móveis em estilo rústico; São Bento do Sul tem fábricas de porcelana. São cidades que não necessitam do turismo, mas têm um grande potencial para isso. Têm matas de araucária, e um sistema de estradas do tempo da colonização alemã, com uma arquitetura alemã maravilhosa daquela época. Fizemos um trabalho de levantamento com uma equipe de Curitiba, a Aresta, com foto, plantas, cortes e fachadas de toda a arquitetura significativa da região. Havia cemitérios da época da colonização alemã. Um potencial incrível que precisava ser preservado. Fizemos um trabalho para mostrar esse potencial e, com os técnicos de recreação e turismo do Serviço Social do Comércio (SESC), decidir qual o tipo de turismo adequado para a região. Um turismo regional? Um turismo internacional? Aproveitamos o potencial industrial da região e sugerimos um turismo de eventos ligado à economia – produção industrial, feiras de gado, feiras de móveis e coisas assim. Foi um trabalho muito interessante, feito com representantes das três cidades. Fizemos também levantamentos de vegetação e de arquitetura e um estudo de acessibilidade. Havia equipe de demógrafos para ver como as populações iriam crescer. O trabalho foi feito para a SEDUMA, uma secretaria estadual de Santa Catarina que faz esses projetos e encaminha-os para as outras secretarias. Foram elaborados estudos de projetos dos núcleos centrais para aquelas cidades.

Rio Negrinho é uma cidade curiosíssima, na qual havia uma grande indústria moveleira. A cidade se formou ao redor dessa indústria, que faliu, foi demolida e formou um grande vazio, um “central park” na cidade. Esse trabalho serviu para resolver qual o destino daquela grande área: um parque. Elaboramos um estudo para mostrar o potencial daquela área não só como parque, mas como uma área institucional.

Eu aprendi muito com a Rosa, como pegar áreas e programas, destrinchar e chegar ao projeto. A Rosa sabe criar projeto onde não há projeto. Ela mostra para o cliente que é preciso fazer um projeto; inventa o projeto e o projeto faz sentido. Aprendi também o manejo do projeto, o trato com o cliente e a postura ética. Já vi a Rosa pegar um projeto importante, o cliente falar: “Ah, Rosa! Aqui você pega e faz assim”, e ela responder: “Ótimo! Você já sabe tudo. Eu te indico um bom desenhista e você faz junto com ele; porque eu não acho nada disso.” Depois que se tem 50 anos a gente tem o direito de ser ranzinza, de mandar o cliente “plantar batatas”.

O Parque do Abaeté foi um projeto realizado a partir de um convite que a Rosa recebeu de arquitetos baianos. Era um projeto complementar ao de arquitetura. A Rosa iniciou o projeto e fomos para a Bahia. Eu, particularmente, não gostava dos elementos arquitetônicos do projeto, mas conseguimos mudar um pouco o jeito dele.

A Lagoa do Abaeté era uma área que estava invadida por população de baixa, média e alta renda – dentro do parque tinha até casa com piscina. Então, o Antônio Carlos Magalhães falou: *“Derruba tudo! Põe todo mundo para fora!”* E pagou não o valor do terreno, mas o valor da construção. Marcava um dia: *“Você sai no dia quinze do mês que vem”*. Na data marcada, havia um caminhão para fazer a mudança na porta do morador. Foi de uma coragem muito grande. E precisava entrar com um projeto muito forte, não podia ser só um projeto para ajeitar as dunas, senão as pessoas iriam reclamar.

Essa área de interesse turístico no entorno da lagoa recebeu equipamentos pesados. Foi preciso alocar 300 baianas de acarajé, 300 vendedores de coco, porque você não podia tirar essa gente de lá. As próprias lavadeiras não poderiam mais lavar roupa, por causa do sabão, que contribuía para a poluição das águas. No entanto, foi permitido que elas continuassem a estender as roupas na lagoa, mas como não poderiam mais lavar a roupa lá, foi feita uma lavanderia pública para elas.

Eu já participei de vários projetos e sempre tem muita pressão. É a mãe de santo que faz seus despachos no terreno, é o jogador de futebol que passa a exigir um campo, uma sede, sanitários e mais vestiários. No Abaeté, trabalhava em um lugar no qual havia filas para negociar o valor dos imóveis e o pessoal, quando soube disso, começou a arrumar o muro da casa, porque eles ganhariam em cima das benfeitorias do terreno. Eles não começaram a demolir as casas, começaram a construir a toda para o governo pagar. Isso aconteceu no Pelourinho também. Foi um projeto implantado em tempo recorde. Não posso reclamar da implantação, tudo foi plantado, mas tudo foi destruído. Não houve uma continuidade; inaugurou direitinho, fez-se a festinha e tudo se acabou. É assim em todas as nossas praças e em todos os nossos parques. É assim sempre! O chafariz funcionou até o dia da inauguração. Há trabalhos muitos bem-executados, como o projeto da Rosa para a frente da Sala São Paulo – um trabalho de execução impecável. Está destruído. Recentemente, também, foi inaugurado o Parque de Juventude, com uma implantação impecável. É o primeiro parque que vejo com irrigação automática, iluminação em pés de árvores e árvores já plantadas com quatro, cinco metros de altura. Quanto tempo isso vai durar?

O Parque do Panamby nunca foi implantado de acordo com o projeto, foi parcialmente executado. O escritório do Burle Marx foi convidado pela KRAF para fazer o núcleo central, recuperando um projeto do próprio Burle Marx,



Foto 3: Perspectiva da proposta para a Lagoa do Abaeté. Desenho: Valandro Keating. Arquivo arquiteto Luciano Fiaschi

da década de 50. Esse núcleo foi melhor implantado. Fizemos o projeto da área de mata, do entorno, mas esse foi precariamente executado. Depois de um tempo, o Paul Friedberg, que veio para dar uma consultoria, disse que queria participar do projeto do parque. Delimitamos a área de parque e conseguimos manter toda a área de vegetação significativa e, dentro dessa área, preservamos o trabalho do Burle Marx. Até hoje, estamos fazendo trabalhos para o parque. Estamos fazendo um projeto para a área dos lagos e, com a Maria Cecília Gorski, projetos para os *playgrounds*.

Acho que foi o primeiro parque implantado e mantido pela iniciativa privada. O empreendedor conseguiu um contrato com a prefeitura para gerenciar o parque durante 20 anos, sendo ele quem sustenta o parque. Foi criada uma fundação, a Fundação Aron Birmann, para implantar o parque. Naturalmente, essa fundação precisou levantar verbas para a implantação.

Vocês sabem que não fomos Rosa e eu que fizemos bordaduras de pingo de ouro... A empresa que iniciou a implementação do projeto, a Lubeca, faliu no meio do caminho e implantou qualquer coisa. Não tinha iluminação, instalaram qualquer coisa; mudaram os pisos todos e trocaram os equipamentos. Além disso, houve uma pressão terrível do Depave: "Oh! Derrubou isto aqui, então, tem de plantar mais quinze!" E não tinha lugar para plantar,



Foto 4: Parque Burle Marx (Panambi) – área recuperada do projeto original de Burle Marx

Arquivo Quapá

porque era muito denso. Você traz qualquer coisa lá da mata e planta na área tal e sabe que está demais. No momento, estou reflorestando uma área, na qual é preciso plantar árvores de dois metros em um eucaliptal, sendo 70% espécies climaxes, como a peroba. Além de ser um absurdo plantar embaixo de eucalipto, não existe essa quantidade de plantas no mercado. Ou deixa o eucalipto, que é bonito, ou derruba e faz uma mata. O plano diretor para a região definiu, nos lotes dos edifícios, áreas *non aedificandi*. Foi um trabalho da KRAF, com o Jorge Wilhelm e o escritório do Gasperini (Gian Carlo). E isso é o mais importante: ter criado o parque que está lá, com o potencial que ele tem, mesmo sob pressões fortíssimas.

Em relação às áreas de proteção ambiental, estou trabalhando em um projeto residencial, em loteamento no Guarujá. Como os autores do projeto de loteamento não atenderam à legislação, fizeram um acordo com o Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (DPRN) e tiveram de comprar lotes para compensar. Eles permitem que você use apenas 30% de cada lote. Imagine o milionário que compra um terreno de 1.000 metros quadrados e só pode ocupar 300. Seu gramado, sua casa, sua piscina só podem ocupar 30% do lote. Impossível! Então, seu projeto tem de entrar no DPRN. Primeiro, chama-se o arquiteto: *“Tira a varanda e manda só a planta baixa; a piscina você diminui e junta à casa; e a garagem, que é para cinco carros, a gente diz que é só para um, e consegue-se chegar aos 30%”*. Faço um projeto paisagístico e um projeto para entrar no DPRN. O cliente faz uma negociação com o DPRN e constrói aquilo com o tempo. As entidades ambientais criam dificuldades e vendem facilidades.

Foto 5: Parque Burle
Marx (Panamby)
– Projeto KRAF



Arquivo Quapá

Estou encantado com o trabalho do Peter Walker e vejo alguns arquitetos fazendo aquelas fileiras de buxinho... Eu gosto, mas não é o que faço. É lógico que incorporo alguns elementos que servem de inspiração para meus projetos. Eu ainda vejo muito mais trabalhos de arquitetos do que de paisagistas.

Uma arquiteta de uma construtora perguntou-me se eu tinha experiência em jardins franceses. Falei que não tinha e não queria ter, que achava uma coisa horrível. Um outro colega foi lá e fez. Já houve cliente que me perguntou se eu fazia jardim em estilo colonial. “Faço!” Eu faço qualquer coisa e digo que é colonial. Eu já cheguei a fazer jardim para casa em estilo colonial e não existe jardim colonial. Já tive cliente que questionou: “Isso não é jardim colonial, mas ficou bem legal!” Então, eu disse: “Ótimo!”.

Quando o cliente é bacana, tudo bem, mas, quando é um chato, eu “chuto o pau da barraca”. O que acho muito legal e tenho feito é trabalhar com determinados arquitetos, como o Jorge Bonfim de Santo André – e o primeiro trabalho que fiz com ele, em 1971/72, com o Antunes, foi a casa do Pelé. Comecei a trabalhar com ele em projetos de edifícios residenciais, sendo chamado desde o primeiro traço. Nessa época, não existia guarita, não existia gradil, nem essas besteiras todas, como sala de massagem tailandesa. Nem piscina existia. A gente fazia jardim. Ele me deu a oportunidade de trabalhar com ele e até hoje trabalhamos juntos. Ele faz o primeiro estudo, discutimos em cima e eu conquisto áreas para o jardim. Ele já incorporou isso.

Com outros arquitetos mais recentes, em projetos residenciais, implanto a casa no lote e chego a trabalhar o projeto de arquitetura em seu aspecto volumétri-

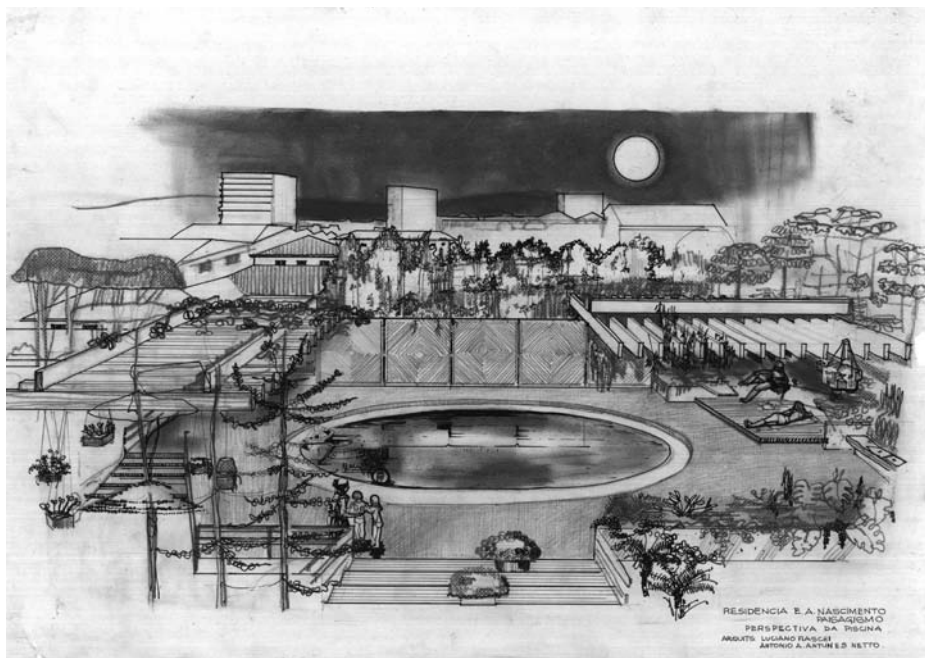


Foto 6: Detalhe da perspectiva do projeto para a residência de Edson Arantes do Nascimento ("Pelé") Projeto de Antonio Augusto Antunes e Luciano Fiaschi

co. Participo do trabalho que antecede o projeto de paisagismo propriamente dito com um estudo da volumetria da arquitetura no terreno. Há muita gente que não sabe projetar em terreno inclinado, então, modelo o terreno para essas obras. Gosto muito de dar consultoria a projetos que podem ou não ser realizados. Vejo que as pessoas têm dificuldade em ler a declividade do terreno e, muitas vezes, transformo completamente os projetos.

Acompanho, freqüentemente, as obras. E isso é importante. O fato de estar na obra não garante que ela dê certo. Tenho obras em Criciúma, no sul de Santa Catarina. Eu ia de avião até Florianópolis e viajava quatro horas de carro para chegar lá e essas obras ficaram bem executadas. Acho fundamental, tanto acompanhar a obra como envolver o cliente; ensiná-lo a ler e a entender o projeto. Isso o Cardozo fazia muito bem e vários de seus clientes tornaram-se paisagistas – íam juntos comprar plantas, escolher o piso... O cliente ficava encantado. É importante envolver o cliente. Eu tenho projetos bem executados à distância, porque o cliente se envolveu. O cliente se empenhou. Quando o cliente entende, pode até trocar o material. Se for mudar a árvore, ele vai saber que tem de ser uma árvore redonda, de copa baixa, etc. Com o tempo, a gente vai aprendendo a reconhecer o cliente que merece e o que não merece o acompanhamento da obra.

Estou fazendo um condomínio em São José do Rio Preto muito sofisticado. Foi a primeira vez que fui submetido a um consultor de mídia – desses que falam que precisa ter isso, ter aquilo, ter não sei o que lá. Primeiro, ele não se encantou comigo, porque não estou na mídia e ele precisava de uma grife. Depois, ele me apresentou um projeto norte-americano já pronto que



Arquivo arquiteto Luciano Fiaschi

Foto 7: Residência Scatena. São Paulo



Arquivo arquiteto Luciano Fiaschi

Foto 8: Residência Maria da Graça Zillo. São Paulo



Foto 9: Conjunto
CETENCO Plaza.
São Paulo

Arquivo arquiteto Luciano Fiaschi

me recusei a desenvolver. Aí, ele olhou meu projeto e disse que estava muito bom, que eu era um artista, e complementou lamentando eu estar fora da mídia. Achei ótimo!

Desde que os térreos de edifícios residenciais viraram “Disneylândia” acabei ficando um pouco fora do mercado. Na realidade, tenho dois ou três clientes para quem trabalho e não me recuso a fazer o projeto do térreo. Os clientes que me procuram, como o pessoal de Santo André, têm um público certo – não precisam de uma grife.

Fiz prédios sem piscina e sem *playground*, somente com jardim, e ficaram muito bons. Mas agora tem a questão da segurança, que temos de atender, sem dúvida nenhuma. Aquela coisa pavorosa de trancar as pessoas antes delas entrarem é inevitável. Nesse ano que passou, tive a oportunidade de rever meu primeiro projeto de edifício residencial – que estou refazendo agora, depois de 30 anos, porque a construtora era ruim e a palmeira cresceu a tal ponto que estava rompendo a laje. É um conjunto de prédios de classe média e apareceu uma arquiteta dizendo: “Mas que falta de imaginação. Os prédios de hoje têm champagnerie. Eu vou trazer uns folhetos para você”. Disse a ela que conhecia muito bem os folhetos e não ganhava dinheiro para fazer aquilo. Eles não tinham nem dinheiro para trocar o piso, para que fazer esse tipo de coisa? Tenho feito poucos projetos para edifícios, pois têm um preço baixo e não é o que gosto de fazer. Por outro lado, coloco coisas que considero qualidade de alto padrão. Estou conseguindo trabalhar com a Isabel Ruas, introduzindo seus mosaicos em meus projetos. Talvez eu não use o mármore ou travertino romano, que são o padrão, mas consigo colocar a Isabel para fazer um bom trabalho e a Esther Stiller, para a luminotécnica. Acho isso muito mais chique.

Sou muito influenciado pelos bons artesãos. O Cardozo já tinha, na época, o Manoel Cabete, que foi o primeiro a empregar a ardósia em São Paulo; o primeiro a ir para Sete Lagoas buscar ardósia; o primeiro a ir para Pirinópolis buscar pedra-goiás de qualidade. Era um artesão da pedra. Quando você sabe que existe um profissional que faz bem seu trabalho, você começa a especificar o material e a ver suas possibilidades. Atualmente, estou com um profissional da região de Itu, que trabalha peças de granito rosado imensas e estou explorando as possibilidades desse material. Às vezes, conhecendo alguém que trabalha bem a madeira, a pedra, que é um profissional competente, você acaba usando mais esse material, propondo algo além, explorando, divertindo-se.

Agora, estou participando do novo projeto da avenida Paulista. Todo mundo sabe que tem muita propaganda, muita banca de jornal. E não dá para tirar. São compromissos assumidos pela prefeitura.

Na realidade, o projeto da avenida Paulista não é meu, é da Rosa. Estou dando uma consultoria; não estou projetando. Estou tendo a oportunidade de trabalhar pela primeira vez com o (João Carlos) Cauduro e com a Esther, com quem eu havia trabalhado. Sobre as possibilidades da Paulista, acho que iluminação é o ponto forte. O piso, de mosaico português, é um piso muito bom, que funciona. Temos de aprender a preservar o que é bom. A Paulista não precisa ter vegetação alguma. Por que ficar construindo floreiras, já que o subsolo da Paulista não permite o plantio de árvores? Pelo menos 70% das calçadas estão comprometidas com tubulações. O que dá para plantar no chão, planta-se.



Foto 10: Foto aérea da praça Rui Barbosa. Santo André



Foto 11: Praça Rui Barbosa. Santo André



Foto 12: Fazenda Itaúna. Macatuba

Fotos 13 e 14:
Aeroporto
Internacional
Val de Cans.
Belém.
Projeto de Rosa
Kliass e Luciano
Fiaschi



Arquivo arquiteto Luciano Fiaschi



Arquivo arquiteto Luciano Fiaschi

Uma coisa que já tinha ouvido da Esther, quando participei de um concurso da Paulista, é que a pior coisa que existe nessa avenida é a parede do canteiro central representada pelo alinhamento dos postes. Achei muito oportuno a Esther propor a retirada dos postes do canteiro central, pois, na realidade, iluminam as fachadas dos prédios, deixando as calçadas escuras. Estou dando palpites e vibrando com as colocações da Esther e do Cauduro. Acho que o projeto está aprovado e já está sendo divulgado.

Existe o cliente que sabe o que é um projeto de paisagismo e sabe a contribuição que você pode dar. Por outro lado, virou uma coisa que tem muita gente fazendo – mal. Eu consigo competir cobrando R\$ 10.000,00, concorrendo com uma pessoa que cobra R\$ 1.000,00. Mostro o que faço e o cliente me escolhe. Nunca coloquei uma placa em obra e tenho clientes que me procuram para a sexta, sétima, oitava obra, inclusive obra residencial. Eu já estou fazendo obras para filhos e netos de clientes, porque sabem como é meu trabalho. Mas tem muito mais gente concorrendo. Acho que deve ser difícilimo para quem começa. Depois que você forma uma clientela, não tem mais problemas. Tem muita gente fazendo projeto quase de graça. E, por outro lado, um projeto não vale mais nada. Tem cliente que gasta, em um único jantar para amigos no Fasano, o dobro do que pagaria em um projeto. É uma questão de valores. Conseguir cobrar por um projeto o que ele vale é muito complicado. Tem cliente que pergunta se poderia cobrar 1/3 do valor, fazendo 1/3 do projeto; eu digo que não, porque não poderia desenvolver o projeto até onde quero.

Tenho um esquema romântico de não ter dez arquitetos trabalhando em meu escritório, porque não conseguiria controlar os dez. Controlo no máximo três e já acho muito. Quero o arquiteto envolvido no projeto, tomando decisões. Não trabalho com desenhista ou estagiário.

JARDINS HISTÓRICOS – INTRODUZINDO A QUESTÃO

Bruno Luiz Domingos De Angelis

Engenheiro agrônomo, professor doutor do Departamento de Agronomia e dos Programas de Pós-graduação em Agronomia e Geografia da Universidade Estadual de Maringá-PR.

Generoso De Angelis Neto

Engenheiro civil, professor doutor do Departamento de Engenharia Civil e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá-PR.

PATRIMÔNIO

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo expor, a partir de conceitos conhecidos, um roteiro que permita implementar a gestão e restauro de jardins históricos. Expõe-se as diversas fases de intervenção nesses jardins, condensadas em dois grupos: de ordem administrativa e aquelas relacionadas à vegetação. Enumeram-se ainda os fatores que influenciam a gestão de um jardim histórico e, finalmente, conclui-se que é a fragilidade dos elementos as quais compõem esses jardins que os torna fascinantes, além de serem coadjuvantes da história no registro do modo de viver de diferentes épocas.

Palavras-chave: Paisagismo, jardins históricos, restauração, gestão.

ABSTRACT

Based on known concepts, this study aims at showing a plan that allows to implement both the management and repair of historic gardens. The several intervention phases upon these gardens are exposed, condensed in two groups: an administrative one, and those related to the vegetation. The factors that influence the management of a historic garden are also shown and, finally, it can be concluded that it is the fragility of the elements that compose these gardens that make them fascinating, besides being co-operators of the history concerning the register of the way of living in different ages.

Key words: Landscape, historic gardens, restoration, management.

JARDINS HISTÓRICOS – INTRODUZINDO A QUESTÃO

Introdução

Abordar a questão dos jardins históricos em nosso país pode parecer algo sem maior importância, visto ainda hoje acreditar-se que por sermos uma nação “jovem” não temos o que oferecer ou, mais sério, não temos exemplares a justificar estudos nessa área. Diferentemente do que se pensa, o Brasil tem a oferecer e com o que se preocupar ao abordar essa temática, uma vez que já somamos uma história registrada de 500 anos desde o descobrimento. O que nos falta é um número maior de profissionais trabalhando com o assunto. Falta-nos também a consciência preservacionista da memória nacional, a qual não se aplica somente ao caso presente, mas em praticamente todas as áreas relacionadas ao passado. Não podemos esquecer também da carência crônica que permeia os órgãos responsáveis pela preservação, conservação e manutenção do patrimônio histórico, seja ele federal, estadual ou municipal. Essa carência é de ordem, sobretudo, material e humana; esses órgãos trabalham sem as mínimas condições e, mesmo assim, conseguem operar verdadeiros milagres na preservação de parte do patrimônio histórico; é a vontade, muitas vezes pessoal, ou de grupos que resulta em um trabalho de preservação e conservação. A ação da iniciativa privada tem sido determinante no aporte de recursos financeiros, permitindo o desenvolvimento de atividades concretas.

É nesse universo contraditório que pretendemos iniciar a discussão sobre os jardins históricos, principalmente na abordagem de alguns conceitos, gestão e metodologia de trabalho, sem termos a menor intenção de esgotar o assunto.

Jardins históricos, de acordo com Durante (2000), constituem-se a expressão da cultura e do modo de entender a natureza, próprio do projetista e de seu tempo; mas são também composições de elementos naturais em equilíbrio dinâmico, em constante transformação e evolução.

Ampliando o conceito acima exposto por Durante (2000), podemos dizer que o jardim histórico é uma composição arquitetônica e, sobretudo vegetal que, do ponto de vista histórico ou artístico, representa um interesse público,

e deve ser considerado como monumento. Constituído principalmente por vegetação, e como tal deteriorável e renovável, o jardim histórico exige regras específicas para sua preservação e manutenção. É sobre esse caráter da mutabilidade, a qual o tempo imprime nos elementos vegetais, que reside a maior preocupação dos profissionais que trabalham com esses jardins. Em decorrência disso, manutenção, conservação e restauro são intervenções a necessitarem de adequada análise, planejamento e capacidade de execução dos trabalhos. Não significa, porém, que, em sendo a vegetação o elemento mais exigente, releguem-se a segundo plano os demais componentes do jardim. Em geral os jardins históricos comportam obras de arte (esculturas, edificações e tantas outras) as quais, com a vegetação, compõem o conjunto desses espaços; não há como e nem se deve dissociar um elemento do outro. É a preservação e a associação de ambos, em uma simbiose equilibrada e harmoniosa, que fazem de um jardim histórico um bem cultural.

Há décadas mundo afora pesquisa-se sobre a restauração de jardins. E por restauro se entende, geralmente, recuperação de jardins históricos. Nesse momento cabe uma pergunta: quando um jardim passa a fazer parte da história? Responder a esse questionamento é algo complexo que exige estudos específicos sobre cada caso, considerando-se fatores não só de ordem temporal, mas toda uma gama de parâmetros que devem ser considerados, e sobre os quais falaremos mais à frente. Oportuno é o registro feito por Pizzeti (1991, p. 54) quanto a esta questão: *“... responder quando um jardim passa a fazer parte da história é o mesmo que responder em que momento, de simples organismo, um indivíduo passa a ser humano pela aquisição da alma”*.

A cultura dos jardins históricos tem sua origem distante em uma “invenção” dos italianos do século 16, qual seja, o Horto Botânico. Criado como instituição acadêmica e concebido para cultivo e conservação de plantas com fins didático e de pesquisa científica, o primeiro horto foi fundado na cidade de Pisa, Itália, nos anos de 1543-1544, por um médico e botânico natural de Ímola, Luca Ghini. O impacto sobre a comunidade científica da época foi tal que, em pouco tempo, outros hortos são implantados nas mais prestigiadas universidades da Itália e da Europa: Florença, Pádua, Leiden, Montpellier, Bolonha.

Com o passar do tempo, houve a necessidade de estabelecer-se um ordenamento único que balizasse os trabalhos com os jardins ditos históricos, estabelecesse metodologias condizentes, uniformizasse conceitos e determinasse o valor artístico-histórico-cultural desses espaços. É assim que, em 21 de maio de 1981, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Histórico-Artísticos, por meio do Comitê Internacional de Jardins Históricos (ICOMOS-IFLA), reunido na cidade de Florença (Itália), elaborou uma carta relativa à salvaguarda desses jardins. Adotada em 15 de dezembro de 1982 pelo ICOMOS

com vista a complementar a Carta de Veneza¹ nessa matéria específica, ela dispõe sobre: definição e objetivos; manutenção, conservação, restauração e recuperação; utilização; e, proteção legal e administrativa. A íntegra desse documento, composto por 25 artigos, encontra-se como anexo do presente trabalho. Antes mesmo da edição das cartas de Veneza e de Florença, outros documentos, nacionais e internacionais, haviam abordado a questão das áreas verdes urbana e/ou rural, embora não de forma específica como o fez essa última. Os documentos mais importantes que precederam as duas cartas, tanto nacionais como internacionais são: Carta de Atenas – CIAM – novembro de 1933; Recomendação de Paris – Paisagens e Sítios – dezembro de 1962 (recomendação da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco – relativa à proteção da beleza e o caráter das paisagens e sítios); Normas de Quito – novembro/dezembro de 1967 (reunião da Organização dos Estados Americanos – OEA – sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico); Compromisso de Brasília – abril 1970 (I Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil); Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural – novembro de 1972 (aprovada pela Conferência Geral da Unesco em sua décima sétima reunião em Paris).

Quanto ao Brasil, embora não se disponha de volume consistente de pesquisa sobre seus jardins históricos, seja de propriedade pública e/ou privada, constata-se que os exemplares existentes são, geralmente, desconhecidos do grande público e, em sua maioria, não valorizados. Em 1985, a Fundação Nacional Pró-Memória, por intermédio do engenheiro arquiteto Carlos Fernando de Moura Delphim e outros profissionais, cria o Programa Jardins Históricos, dando início aos primeiros estudos sobre a temática.

Como exemplo significativo de jardim histórico em nosso país podemos citar o passeio público do Rio de Janeiro. Construído em 1783, fora concebido por um dos maiores artistas do período colonial brasileiro: Mestre Valentim. Contava com obras de arte de autoria do próprio mestre, e sua vegetação predominante era composta por exemplares da flora nacional.

(1) A Carta de Veneza foi redigida e aprovada por ocasião do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, ocorrido na cidade homônima de 25 a 31 maio de 1964, tendo sido denominada “Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e de Conjuntos Histórico-Artísticos”. Em 1965 ela foi aprovada pelo ICOMOS, que assim justifica a preservação do patrimônio histórico, cultural e artístico: *“Carregadas de uma mensagem espiritual do passado, as obras monumentais dos povos continuam sendo no momento presente o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, que cada dia toma consciência da unidade e dos valores humanos, os considera como um patrimônio comum, inclusive às gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por sua salvaguarda.”*

A respeito do passeio público, afirma Segawa (2003):

"[...] um dos recintos urbanos de maior densidade histórica no Brasil. Por sua carga de significados, o Passeio Público continua sendo o jardim, o mais importante do urbanismo colonial brasileiro e entre os mais importantes remanescentes no mundo em seu gênero."

Por si só as palavras de Segawa sintetizam o pensamento que temos exemplares a enquadrarem-se perfeitamente no que se convencionou denominar, mundialmente, como sendo jardim histórico. Outros exemplares Brasil afora estão à espera de serem (re)descobertos, estudados e divulgados.

Filosofia do Jardim Histórico

Ao se abordar a questão dos jardins históricos enquanto obra de arte, Assunto (1973, p. 39) escreve: *"o momento da contemplação não é, como na arquitetura, correlativa à destinação prática do lugar, mas ao próprio fim para o qual o lugar-jardim foi idealizado e realizado"*. Essa exposição permite uma idéia das abstrações acerca das discussões teóricas e filosóficas que permeiam o debate sobre os jardins históricos. No intuito de orientar essas discussões, Battisti (1989, p. 218) estabeleceu alguns princípios norteadores a respeito dos jardins históricos.

- 1º Os jardins são monumentos locais com características peculiares; não são adjacências da arquitetura; não são complementos ou decorações das cidades. Eles apresentam valor artístico, valor histórico, valor enquanto memória.
- 2º Os jardins são todos históricos; todos os jardins são históricos. Não foram idealizados e realizados apenas para serem contemplados; o local-monumento contém, por si só, valor enquanto memória.
- 3º Os jardins não são passíveis de serem reproduzidos. Abri-los ao público não significa expô-los como pinturas ou esculturas, e não quer dizer, também, conceder-lhes uma destinação de uso como as obras de arquitetura.
- 4º Estar em um jardim significa estabelecer uma relação construída com sensibilidade e percepção complexa de cores e odores, temperatura e umidade, dimensões e sons, movimentos e ausência de, em uma relação sempre diferente e sempre renovada entre água, minerais, vegetais, animais, homem.
- 5º Os jardins são a mais precária e exposta das obras do homem. A relação no tempo entre o lugar e o homem está sujeita às modificações as mais diversas (idéias, gostos, ciência, tecnologia, "modismos").

Dois aspectos sobressaem na discussão sobre os jardins históricos: a necessidade de conhecê-los no espaço e no tempo e o caráter multi e interdisciplinar da temática.

O tempo condiciona não somente o nascimento, o desenvolvimento e a morte de cada organismo vivente, mas também as transformações ocorrentes no ecossistema no qual eles vivem; o patrimônio vegetal de um jardim e suas estruturas artificiais não são regidos de forma diferente. A conservação de um jardim histórico necessita de empenho constante, de tal forma que todos os esforços sejam direcionados no sentido de evitar-se sua natural transformação. Esse empenho há de ser tanto maior quanto mais o jardim em questão seja “artificial”. Essa artificialidade diz respeito às diferenças existentes entre as características locais naturais, determinadas pelo clima, solo, relevo e vegetação potencial.

A manutenção do patrimônio vegetal de um espaço artificial é a sua conservação. No entanto, se se trata de “verde” não-histórico, o objetivo final reside na escolha racional e científica das espécies mais adequadas a produzir os efeitos desejados, de forma economicamente vantajosa e ecologicamente correta (máxima produção dos benefícios físicos e psíquicos). Nesse contexto tem-se que se um tal jardim permite a livre expressão do projetista, no jardim histórico esse comportamento não é permitido; a liberdade de (re)projetar e intervir reduz-se a zero. Nesses ambientes é indispensável prevalecer o conceito de conservação, a mais exata possível, consoante com a idéia de quem o projetou. A esse respeito, escreve Giulini (1991, p. 39):

“O projeto de um espaço verde não é um simples exercício botânico, ainda se quem o projeta deva ter grande conhecimento e experiência em biologia vegetal; de fato, um jardim é digno desse nome somente quando, como qualquer obra de arte, suscita evocação do passado, desperta sentimentos, reaviva pensamento, estimula percepções e imprime novas recordações. Gestão e restauro devem, portanto, fazer com que visitantes, mesmo que séculos mais tarde possam ainda perceberem, sem grande esforço, as mesmas sensações sentidas pelo projetista e destinadas ao observador, aos seus hóspedes e seus descendentes.”

Para que um jardim possa ser considerado histórico é condição primeira que atenda a duas premissas: integridade e autenticidade. A esse respeito, afirma Delphim (2002):

“Todo bem cultural deve ser avaliado segundo os conceitos de integridade e autenticidade. Diz-se que um bem é íntegro se há uma relação equilibrada e harmoniosa entre os diferentes elementos de um sistema. Quanto à autenticidade, tem a ver com o grau de originalidade dos elementos. Sobretudo em um jardim, em que sucessivas alterações vão se processando ao longo de sua história, é necessário, primeiro verificar quão íntegro ele se encontra e, em seguida, quão autêntico. Estas condições são im-

portantes para justificar medidas para preservação de todo bem cultural, inclusive os jardins históricos, e constituem a premissa de qualquer trabalho, inclusive de tombamento e de outras formas de acautelamento legal."

Um jardim histórico comporta uma gama considerável de objetivos que podem ser alcançados. Faremos uma apresentação daqueles que, em nosso entendimento, configuram-se como os mais significativos.

- ✓ Valorizar e difundir exemplares significativos de verde histórico por meio de visitas guiadas e, considerando o grau de desenvolvimento alcançado pela informática, virtuais;
- ✓ ensinar o leigo, o estudante e o profissional a "ler" as diversas tipologias de jardins em suas componentes arquitetônica e vegetal;
- ✓ desenvolver a consciência de respeito pelo ambiente em todas suas manifestações, como patrimônio da coletividade e testemunha cultural local, regional;
- ✓ contribuir para conservação dos sítios de interesse histórico, ambiental e cultural (mesmo se em escala limitada).

Tais objetivos concorrem para:

- ✓ Um qualificado momento de didática a "céu aberto";
- ✓ uma oportunidade de aproximação com um aspecto significativo da cultura, que pode ser desde local até nacional;
- ✓ um momento de turismo cultural de breve a média duração.

Concluindo o presente item, é preciso entender que a aparência de um jardim histórico é resultado de um contínuo equilíbrio entre o movimento cíclico das estações, o desenvolvimento e o depauperamento da componente vegetal. A ação humana se confunde com a da própria natureza, uma vez que o objetivo do profissional é o de conservar ao máximo o estado do jardim e o que ele representa. Nesse contexto é importante conhecer as espécies botânicas cultivadas nos diferentes períodos históricos. Mesmo que não seja possível um estudo mais aprofundado do aspecto histórico-botânico em tais sítios, o conhecimento da história botânica e da própria ciência botânica constituem a base para um correto estudo do jardim.

Gestão dos Jardins Históricos

A gestão de um jardim histórico compreende o trabalho em duas vertentes principais: a que diz respeito às questões de ordem administrativa, e uma segunda que abarca os elementos naturais (vegetação) e artificiais (edificações e estruturas assemelhadas).

Antes de dar-se prosseguimento ao presente item, é importante que se tenha claro a diferença entre os conceitos de “manutenção” e “gestão” aplicados à temática ora em desenvolvimento. Assim sendo e, de acordo com Wright (1991, p. 57):

“Manutenção define as operações de rotina, ou seja, aquelas diárias, semanais, ou efetuadas com periodicidade pré-estabelecidas; seriam as operações necessárias para manter o jardim, como corte da grama, a limpeza das herbáceas, o corte das cerca-vivas, a poda, etc. A gestão, por sua vez, diz respeito ao planejamento a médio ou longo prazo e a organização do jardim, do seu restauro às políticas de renovação, da seleção e organização dos trabalhadores ao orçamento, etc.”

Independentemente das diferenças tipológicas existentes entre jardins históricos, gestão e restauro compreendem diversas fases de pesquisa, que subsidiarão e, finalmente, resultarão na intervenção propriamente dita.

Na seqüência, apresentar-se-á uma sistematização das diversas fases e procedimentos administrativos que norteiam a gestão e restauro de jardins históricos. A presente sistematização foi feita a partir de trabalhos desenvolvidos por Valsecchi (1991) e Trani (2002).

- a) Investigação de todos os dados que possam garantir a correção do processo intervencionista para uma gestão mais adequada. Diz respeito à fase preliminar de trabalho, compreendendo: a pesquisa histórica, arquitetônica, urbanístico-ambiental e morfológica; pesquisa botânica, a catalogação das espécies presentes e também aquelas que se perderam no tempo (que não mais compõem o jardim); pesquisa fitopatológica.
- b) Determinação da técnica a ser empregada nas intervenções, seja de revigoramento, de dendrocirurgia, de poda, de replante ou de substituição de espécies; de revigoramento ou de substituição do estrato rasteiro (gramíneas e/ou herbáceas); de reinterpretação, realinhamento, reconstituição ou modificação de passeios, e ainda da substituição, inserção ou revisão dos materiais inertes que formam esses passeios.
- c) A formação e/ou escolha dos profissionais – ponto determinante e de caráter prevalecente no caso de intervenção em jardins históricos. Deve considerar a presença de dois grupos distintos de profissionais:
 - ⇒ pessoal especializado, compreendendo aqueles de nível superior (arquiteto, agrônomo, arqueólogo, paisagista, biólogo...), sob o comando de um profissional que, efetivamente, conheça a arte dos jardins;
 - ⇒ trabalhadores braçais, aqui compreendendo jardineiros, pedreiros e assemelhados, sob a tutela de um jardineiro o qual, ao mesmo tem-

po em que tenha experiência em jardinagem tenha a capacidade de “ordenar” e fazer cumprir tarefas.

- d) A disponibilidade de equipamentos e maquinários, ponto de fundamental importância, em função da possibilidade de redução da mão-de-obra empregada perante os avanços obtidos nessa área.
- e) A escolha e aquisição dos insumos, seja os utilizados na nutrição das plantas, seja no controle de doenças e pragas; enquadra-se aqui, ainda, as estruturas de propagação (sementes, mudas,...). Dependendo do porte do jardim, oportuno seria a implantação de um viveiro que atenda às suas necessidades.
- f) Um particular setor, oportuno de levar em consideração, é aquele atinente à situação político-jurídico-fiscal da área trabalhada. Isto é, se público (esfera federal, estadual ou municipal) ou privado, e todas as implicações relacionadas a uma intervenção.

Pelos seis pontos acima citados é possível verificar que as atividades desenvolvidas em um jardim histórico é tarefa que demanda, além de uma equipe competente, o planejamento prévio do que fazer, como e quando.

Compondo o conjunto da gestão dos jardins históricos e, após exposição das diretrizes administrativas, abordar-se-á a questão da vegetação, fazendo-se uso das diretrizes (adaptadas pelos autores) de Tagliolini (1986) e Giulini (1988).

- a) Recenseamento – É o primeiro quesito a ser implementado quando se trata da vegetação. Como resultado desse levantamento, tem-se um mapa da vegetação da área estudada, representando-se as diferentes espécies com um símbolo ou associação de letras com números, e no ponto exato em que se encontram no campo.
- b) Pesquisa histórica – Pesquisar, da forma a mais acurada, cada possível registro passado, direto ou indireto, seja por fontes primárias, documentos, relatos e mesmo tradições locais que subsidiem o trabalho. A pesquisa histórica pressupõe também o estudo da personalidade do projetista do jardim, as razões e os pensamentos que produziram nele o impulso criativo por primeiro e depois a realização da obra.
- c) A fotointerpretação – Instrumental imprescindível para se conhecer as transformações das últimas décadas é a fotointerpretação. Fotos aéreas contribuem para a restituição de imagens ao longo do tempo. Pela sucessão dessas fotos se revela os eventos que ocorreram sobre o território, desde dados sobre a disponibilidade hídrica no subsolo até as características do solo em uma determinada época. Esse procedimento permite ao profissional, no momento em que, se existirem dificuldades para o resgate e implantação da vegetação original, tomar decisões *ex novo*.

Outro problema que deve ser considerado na gestão dos jardins históricos diz respeito à sua degradação. Entre as causas mais comuns tem-se: pressões especulativas; aspectos econômicos; procedimentos urbanísticos discutíveis; ausência e/ou perda da cultura e profissionalismo dentro da jardinocultura; ausência de incentivos e ordenamentos públicos; ausência de interesse por parte de particulares; ignorância no compreender o significado da idealização e projeção dos jardins antigos (FERRARA, 1997; BAY & QUADRI, 1999).

Nesse contexto de degradação dos jardins históricos, Mark (1993, p. 74) afirma:

“Um aspecto conexo no controle da degradação dos jardins históricos diz respeito ao impacto negativo resultante do uso recreativo dessas áreas. O acesso ao sítio histórico deve ser regulamentado em função da sua fragilidade, de forma a conservar sua essência e sua mensagem cultural.”

A gestão dos jardins históricos compreende atividades diversas que devem ser implementadas a partir de um planejamento temporal, considerando-se sempre as particularidades e especificidades de cada área trabalhada. Não há como definir previamente uma “receita” pronta; quando muito é possível estabelecer linhas gerais, como apresentado, e que nortearão as atividades de forma genérica.

Enquanto para outras expressões artísticas como arquitetura, pintura e escultura, a própria obra constitui a referência primária; para o jardim isto não é válido por completo. Isso porque a vegetação, sua componente principal, é organismo vivo que se altera, inevitavelmente no tempo, segundo seu próprio ciclo existencial. Mas não é somente a vegetação que influencia e determina a gestão; ela é, indubitavelmente, a mais importante entre todos os demais componentes. Porém existem outros, conforme apresentado a seguir.

- a) O processo de envelhecimento – Os jardins estão em constante processo de mutação, seja em relação à sua vegetação, processo natural que permeia os seres vivos, seja no que diz respeito às suas edificações. É preciso conhecer os possíveis limites da idade para que, a partir desse ponto, as intervenções de renovação e restauro passem a ser necessárias a conservar o jardim histórico.
- b) Relação entre desenho do jardim e manutenção – Existe uma estreita relação entre o estilo ou o desenho de um jardim e os níveis de manutenção necessários para conservá-lo em condições satisfatórias. Os jardins formais renascentistas, por exemplo, requerem pessoal mais qualificado na manutenção de suas sebes geométricas que aqueles conhecidos como naturalistas.
- c) Organização e administração da mão-de-obra.

- d) Qualificação e capacitação da mão-de-obra – A manutenção, o restauro e a gestão de jardins históricos demandam a capacitação de pessoal especializado. Difícil estabelecer parâmetros que determinem o profissional mais apto a gerenciar tal atividade. O ideal é a concorrência de profissionais de diversas áreas, tendo em vista a multidisciplinaridade da temática.
- e) Problemas econômicos e operativos.

Esses pontos apresentados não encerram em si toda a questão. Há de atentar-se que cada caso apresentará fatores genéricos (como os expostos) e também aqueles que lhe são particulares. Somente o estudo individualizado pode fornecer subsídios para listar os fatores os quais podem influenciar, sobretudo negativamente, a gestão de jardins históricos.

Restauro de Jardins Históricos

As fontes para a história do jardim são as mais variadas e heterogêneas, da mesma forma complexa e pluridisciplinar se apresenta essa arte que deve parte de seu fascínio à intrínseca fragilidade de seus elementos. Por assim ser, estudar e pretender o restauro de um jardim pressupõe, antes de mais nada, conhecer a dinamicidade própria que envolve as transformações da vegetação ao longo do tempo. Por outro lado, não se pode relegar a segundo plano a relação entre história e o papel desempenhado pelos jardins enquanto agentes dos registros temporais.

A aplicação das técnicas de restauro dos jardins históricos é coisa relativamente recente, e sua teoria não tem ainda a robustez e a riqueza de experiência daquela relativa ao restauro de obras pictóricas e/ou edificadas. Sobre essa questão, escreve Bocchieri (1998, p. 13):

“Si può anzi dire che il lavoro di definizione di una teoria del restauro dei giardini storici sia ancora in corso e che attualmente, più che definitivi assiomi, esistano una serie di orientamenti, che si vanno progressivamente precisando e confrontando con le esperienze che derivano dagli interventi in corso. Il documento teorico riassuntivo del dibattito internazionale è la cosiddetta ‘Carta di Firenze’.”

A intervenção objetivando a restauração deverá respeitar o complexo processo histórico do jardim e a evolução da estrutura e das configurações que o mesmo assume ao longo do tempo. Conservar corretamente um jardim histórico significa, também, manter e valorizar as mensagens compositivas e históricas que o tornaram um documento cultural, e não simplesmente uma simples coleção de plantas com função, por exemplo, essencialmente recreativa.

No processo de restauro, especificamente, no que diz respeito à vegetação, mister se faz que o profissional, ou profissionais envolvidos, sejam qualifica-

dos e tenham conhecimentos os mais abrangentes, e envolva, entre outros: bioclimatologia e biologia vegetal; inovação varietal, hibridação, propagação *in vitro* e técnicas de produção de plantas em viveiro; fertilidade do solo e técnicas agrônômicas; técnicas culturais de espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas ornamentais; técnicas culturais de gramíneas; silvicultura urbana; ecofisiologia florestal; atuação contra incêndios agroflorestais urbanos e periurbanos; restauro ecológico; proteção de plantas (entomologia, fitopatologia e controle da flora infestante); mecanização e implantação de sistemas de irrigação e drenagem; paisagismo; conservação de parques e jardins históricos; legislação dos bens culturais e ambientais.

Em se tratando de Brasil, temos muito por fazer ainda e, mesmo aqueles países que há tempo dedicam-se ao estudo dos jardins históricos têm apreendido com a experimentação aplicada a cada novo caso, a cada novo restauro. É preciso previamente mudar a mentalidade que, conforme escrito anteriormente, nosso país carece de exemplares que justifiquem trabalhos nessa área. Assim não fosse, já em 1985 a Fundação Nacional Pró-Memória não teria criado o Programa Jardins Históricos, apenas três anos após o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Histórico-Artísticos ter adotado a *Carta de Florença* relativa à salvaguarda desses jardins.

Concluindo, podemos afirmar que o estudo, conservação e restauro dos jardins históricos representam não somente o conhecimento que se pode adquirir a respeito de estilos de jardins, espécies vegetais utilizadas em diferentes momentos da história ou o modismo transitório dos gostos pessoais ao longo do tempo. Estudar e restaurar esses “exemplares vivos” da história da humanidade são interlocuções estabelecidas entre a sociedade presente (e futura) e aquela passada; representam o resgate da cultura de outros tempos e um aprendizado edificado ao longo de décadas e, quiçá, séculos. Ignorar seus atributos e sua mensagem histórico-cultural-artística e didática é menosprezar uma fonte rica e única de informações e conhecimento que se pode extrair desses espaços.

ANEXO

CARTA DE FLORENÇA (1982)

DEFINIÇÃO E OBJETIVOS

Artigo 1º – Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público. Como tal é considerado como um monumento.

Artigo 2º – O jardim histórico é uma composição de arquitetura cujo material é essencialmente vegetal e, por isso, vivo, perecível e renovável.

Artigo 3º – Visto ser um monumento, o jardim histórico deve ser protegido segundo o princípio da Carta de Veneza. No entanto, por se tratar de um monumento vivo, sua proteção se atém a regras específicas, as quais são objeto da presente Carta.

Artigo 4º – Determinam a composição arquitetônica de um jardim histórico: seu traçado e os diferentes perfis do terreno; suas massas vegetais; espécies; volumetria; cores; espaçamentos e portes; seus elementos construtivos ou decorativos; as águas moventes ou dormentes; e reflexo do céu.

Artigo 5º – Expressão de relações estreitas entre a civilização e a natureza, lugar de deleite, apropriado à meditação e ao devaneio, o jardim adquire o sentido cósmico de uma imagem idealizada do mundo, um “paraíso” no sentido etimológico do termo, mas que dá testemunho de uma cultura, de um estilo, de uma época e, eventualmente, da originalidade de seu criador artístico.

Artigo 6º – A denominação de jardim histórico se aplica tanto a jardins modestos como a grandes parques de linhas formais ou os de natureza paisagística.

Artigo 7º – Estando ou não unido a uma edificação do qual forme um complemento único, o jardim histórico não pode separar-se de seu próprio entorno urbano ou rural, artificial ou natural.

Artigo 8º – Um sítio histórico é uma paisagem definida, evocadora de um fato memorável: lugar de um acontecimento histórico maior, origem de um mito ilustre ou de um combate épico, assunto de um quadro célebre, etc.

Artigo 9º – A proteção dos jardins históricos exige que sejam identificados e inventariados. Impõe intervenções diferenciadas de manutenção, conservação e restauração. Em determinados casos é recomendável a recuperação. A autenticidade de um jardim histórico diz respeito tanto ao desenho e proporção de suas partes como de sua composição, ou da escolha das espécies vegetais e outros materiais.

MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO, RECUPERAÇÃO

Artigo 10º – Toda operação de manutenção, conservação, restauração ou recuperação de um jardim histórico, ou de uma de suas partes deve levar em conta, simultaneamente, todos os seus elementos. Separar os tratamentos pode vir a alterar a unidade do conjunto.

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Artigo 11 – A manutenção dos jardins históricos é uma operação de importância primordial que deve ser contínua. Sendo vegetal seu material principal, a conservação do jardim em seu estado habitual requer tanto reposições concretas, que sejam necessárias, como um programa de longo prazo de renovações periódicas (erradicação completa seguida de replantio com exemplares já formados).

Artigo 12 – A escolha das espécies de árvores, arbustos, plantas e flores que devem ser replantadas periodicamente deve ser conduzida considerando-se os usos estabelecidos e aceitos em cada zona botânica e hortícola, com o objetivo de indentificar as espécies originais e, assim, preservá-las.

Artigo 13 – Os elementos de arquitetura, escultura e decoração, fixos ou móveis, que são parte integrante do jardim histórico não devem ser retirados ou deslocados além do que requer sua conservação e restauração. A substituição ou restauração de elementos em perigo deve ser executado consoante com a Carta de Veneza, e deve ser registrada a data em que tal operação foi efetuada.

Artigo 14 – O jardim histórico deve ser conservado em um meio apropriado. Toda modificação do meio físico que coloque em risco o equilíbrio ecológico deve ser proscrita. Essas medidas se referem ao conjunto da infra-estrutura, tanto externa como interna (canalização, sistema de irrigação, caminhos, estacionamentos, cercas, dispositivos de segurança, de suporte para visitantes, etc.).

RESTAURAÇÃO E RECUPERAÇÃO

Artigo 15 – Nenhum trabalho de restauração e, sobretudo, de recuperação de um jardim histórico deverá ser iniciado sem a realização prévia de uma ampla pesquisa que inclua o levantamento e compilação de todos os dados relativos ao jardim em questão, assim como de outros que lhe seja similar, a fim de assegurar que o trabalho a ser executado estará embasado em critérios científicos. O trabalho de restauração e recuperação deverá ser precedido pela elaboração de um projeto baseado nos dados levantados, o qual será submetido a exame e aprovação por parte de um grupo multidisciplinar de profissionais.

Artigo 16 – A obra de restauração deve respeitar os diferentes estágios de evolução pelo qual o jardim passou. Em princípio não se deve dar prioridade a um período em detrimento de outro, a não ser em casos excepcionais, onde o estado de degradação ou destruição que afete certas partes do jardim seja de tal envergadura que aconselhe sua recuperação, a qual deve basear-se nos vestígios que subsistam em uma evidência documental irrefutável.

Artigo 17 – Quando um jardim houver desaparecido por completo, ou dele restar apenas vestígios que sirvam para se conjecturar acerca de seus sucessivos estágios, não há, nesse caso, como se empreender sua reconstrução e, de modo algum, seria uma intervenção em um jardim histórico.

UTILIZAÇÃO

Artigo 18 – Em que pese o fato de que todo jardim histórico esteja destinado a ser visto e percorrido, seu acesso deve ser restringido em função de seu tamanho e sua fragilidade, de forma que se preserve sua integridade física e sua mensagem cultural.

Artigo 19 – Por sua natureza e vocação, o jardim histórico é um lugar aprazível que favorece o contato humano, o silêncio e a contemplação da natureza. Essa concepção de uso cotidiano tem seu contraponto na utilização excepcional do jardim histórico como lugar de festa. Convém definir as condições de uso extraordinário, de tal forma que essas celebrações contribuam para realçar o espetáculo do jardim, e não para tirar seu caráter natural ou degradá-lo.

Artigo 20 – Se no cotidiano os jardins servem à prática de atividades tranqüilas, convém criar, nas zonas contíguas aos jardins históricos, áreas apropriadas às atividades agitadas e à prática de esportes, de tal maneira que se dê resposta a esta demanda social sem que se prejudique a conservação dos jardins e sítios históricos.

Artigo 21 – Os trabalhos de manutenção ou de conservação, cujo calendário é definido em função das estações do ano, ou as pequenas operações que contibuem para restituir a autenticidade, devem ter sempre prioridade sobre aquelas operações de utilização da área. A organização de toda visita a um jardim histórico deve estar submetida a regras que garantam a preservação do espírito do lugar.

Artigo 22 – A retirada dos muros de um jardim cercado não pode ser empreendida sem levar em consideração todas as conseqüências prejudiciais da modificação de sua ambiência e de sua proteção.

PROTEÇÃO LEGAL E ADMINISTRATIVA

Artigo 23 – Compete às autoridades responsáveis tomar, com a assessoria de especialistas, as disposições legais e administrativas apropriadas para identificar, inventariar e proteger os jardins históricos. Sua proteção deve estar inserida nos planos de uso e ocupação do solo e nos documentos de ordenamento e planificação do território. Compete igualmente às autoridades responsáveis tomar, assessorada por especialistas, as medidas econômicas que favoreçam a conservação, a restauração e, quando necessária, a recuperação dos jardins históricos.

Artigo 24 – O jardim histórico é um dos elementos do patrimônio cuja sobrevivência, em razão de sua natureza, exige cuidados continuados através de profissionais qualificados. Convém que um ensinamento apropriado assegure a formação desses profissionais, visto tratar-se de historiadores, arquitetos, paisagistas, jardineiros ou botânicos. Deve haver também uma produção regular dos vegetais incluídos na composição dos jardins históricos.

Artigo 25 – O interesse pelos jardins históricos deverá ser estimulado por todo tipo de atuação que seja capaz de revalorizar este patrimônio, através de: promoção da investigação científica; intercâmbio internacional e difusão de informação; publicação de trabalhos de divulgação; estímulo ao acesso controlado do público; sensibilização através dos meios de comunicação quanto à necessidade de se respeitar a natureza e o patrimônio histórico.

Observação: Essas são as recomendações aplicadas ao conjunto dos jardins históricos do mundo.

(Fonte: http://www.esicomos.org/Nueva_carpeta/info_DOC_CARTAVENECIA.htm)

Bibliografia

- ASSUNTO, R. *Il paesaggio e l'estetica*. Nápoles: Giannini Editore, 1973.
- BATTISTI, E. Reinventando per il futuro i giardini del passato. In: CAZZATO, V. (Org.). *Tutela dei giardini storici. Bilanci e prospettive*. Roma: Ministero dei Beni Culturali Ambientali, 1989.
- BAY, M.; QUADRI, L. *Geoffrey Jellicoe, dall'arte al giardino*. Milão: Il Verde Editoriale, 1999.
- BOCCHIERI, F. *Il giardino storico: Conoscenza, tutela, restauro, valorizzazione*. Milão: Electa, 1998.
- CARTA DE FLORENÇA. Disponível em: <http://www.esicomos.org/Nueva_carpeta/info_DOC_CARTAVENECIA.htm>. Acesso em: 2 dez. 2003.
- DELPHIM, C. F. M. Entrevista concedida em 29 de abril de 2002 a Ana Rosa de Oliveira. Disponível em: <http://www.jornaldapaisagem.com.br/artigos/art_ana_rosa06.htm>.
- DURANTE, A. *Ville, parchi e giardini in Umbria*. Roma: Pieraldo, 2000.
- FERRARA, G.; CAMPIONI G. *Tutela della naturalità diffusa, pianificazione degli spazi aperti e crescita metropolitana*. Milão: Il Verde Editoriale, 1997.
- GIULINI, P. Il giardino e la botanica. In: *Il Giardino Veneto*, Milão, 1988.
- _____. Le cure del patrimonio vegetale. In: CUNICO, M; LUCIANI, D. (Orgs.). *Paradisi ritrovati. Esperienze e proposte per il governo del paesaggio e del giardino*. Milão: Guerini e Associati, 1991.
- MARK, L. *I grandi giardini storici*. Torino: Allemandi, 1993.
- PIZZETTI, I. Giardini e giardinieri. In: CUNICO, M; LUCIANI, D. (Orgs.). *Paradisi ritrovati. Esperienze e proposte per il governo del paesaggio e del giardino*. Milão: Guerini e Associati, 1991.
- SEGAWA, H. *O passeio público continua sendo o jardim mais importante do urbanismo colonial brasileiro*. Entrevista concedida em abril de 2003. Disponível em: <<http://www.passeiopublico.com.br/secxxi-04.htm>>. Acesso em: 3 dez. 2003.
- TAGLIOLINI, A. Il restauro delle aree verde della Certosa di San Lorenzo in Padula. In: *Atti del Convegno Nazionale Uso pubblico del Giardino Storico*. Castelfranco Veneto, 1986.
- TRANI, E. Come intervenire sul giardino storico per mantenere costante nel tempo quell'immagine. In: CASTELLI. *Notiziario del Consorzio per la salvaguardia dei Castelli storici del Friuli Venezia Giulia*. Udine. n. 91, p. 4-12, 2002.
- VALSECCHI, P. F. B. Sui problemi della gestione. In: CUNICO, M; LUCIANI, D. (Orgs.). *Paradisi ritrovati. Esperienze e proposte per il governo del paesaggio e del giardino*. Milão: Guerini e Associati, 1991.
- WRIGHT, T. L'esperienza britannica. In: CUNICO, M; LUCIANI, D. (Orgs.). *Paradisi ritrovati. Esperienze e proposte per il governo del paesaggio e del giardino*. Milão: Guerini e Associati, 1991.

SUSTENTABILIDADE DA URBANIZAÇÃO EM ÁREAS DE RESTINGA: UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO

Werther Holzer

*Professor adjunto (doutor em geografia humana – USP)
da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Federal Fluminense.*

e-mail: werther.holzer@bol.com.br

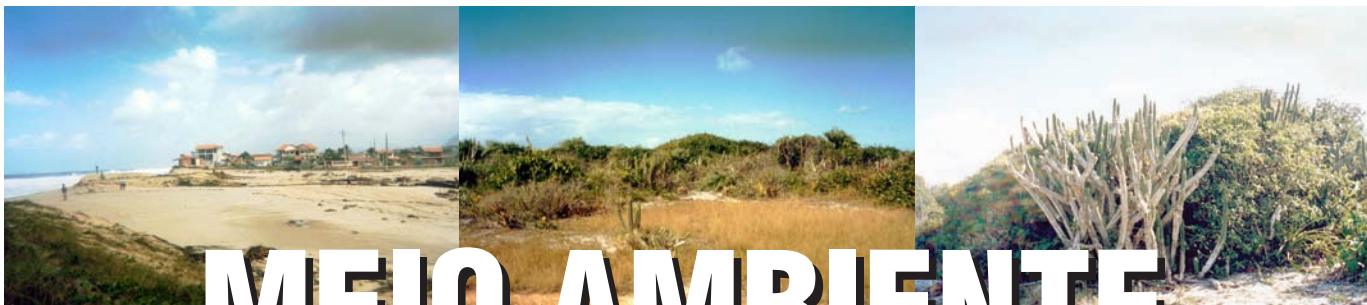
Jorge Crichyno

*Professor adjunto (mestre em ciências ambientais) da Es-
cola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal
Fluminense.*

e-mail: jorgecrichyno@hotmail.com.br

Alice Cabanelas Pires

Bolsista Pibic/UFF/CNPq.



MEIO AMBIENTE

RESUMO

O objetivo deste trabalho é, segundo um contexto de avaliação pós-ocupação, propor a implementação de ações relativas ao projeto urbano e paisagístico que viabilizem uma compatibilização entre unidades de conservação de vegetação de restinga e as áreas urbanizadas de seu entorno, visando à sua utilização enquanto pólo de ecoturismo e de pesquisa científica.

A proposta deste texto é apresentar uma avaliação preliminar do impacto causado pelo parcelamento e urbanização sobre a vegetação de restinga, utilizando-se da própria vegetação como marcador deste impacto. Para isso foi selecionada uma área do estado do Rio de Janeiro – a Restinga de Maricá, originalmente ocupada por vegetação de restinga que se encontra hoje em estágios bastante diversificados de urbanização e, conseqüentemente, de degradação.

Essa área tem a particularidade de conter, e de ser limítrofe, à unidade de conservação denominada Área de Proteção Ambiental Estadual da Restinga de Maricá, o que permite a utilização das áreas ainda preservadas como marcadores para a análise das áreas urbanizadas.

A partir dessa avaliação se pretende aferir o potencial paisagístico dos conjuntos vegetacionais e as medidas de conservação, recuperação e planejamento urbano e ambiental que permitam a exploração auto-sustentável do ecoturismo e das atividades comerciais, de serviço e residenciais nas áreas em questão, ou seja, de um desenho urbano e paisagístico o qual tenha a maior fidelidade possível com a paisagem natural da restinga, propiciando um equilíbrio entre as espécies vegetais a serem utilizadas, e que possa servir de suporte à fauna nativa.

Palavras-chave: Sustentabilidade, urbanização, conservação, recuperação.

ABSTRACT

The objective of this work is, in one context of APO, propose actions in urban and landscape planning, checking the potential of the species that composes the vegetation of this area. Seeking to guide a possible landscape and environmental reconstitution, and the compatibleness between conservation areas and urban areas that will be used to ecotourism and scientific research.

This work tries to follow a preliminary evaluation of the impact occasioned upon the shoal vegetation for the urbanization, where the vegetation is the impact marker. We are selected one area of the State of Rio de Janeiro – the shoal of Maricá, originally occupied for shoal vegetation, and today's in different stages of urbanization and degradation.

This area has the particularity to contain, and confined, a Conservation Unity: the Área de Proteção Ambiental Estadual da Restinga de Maricá, which afforded a comparison between the conservation unity and the urbanized areas.

These evaluations intend compare the landscape potential of the vegetacional groups. Propose the conservation, recuperation and the urban and environmental planning that permit an exploitation of ecotourism, trade and residential activities. We hopes to contribute for a consolidation of landscape planning that considers the ecological, scientific and tourist potential of that area in subject.

Key words: Sustainability, urbanization, conservation, restoration, restinga forest.

SUSTENTABILIDADE DA URBANIZAÇÃO EM ÁREAS DE RESTINGA: UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO

Introdução

Este trabalho recorre às pesquisas que foram realizadas no ano de 1993, visando ao estudo das comunidades vegetais da APA de Maricá para sua posterior utilização em projetos paisagísticos em áreas litorâneas (CRICHYNO, 1996); na compilação de dados institucionais disponíveis sobre a APA de Maricá (HOLZER, 1999); no estudo dos conjuntos vegetacionais que compõem a APA de Maricá (CRICHYNO e HOLZER, 2000); e a pesquisa intitulada "Avaliação Pós-Ocupação da Urbanização de Restingas: Impactos Ambientais de seu Parcelamento" (HOLZER e CRICHYNO, 2002).

Propostas de avaliação pós-ocupação se referem, geralmente, a edificações ou conjuntos de edificações, e são realizadas a partir de uma enquete que gera dados analisados quantitativamente. Nossa proposta é fazer uma avaliação do impacto causado pelo parcelamento e urbanização de modo qualitativo, ou seja, comparando, a partir de dados cartográficos, de fotografias, excursões a campo e entrevistas, as diversas possibilidades de implantação de um assentamento urbano. Para isso elegemos um marcador: a vegetação nativa, que nos casos analisados é de restinga. Selecionamos diversas áreas em que ocorre este tipo de vegetação no estado do Rio de Janeiro, todas limítrofes a áreas de proteção ambiental. Este artigo trata, especificamente, da Restinga de Maricá, situada no município do mesmo nome, no estado do Rio de Janeiro. Esse sítio se encontra totalmente parcelado com taxas de ocupação bastante diversificadas, podendo ir de 10% a 100% da quadra. A área de Proteção Ambiental de Maricá, que até hoje não possui plano diretor aprovado, foi mantida como área *non aedicandi* pela prefeitura municipal.

Processo de Urbanização e Impactos Ambientais Sobre a Vegetação

Cerca de 5.000 km do litoral brasileiro é ocupado por ecossistemas de restinga e dunas de areia. Esses sistemas, localizados na interface entre os ambientes

marinho e continental, possuem uma fragilidade intrínseca. Ao se constituírem como ambientes de transição oceano/continente, as zonas costeiras são constantemente afetadas por processos naturais de deposição marinha (ação eólica e marinha) e de drenagem fluvial, desenvolvendo aspectos sedimentares simultâneos em termos da predominância de um ou de outro fator ecológico. As zonas costeiras do estado do Rio de Janeiro constituem significativos exemplos de seqüências sedimentares regressivas e transgressivas associadas às variações do nível do mar durante o quaternário e ao aporte sedimentar do litoral, principalmente de origem fluvial. Isto se relaciona à ocorrência da componente vegetacional. As feições morfológicas do ecossistema de restinga ao longo do litoral fluminense são representadas por cristas de praias (*beach ridges*) e sistemas de restingas (*barrier systems*). (Figura 1 – Perfil da Restinga). As restingas constituem um dos ambientes naturais mais visados e explorados pelo turismo e atividades de lazer, com conseqüente ocupação antrópica por meio da urbanização. Como ecossistema litorâneo, a restinga se constituiu um dos primeiros ambientes a sofrer intervenção antrópica após a chegada dos europeus (DEAN, 1996). Na verdade, a utilização das restingas remonta à pré-história brasileira, como testemunham os vestígios arqueológicos encontrados em todo o litoral brasileiro, inclusive nas áreas de estudo propostas neste trabalho, e os relatos dos primeiros viajantes a tocarem nosso litoral (STADEN, LÉRY, ANCHIETA, p. ex.).

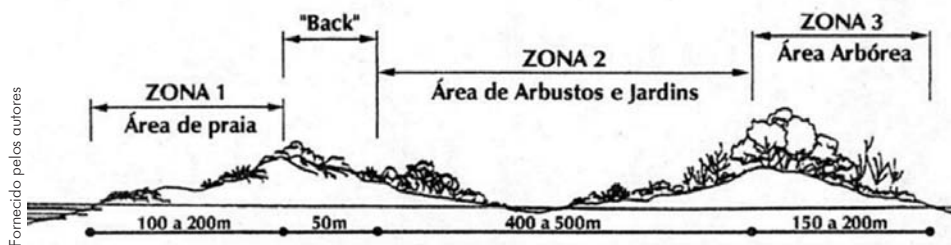


Figura 1: Perfil da restinga

A ocupação do litoral pelos europeus iniciou um ciclo de exploração mais intensivo dos recursos naturais da faixa litorânea, levando ao corte de madeira para diversos fins, e a utilização do solo para fins agrícolas, e, no caso das restingas, onde o solo é "pobre", para fins de pecuária.

Mais recentemente, essa faixa litorânea passa por um processo de degradação mais intensa devido à exploração de areia e turfa, ao uso de veículos, à retirada indiscriminada de espécies vegetais, à sua utilização como depósito de lixo, e, de modo definitivo, por seu parcelamento e ocupação por loteamento. Nesse sentido, a crescente atividade humana tem levado a uma desestabilização progressiva de seus componentes biológicos e paisagístico-ambientais, com a conseqüente degradação decorrente dos impactos da expansão urbana, voltada, muitas vezes, para o caráter especulativo.

A necessidade de estudos voltados para um processo de gestão e planejamento ambiental que considere os fatores ecológicos, paisagísticos e turísticos, conciliados com os princípios de conservação, possivelmente poderão minimizar os efeitos da degradação socioambiental do ecossistema de restingas.

As restingas de hoje já não possuem a exuberância descrita pelos naturalistas e cronistas que aqui estiveram entre os séculos 16 e 19 (Soares de Souza, Neuwied, Darwin, p. ex.). Atualmente a vegetação de restinga está reduzida, e confinada, a pequenas manchas remanescentes – que serão utilizadas neste trabalho como marcador para a avaliação pós-ocupação das áreas urbanizadas – e a situação de sua fauna se configura ainda mais crítica. Entretanto, em diversos locais, essas manchas de vegetação se constituem em ambientes bastante diversificados, que merecem ser preservados e recuperados, mas que estão altamente ameaçados pela expansão urbana, principalmente a voltada para a especulação imobiliária.

Durante o processo de urbanização ocorre, necessariamente, a fragmentação do ecossistema com a formação de manchas verdes de diferentes formas, tamanhos e graus de isolamento. Estudos científicos têm demonstrado (ANDRADE, 1967) que há uma correlação comparativa referente ao aumento do tamanho das ilhas de vegetação, relacionado a uma maior variabilidade de ambientes e quantidade de recursos em seu interior, o que diminui a probabilidade de extinção das espécies.

Ainda em relação à “Teoria de Ilhas”, verifica-se que o isolamento da ilha (ou mancha verde) tem determinado a taxa de colonização da mesma, ou seja, ilhas de vegetação mais próximas da fonte de espécies são mais facilmente colonizadas por novas espécies, aumentando sua diversidade, ou são mais facilmente recolonizadas pelas espécies que sofreram eventual extinção no local da ilha.

Com relação à forma que a mancha verde apresenta, segundo Goldstein (1981), foi verificado que é mais importante no caso das manchas pequenas (no qual a relação perímetro/área é maior) – quanto maior o perímetro em relação à área, maior também será o contato da mancha com o ambiente urbano e poucas espécies sobrevivem nestas condições.

Uma menor relação perímetro/área implica uma grande extensão interna da mancha verde (ilha) com condições mais naturais, o que permite a manutenção da diversidade de espécies, original da mancha. A forma circular é a que minimiza esta relação perímetro/área e deve ser objeto de nossos estudos.

Nesse sentido, Goldstein (1981) verificou que a tendência histórica da urbanização de dividir os parcelamentos em lotes retangulares faz com que as manchas de vegetação, eventualmente preservadas, sejam pequenas e

sujeitas à intervenção humana. Os mesmos autores propõem outros desenhos formais, como, por exemplo, formas hexagonais, nos quais os lotes seriam fatias triangulares do hexágono.

Outros estudos (BLOUIN e CONNOR, 1985), no entanto, discutem a possibilidade desse sistema apresentar falhas, argumentando que ele não permitiria a manutenção do gradiente ambiental perpendicular à praia, além de não considerar comportamentos culturais como o de cercar ou murar os lotes, o que causa fragmentação da mancha verde e uma grande intervenção no centro da mesma, local de encontro das cercas.

Neste trabalho se pretende discutir esses parâmetros de parcelamento, considerando a otimização da preservação da restinga em consonância com as aspirações sociais, culturais e ambientais de seus diversos usuários.

Análise Urbanística da APA de Maricá

A área em questão é constituída por extenso cordão litorâneo, com cerca de 20 km de extensão, caracterizado geologicamente e, em termos de vegetação, como uma formação de restinga. Essa caracterização indica um sistema geológico precário, que, se não estivesse associado à vegetação, fixando seu solo arenoso, poderia ser facilmente destruído pela violência do mar. Esse o motivo que recomenda um estudo aprofundado e judicioso de qualquer intervenção humana, em especial a urbanização.

A Área de Proteção Ambiental de Maricá, criada em 1984, é a mais antiga APA sob administração estadual, sendo gerenciada pela FEEMA, órgão de fiscalização ambiental do estado. A área protegida abrange 496 hectares de vegetação de restinga, em uma estreita faixa que se estende no sentido leste-oeste, espremendo-se entre o Oceano Atlântico e a Laguna de Maricá, no sentido sul-norte (SEMAM/IEF, 1994).

A colonização da área é antiga, datando do século 16, mas as condições da costa, impróprias para se aportar, e do solo, arenoso na restinga, impeliram a ocupação para o interior, na orla entre as lagunas e a serra, onde se implantou a Vila de Maricá, circundada por prósperos engenhos de açúcar e de aguardente. No entanto, a pesca era sua atividade mais importante, sendo a colônia do Zacarias, situada na APA, responsável, em 1940, por 1/3 da produção pesqueira do estado (LAMEGO, 1974).

A expansão urbana é recente, mas a quase totalidade da restinga já estava loteada na década de 80, quando as atividades, tradicionais do município, inclusive a pesca, já haviam entrado em decadência. Os anos 90 marcam uma expansão, e especulação imobiliária intensiva, quando o município mais que dobrou sua população de residentes.



Foto 1: Parcelamento em Maricá

Werther Holzer

Dos objetivos que orientavam o plano diretor, deve ser destacado o da preservação de áreas com valor paisagístico, com especial destaque à restinga e às suas praias. Para atingir esses objetivos o plano diretor propunha coibir a ocupação das dunas e praias da restinga, de modo a manter a vegetação existente e as características especiais da área; além de obstar a construção de outras estradas ao longo da restinga, restringindo a circulação à via existente.

Segundo o plano diretor, a “Zona Especial da Restinga” deveria ser objeto de um plano urbanístico detalhado, que lamentavelmente não foi implantado. Dentre as proposições do plano diretor para que fossem atingidos os objetivos propostos, estava a de número 9, que determinava o estabelecimento “... de condicionantes ambientais para a ocupação das orlas marítima e lacustre, de modo a orientar a urbanização destas áreas”.

Implementado o plano diretor, aprovado em dezembro de 1983, algumas medidas iniciais de salvaguarda à restinga e à orla marítima foram adotadas. Está determinado que na orla marítima deve ser respeitada faixa estabelecida pela regulamentação urbanística, além das disposições existentes no Código Florestal e demais legislações aplicáveis; que: “será considerada como ZNAM (Zona Non-Aedificandi Marítima) a faixa de 50 metros ao longo do mar a partir da linha média da maré.”; que “os projetos de urbanização na área da restinga deverão respeitar a vegetação nativa e as dunas cujas características de excepcional beleza e raridade evidenciam a necessidade de sua preservação”.

Podemos ver que tanto o plano diretor quanto o PDU consideravam a fragilidade do ecossistema da restinga e ofereciam mecanismos para sua preservação. No entanto, nesta ZNAM, por exemplo, foram implantados quiosques, e inclu-

Foto 2: Destruição das construções em 2001



Werther Holzer

sive residências, destruídos por um ciclone em maio de 2001. Os quiosques foram implantados sobre a primeira faixa de vegetação de restinga, a que fixa o solo arenoso e o protege no embate com as marés, sobre uma rua projetada, ainda que inviável de ser implantada, configurada como área *non aedificandi*. Eis o motivo de sua destruição.

Avaliação Preliminar dos Impactos da Urbanização Sobre a Vegetação

Como foi exposto acima, a destruição das formações vegetais da restinga de Maricá tem levado à rarefação das espécies nativas, que atualmente só podem ser encontradas em manchas isoladas ou na APA.

A fisionomia da componente vegetal da restinga, compreendendo espécies nativas, revela ainda um potencial residual, que se encontra ameaçado de destruição, representado em grande parte pelas espécies de valor ornamental, com vista à preservação ambiental e à utilização no planejamento paisagístico de áreas litorâneas.

De modo geral, os estudos botânicos e paisagísticos carecem de um levantamento do potencial da vegetação da restinga de Maricá em termos de usos aplicados em tratamento paisagístico de áreas urbanas.

No que concerne ao potencial paisagístico da restinga de Maricá, no contexto da fisionomia da paisagem natural litorânea, a vegetação se apresenta como uma sucessão de “mosaicos” variados, formados de “jardins naturais”, resultantes de um processo ecológico de fixação e distribuição de diversas espécies nativas.



Foto 3: Restinga de Maricá

Werther Holzer

A organização desses diversos “mosaicos” de cunho ecológico e paisagístico determina, de certo modo, a composição de diferentes tipologias de jardins, nas quais são encontradas de muitas a poucas espécies reunidas, por meio de um processo de associação biológica ambiente/fauna/flora.

A presença de um determinado elemento vegetal (espécie), em torno do qual se associam e reúnem-se outras espécies, que mantêm graus de dependência ou não, torna possível esse estabelecimento interativo com o ambiente local em razão de diversos fatores, tais como: suporte, solo, ventilação, insolação, biomassa vegetal, concorrência espacial, etc.

Na formação inicial desses “jardins naturais”, observa-se que há sempre um elemento vegetal colonizador, capaz de interferir no futuro desenvolvimento desses “jardins”, existindo como componente vegetal dominante ou cedendo lugar ao estabelecimento de outras espécies em uma escala de desenvolvimento e de sucessão natural.

Para que se considere o potencial paisagístico de uma espécie, deve-se levar em conta as funções e características que ela desempenha na paisagem natural, nas diferentes zonas ou faixas do cordão arenoso da restinga: anteduna, duna, pós-duna, depressões e terrenos mais elevados.

No processo de formação dos “jardins naturais” da APA de Maricá, essas funções e características são importantes para a fisionomia dos conjuntos vegetacionais, de modo a cada elemento contribuir para a visualização do todo e das partes, realçando os atributos paisagísticos em termos de forma, cor, textura, ritmo, volumetria, interação ecológica, entre outros.

A partir da análise da fisionomia dos conjuntos vegetacionais, podem ser percebidos cinco níveis, ou extratos, na composição dos “jardins naturais”: 1 – o revestimento do material arenoso em aclave suave e em áreas planas; 2 – o revestimento de material orgânico e argilo-siltoso, abrangendo o extrato vegetal de gramíneas e herbáceas; 3 – o revestimento vegetal do extrato arbustivo baixo; 4 – o revestimento vegetal do extrato arbustivo alto, trepadeiras e epífitas; 5 – o revestimento arbóreo, estabelecendo massa de vegetação compacta.

Em função desses níveis ou extratos formadores dos conjuntos vegetacionais, foram identificadas cinco tipologias de “jardins naturais”, a saber:

Tipologia de revestimento – apresenta vegetação de porte rasteiro, formado pelo solo arenoso e de gramíneas ou porte relvado, sujeita à ação da salinidade, vento e insolação, e dependendo da localização, sujeita ao efeito das marés altas. Coloniza os primeiros metros de substrato, raramente observada fora da área de influência das marés. A partir dos 25 metros para o interior da restinga ocorrem outras espécies.

Tipologia de porte herbáceo – apresenta vegetação formada por espécies pioneiras (bromélias, gramíneas e cactos) que possibilitam fixar nutrientes e meio propício ao desenvolvimento de outras espécies no solo arenoso das antedunas, constituindo os primeiros arranjos vegetacionais.

Foto 4:
Tipologia de
revestimento



Werther Holzer

Tipologia de porte herbáceo e arbustivo – apresenta vegetação formada por espécies de herbáceas da faixa anterior e arbustos baixos, com ramos rentes ao solo após o cordão de dunas, possuindo altura variável de 1 a 3 metros.



Foto 5: Tipologia de porte herbáceo

Tipologia de porte arbustivo/trepadeiras – apresenta vegetação caracterizada por grandes espaços livres de revestimento arenoso, alternados com aglomerados de manchas de vegetação – “jardins naturais” (herbáceas, arbustos, trepadeiras e epífitas). Nessas formações de 3 a 6 metros de diâmetro variável, em algumas áreas que apresentam depressões próximas ao lençol freático, ocorrem espécies higrófilas reunidas em pequenos bolsões e alagados, além de outras importantes espécies.



Foto 6: Tipologia de porte herbáceo/arbustivo

Tipologia de porte arbóreo – apresenta vegetação predominantemente arbórea de 6 a 10 metros, que ocorrem em terreno mais elevado que os anteriores (mata de restinga).

Foto 7: Tipologia de porte arbustivo/
Trepadeiras



Foto 8: Tipologia de porte arbóreo



Fotos: Werther Holzer

Como forma de intervenção humana, a urbanização é aquela cujos efeitos são mais deletérios, pois age diretamente na eliminação do ecossistema e não somente em sua degradação. Na ocupação da faixa litorânea por loteamentos, uma prática rotineira é a eliminação total da vegetação nativa para sua delimitação e urbanização, processo que se completa quando as unidades são implantadas. Quando há um ajardinamento do local, geralmente é feito com plantas exóticas.

A eliminação de um ecossistema é acompanhada do empobrecimento da biodiversidade, com a possível extinção das espécies. No caso das restingas, pode haver a diminuição do próprio valor econômico do empreendimento imobiliário, pois a ausência de vegetação causa desestabilização do solo (essencialmente arenoso), provocando bloqueio de estradas, invasão das habitações por areia, além de assoreamento e obstrução de lagoas e cursos d'água – processo que pode ser observado em toda sua magnitude em Itaúnas – ES. Também as construções à beira-mar ficam diretamente expostas ao vento e à maresia, e em alguns casos à ação direta das marés. A cobertura vegetal, por outro lado, contribui para manter a permeabilidade do solo, que permite a alimentação dos lençóis freáticos, garantindo a estabilidade em seu nível e, conseqüentemente, o fornecimento de água potável na região.

Desse modo, a questão fundamental se relaciona com o planejamento do parcelamento das restingas, e a gestão ambiental da ocupação humana. Essa gestão exige uma reformulação nos modelos de parcelamento, na qual a APO pode ser um subsídio de projeto poderoso. No caso da restinga, a análise dos diferentes níveis de degradação da vegetação pode ser um indicador preciso de como se percebe e manejam-se os recursos naturais disponíveis, indicando que as opções atuais de traçado viário e de formato dos lotes e quadras impedem a efetiva preservação dos recursos, alterando os níveis de tolerância socioambiental das comunidades locais.

Conclusão

Diante do quadro de degradação da paisagem litorânea, dos impactos socioambientais desencadeados pela intensa urbanização pouco ou nada planejada, os ecossistemas litorâneos, como outros, vêm sendo destruídos e substituídos por outros indicadores ambientais. Dentre estes, a vegetação constitui elemento fundamental na aferição e avaliação dos efeitos da ocupação urbana, e até como marcador da apropriação econômica, social e ambiental que se faz da paisagem. Desvelados os entrelaçamentos, no âmbito da preservação e do planejamento ambiental, e a lógica dos interesses econômicos determinantes das ações dos proprietários de terra e dos incorporadores imobiliários e da inércia das políticas públicas (ante a amplitude da legislação ambiental), é possível pensar que todos esses fatores são determinantes na reconfiguração das paisagens que compõem a área de proteção ambiental, objeto de nosso estudo.

O processo de urbanização clássico, principalmente destinado a abrigar complexos turísticos, industriais e habitacionais, tem causado grandes devastações nas áreas de restinga. Mesmo que parte de suas áreas sejam mantidas intactas, as áreas devastadas (devido ao nosso conhecimento ainda incompleto

da amplitude das interações ambientais e à fatura de espécies endêmicas) perdem muito de sua riqueza biológica e de seu equilíbrio ambiental e, portanto, seu potencial produtivo.

As restingas, enquanto ecossistema típico da zona costeira, encontram-se totalmente contidas em terras continentais, possuindo grande importância para a estabilidade do meio marinho. A vegetação existente é própria e tem papel fundamental na fixação dos substratos (dunas móveis de areias) em relação a tempestades e ventos, ainda mais nestes tempos de aquecimento global, sobre o qual se tem pouca informação precisa, mas que pode ter um impacto enorme em toda a área costeira. A vegetação possibilita a subsistência de uma diversidade de espécies animais que têm nas matas das dunas um hábitat específico (CLARK, 1985). Sua eliminação aumenta a velocidade de expansão das dunas (COUTINHO, s.d.), criando problemas ambientais imediatos ao seu entorno, com a ocupação e o soterramento de áreas significativas pelas areias impulsionadas pelos ventos (RIO GRANDE DO NORTE, 1989), trazendo conseqüências no custo de equipamentos para sua remoção, além de problemas de segurança nas estradas e na consolidação de áreas habitacionais.

As dunas possuem um alto valor para as comunidades, tanto por seu caráter paisagístico como ambiental, devido às excepcionais qualidades cênicas, biológicas e edafológicas. Entretanto, mostram-se especialmente sensíveis a qualquer forma de assentamento humano que desestabilize sua estrutura por completo. Esta desestabilização ocorre quando da retirada de vegetação e areia, além da filtragem de seus aquíferos.

De modo geral, nas restingas, justamente pelo fato de ocorrerem sobre terrenos planos do litoral, acontecem as maiores explorações, pelas mais diversas formas de assentamento humano, com destaque para a urbanização desordenada. Esses fatos justificam um cuidado especial do ponto de vista paisagístico e socioambiental em termos morfológicos, estéticos, culturais e econômicos, sendo considerados os remanescentes de vegetação como simples “mato” por todos que nela constroem.

Sua vegetação não possui o porte nem é o “totem cultural” em que se converteu a mata atlântica. Paradoxalmente, a erradicação intensiva da vegetação de restinga a transforma em ambiente raro, isto é, excepcional. Tal situação torna, de imediato, esses ecossistemas paisagisticamente interessantes (como já o são em termos ambientais), na medida em que abrigam formas especiais de associação entre flora e fauna de ecossistemas diversos.

Diante desse quadro, a vegetação, como possível marcador referencial no processo de preservação ou de degradação paisagística, aponta para a questão de parâmetros comparativos de pós-ocupação da urbanização no estudo de

áreas de restinga. Nesse sentido, cabem algumas questões que conduzem a um conjunto de reflexões, as quais podem ser chamadas de temáticas:

- Frente ao processo de expansão urbana e a necessidade de um planejamento socioambiental da paisagem litorânea, qual é o papel das áreas de proteção ambiental de restinga em termos da preservação e manejo de sua vegetação?
- Quais os segmentos significativos que podem ser inseridos nos modelos de planejamento paisagístico ambiental, destinados à preservação permanente, de modo que a população tenha assegurada a efetiva implementação de um gerenciamento costeiro dos recursos naturais?
- De que forma seriam privilegiados pelo planejamento urbano os loteamentos e assentamentos humanos que conservassem partes significativas de vegetação de restinga, de modo contínuo e sucessivo, vinculando-as à implementação de projetos de desenvolvimento auto-sustentáveis?
- Quais as novas concepções e padrões de parcelamento do solo urbano, geradas no contexto de um planejamento paisagístico-ambiental?
- De que modo a vegetação pode configurar-se como marcador de uma avaliação pós-ocupação na urbanização de restinga?

A proposta temática principal já aponta para possíveis desdobramentos deste trabalho, ampliando-o para um quadro urbano mais geral, a partir da avaliação dos conjuntos vegetacionais de restinga e medidas de conservação e planejamento que permitam estabelecer parâmetros de análise comparativa, orientando novos padrões de ocupação ordenada dos ecossistemas de restinga, relacionando-os com a gestão auto-sustentável da urbanização em áreas litorâneas.

Nesse sentido, a proposta de utilizar-se a vegetação de restinga como marcador na avaliação pós-ocupação, que é objeto do trabalho o qual vem sendo desenvolvido, ainda que a título de ensaio, já tem acumulado material bibliográfico e dados de campo sobre o tema.

Bibliografia

- Ab'SABER, Aziz N. *Os domínios de natureza no Brasil: Potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ANDRADE, M. A. B. *A Baixada Santista: Aspectos geográficos*. São Paulo: Edusp, 1967.
- BLOUIN, M.; CONNOR, E. S. Is there a best shape for nature reserve?. *Biol. Conserv.*, n. 32, p. 277-288, 1985.
- CLARK, J. R. *Coastal Ecosystems Management: A Technical Manual for the Conservation of Coastal Tones Resources*. Nova York: John Wiley, 1977.
- COUTINHO, Leopoldo Magno. *Mata costeira, restinga e mangue*. São Paulo: ABAP, s.d. (apostila)
- CRICHYNO, Jorge; HOLZER, Werther. Área de proteção ambiental: Potencial paisagístico-ambiental da vegetação aplicada ao paisagismo. In: V ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL. 2000, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Semiotic Systems, 2000, CD-ROM.
- CRICHYNO, Jorge. Uso potencial da vegetação de restinga (Maricá - RJ): critério para seleção de espécies em projetos de paisagismo. In: II ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL. São Paulo, UNIMARCO, 1996. p. 131-144.
- DEAN, Warren. *A ferro e a fogo: A história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GOLDSTEIN, E. L. Exploration in birdland geometry. *Urban Ecology*, n. 5, p. 113-124, 1981.
- HOLZER, Werther. *Diagnóstico e propostas de projeto urbano e paisagístico para a área de Proteção Ambiental de Maricá – RJ*. Projeto de Pesquisa. Niterói: UFF/PROPP/TUR, 1999.
- LAMEGO, Alberto. *O homem e a restinga*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Lidador, 1974.
- RIO GRANDE DO NORTE (ESTADO). Secretaria de Planejamento/IDEC. *Plano de Manejo do Parque das Dunas de Natal*. Natal: IDEC, 1989.
- SEMAM/IEF. *Reserva da biosfera da Mata Atlântica*. Rio de Janeiro: SEMAM/IEF, 1994.

OS ESPAÇOS VERDES NA HISTÓRIA DO RECIFE

Ana Rita Sá Carneiro

Professora Doutora da graduação e pós-graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE; coordenadora do Laboratório da Paisagem e membro do CECI – UFPE.

e-mail: anaritacarneiro@hotmail.com

Colaboração

Aline de Figueirôa Silva

Bolsista de iniciação científica do PIBIC-CNPq, acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco.

Pricylla Amorim Girão

Bolsista de iniciação científica do PIBIC-CNPq, acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco.



RESUMO

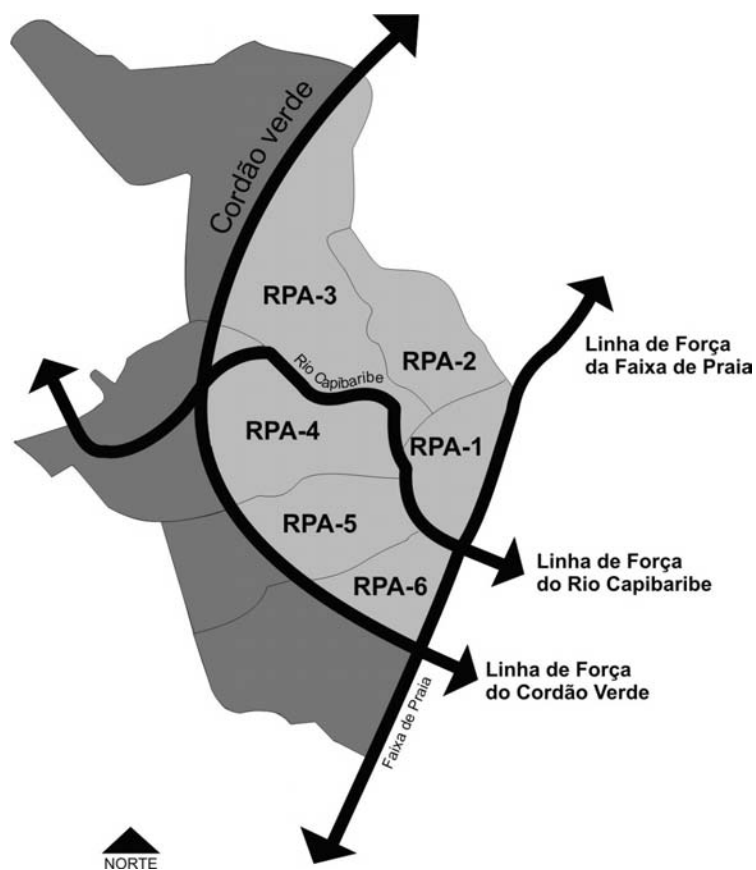
O objetivo deste texto é iniciar o debate sobre a avaliação da cobertura vegetal na cidade do Recife para a caracterização da paisagem de suas regiões, a partir dos dados da pesquisa Espaços Livres do Recife (2000). A avaliação tomou como base as linhas de força da paisagem que se evidenciam como elementos estruturadores: o rio Capibaribe, a mancha das unidades de conservação e a faixa do litoral, cada uma marcada por um elemento vegetal característico, a saber, mangues, espécies da mata atlântica e coqueiros, respectivamente. Os outros espaços livres como parques, praças e jardins, representados, predominantemente, pelos sombreiros, acácias e castanholas, encontram-se espalhados na malha urbana e não parecem estar articulados entre si nem com os elementos estruturadores. Dois aspectos nortearam essa avaliação: a leitura dos maciços vegetais nas linhas de força da paisagem e a perspectiva de resgate dos princípios estéticos e ecológicos que caracterizavam as antigas intervenções paisagísticas, priorizando uma articulação dos espaços verdes. Constata-se que, ao longo do tempo, a paisagem não foi conservada, passando-se da escala macro para a micro, atuando-se de forma pontual, o que fez configurar espaços livres fragmentados em um território denso de construções. A perspectiva de resgatar os espaços verdes está depositada em uma possível articulação entre eles, a partir das linhas de força da paisagem. Nesse sentido, a avaliação da cobertura vegetal consubstancia uma metodologia que aborda a escala macro das linhas de força e regiões da cidade até a escala micro dos bairros e espaços livres, destacando as referências históricas naturais e culturais visando a uma articulação desses espaços.

Palavras-chave: Espaços livres, espaços verdes, paisagismo, história do paisagismo.

ABSTRACT

The aim of this work is to start the debate about the evaluation of the greenery in the city of Recife as part of the landscape character of the regions taking into account the Recife Open Spaces Research in 2000. This evaluation is based on the landscape structure lines: the Capibaribe river, the protected green areas and the coast. Each of them is marked by a specific vegetation such as the mangrove, the atlantic forest species and the coconut trees. The other types of open spaces such as parks, squares, gardens are distributed in the urban space without any articulation between them and the landscape structure lines. Two aspects have conducted this first evaluation: the identification of the landscape structure lines and the rescue of the aesthetic and ecological principles from the oldest landscape designs which focusing the green spaces articulation. So, it shows that landscape has not maintained and conserved as it should, and the city passed to be planned in a "micro" scale creating isolated small open spaces without any articulation inside dense built space. The intention to rescue the green spaces is seeking an articulation between the small open spaces and the landscape structure lines. In this way, the evaluation of green spaces concerns a methodology which considers the "macro" scale focusing the landscape structure lines and the regions of the city, and the "micro" scale focusing the quarters and small open spaces, creating natural and cultural historical references and their articulation.

Key words: Urban open spaces, green areas, landscape architecture, landscape architecture history.



Mapa 2: Linhas de força da paisagem
Fonte: Sá Carneiro e Mesquita (2000)

Nessa nova leitura, foram identificadas as linhas de força da paisagem, hoje evidentes, delineando e caracterizando o espaço; são elas: o rio Capibaribe, os morros que compõem as unidades de conservação e o litoral (CULLEN, 1980), (SÁ CARNEIRO e MESQUITA, 2000) e (BALTAR, 2000). O rio cortando a cidade de leste a oeste em um desenho sinuoso que parece ter sido referência para o traçado urbano apenas no início da ocupação; os morros formando um cordão verde de proteção do lado oeste, parecendo resultar de uma ação de compressão, de esmagamento que partiu do litoral, como se a condição urbana repelisse a proximidade com a vegetação densa (HOLLANDA, 1976, p. 39), e o litoral, em linha reta e limitando uma ocupação compacta (Mapa 2).

Como mostra o Mapa 2, o cordão verde dos morros, formado pelas unidades de conservação, parte do conjunto dos espaços públicos de equilíbrio ambiental e cuja área corresponde a mais de 80% da área dos espaços livres da cidade, representa o parâmetro de maciço vegetal urbano para este estudo. São maciços vegetais os quais concentram elementos da paisagem natural – remanescente da mata atlântica –, amenizando a densidade construtiva dos bairros do entorno, mas que, de certo modo, expõem a fragmentação dos outros tipos de espaços livres da cidade (Foto 1).

Foto 1: A Unidade de Conservação do Parque dos Manguezais, com 212 ha, localiza-se entre a RPA6 e a área central – RPA1
 Fonte: Acervo do Laboratório da Paisagem (2000)



Assim, este trabalho apresenta as primeiras reflexões no sentido de avaliar a cobertura vegetal do Recife, caracterizando-a segundo as seis regiões político-administrativas – RPAs. De forma quantitativa, mediante a proporção dessa área verde considerada significativa em alguns tipos de espaços públicos, e, de forma qualitativa, observando sua distribuição na malha urbana, seu ritmo, proximidade dos maciços vegetais, enfim, relacionando dois princípios de concepção, característicos de sua formação ao longo da história: os princípios estéticos e os princípios ecológicos.

Inspirando-se na História

A paisagem recifense revela ações de iniciativas marcantes, em períodos importantes da história, mediante o tratamento estético dos espaços vegetados como uma expressão artística de compatibilidade ecológica com o caráter do sítio e destinados ao convívio da população. Os espaços verdes, portanto, exemplificaram cenários harmoniosos e contínuos, em uma relação de complementaridade com a arquitetura e o entorno, conforme pensa Sitte (1992).

O elemento vegetal participa da paisagem recifense sob diversas configurações: nas espécies de áreas remanescentes da mata atlântica, nos diversos tipos de mangue, no coqueiral da costa litorânea, nos sombreiros, acácias e castanholas predominantes nos parques e praças, além da mata ciliar das margens de rios (Foto 2). É possível dizer que o recifense tem uma relação histórica, social e paisagística com a vegetação, parecendo ter permanecido como uma relação muito mais de referência simbólica do que como uma relação de afetividade incorporada às suas práticas.



Foto 2: Vegetação estruturando o espaço do Parque 13 de Maio
Fonte: Acervo do Laboratório da Paisagem (2000)

Desde o século 17, no Parque de Friburgo criado por Maurício de Nassau, a vegetação exerceu preponderância, segundo uma estrutura verde de coqueiros enfileirados em sua função de referenciais do poder, cuja beleza paisagística foi reproduzida por Frans Post em cenários relacionados com as águas do rio (Foto 3). Ainda nesse período, a preocupação com o tratamento paisagístico contínuo impulsionou o plantio de coqueiros no denominado Terreiro dos Coqueiros onde fica, hoje, a Praça da Independência.

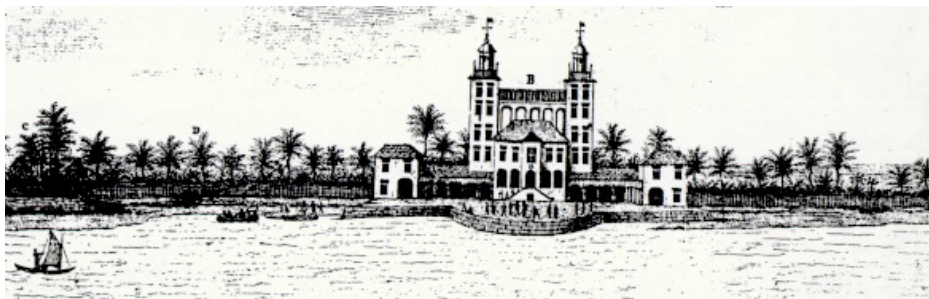


Foto 3: O Palácio de Friburgo e os coqueiros definem o parque na paisagem (séc. 17)
Fonte: Atlas Histórico Cartográfico do Recife (1988)

Propostas de espaços públicos articulados despontam no século 19, por exemplo, a que agrega o Parque 13 de Maio e a Praça da República, valorizando o rio Capibaribe na paisagem, preservando a vegetação e o projeto do parque, de influência renascentista (MENEZES, entrevista, 2000). Mas é na década de 30 que a presença do paisagista Burle Marx consolida a modelação de uma paisagem verde nos espaços públicos, combinando espelhos d'água com a flora regional e exótica, em uma composição plástica priorizando a estética e a ecologia. Caracterizam-se, nesse momento, intervenções pontuais nas quais ele cria, para cada jardim, um "motivo diferente", coincidindo com as intenções dos holandeses no trato dos espaços de convívio como verdadeiros jardins de contemplação. Por exemplo, pensou a Praça da República se prolongando até a margem do rio Capibaribe, em uma intenção de continuidade e integração (*Diário de Pernambuco*, 20 maio 1937), (Foto 4).

Foto 4: A Praça da República e os Jardins do Palácio do governo (acima) ocupam hoje o espaço do Parque de Friburgo
Fonte: Acervo do Laboratório da Paisagem (1999)



É nesse período que o higienismo influencia planos urbanísticos de remodelação, mediante propostas de espaços livres públicos integrados à estrutura urbana, então entendidos como espaços de renovação ambiental. Cinco planos foram propostos para o Recife, dos quais quatro valorizavam o rio Capibaribe, integrando-o às avenidas que se abriam criando parques, praças e jardins – o de Domingos Ferreira (1927), o de Fernando Almeida (1931), o de Nestor de Figueiredo (1932) e o de Ulhôa Cintra (1942) (BALTAR, 2000, p. 121). Nenhum desses planos foi concretizado, apenas intervenções pontuais aconteceram, posteriormente. Por outro lado, uma outra dinâmica de construção da cidade é percebida pelos arredores, sob a ordem da necessidade de sobrevivência, mediante aterros de mangues em uma busca de fixação no território. Assim também se vai estabelecendo uma outra relação, esta, de luta e competição com a natureza.

Por volta da década de 50, os espaços públicos começam a perder sua expressividade e valor de comunicação e informação quando o Parque 13 de Maio, inaugurado em 1939, tem sua área inicial reduzida para a expansão do sistema viário e construção de edificações (RIBEIRO, 1998). A expansão urbana acelerada que se segue, com a implantação de loteamentos concebidos sob a ótica do lucro, desmembrando antigos sítios e chácaras das atuais zonas urbanas, comprometia cada vez mais o tecido urbano e a existência dos espaços livres (BALTAR, 2000, p. 84). Os espaços públicos passam a constituir espaços de sobras ou remanescentes do traçado desses loteamentos e da expansão do sistema viário. O rio, segundo Baltar (2000, p. 54), “o que há de mais típico na paisagem recifense”, é abandonado na relação do projeto urbano e desprezado, tendo suas margens entulhadas de lixo (Foto 5). Nesse momento, com uma análise bastante detalhada, o professor Antonio Baltar apresenta seu estudo *As diretrizes de um plano regional para o Recife* (1951) para o provimento da cátedra de Urbanismo e Arquitetura Paisagística na Escola de Belas Artes da Universidade do Recife. Esse estudo agrega preocupações de expansão com a visão ecológica, econômica e estética, ao lado da ênfase dada à arquitetura paisagística que, no entanto, parece ter sido esquecida no planejamento da cidade.



Foto 5:
A ocupação das favelas no centro do Recife congestionou o acesso às margens do rio Capibaribe
Fonte: Acervo do Laboratório da Paisagem (2002)

Só nos anos de 1980 é que acontece a criação de dois parques como ações isoladas – o da Jaqueira e o de Santana –, embora originados de uma proposta mais ampla a qual incluía outros parques ao longo do rio Capibaribe (RIBEIRO, 1998). Expressa-se, de certo modo, uma preocupação com os espaços públicos, mas de forma localizada e direcionada para os bairros bem abastecidos, sem contemplar a cidade em sua totalidade. O surgimento de outros parques e praças, daí em diante, procura atender muito mais às necessidades recreativas da população mediante a oferta de equipamentos esportivos, parecendo se desprender dos princípios estéticos e ecológicos das primeiras intervenções (Foto 6). Ao mesmo tempo, a construção de uma cidade vertical exige alargamento de vias e estacionamentos, em detrimento da perda dos jardins e quintais de antigas residências e da arborização de ruas.

Foto 6:
A atividade
esportiva
transformou
o caráter
contemplativo da
Praça Pinto Damaso
Fonte: Acervo do
Laboratório da
Paisagem (2003)



Uma Avaliação do Verde nos Espaços Livres

A caracterização da paisagem das regiões do Recife tem início com considerações sobre a vegetação, um elemento significativo na história de sua paisagem. Assim, buscou-se avaliar as condições da cobertura vegetal nos espaços livres, tomando por base o percentual da vegetação nos *parques, praças, jardins e unidades de conservação*, visto que estes representam as concentrações significativas de áreas verdes como espaços bolsões de uso público nas funções de recreação e de equilíbrio ambiental. Dessa forma, excluem-se os jardins lineares então considerados como parte da arborização de ruas e os demais tipos de espaços públicos encontrados.

O percentual da vegetação foi obtido na pesquisa *Espaços Livres do Recife (2000)* com a observação e avaliação *in loco* nos parques e nas praças, estimando-se uma proporção de área revestida de vegetação arbórea, arbustiva ou herbácea, de forma comparativa, com algumas praças referenciais analisadas pelo grupo. Além disso, foram levados em consideração aspectos qualitativos como a presença de praças mais representativas da cidade, que fizeram parte dos 43 espaços livres da amostra do livro *Espaços livres do Recife (2000)*, a existência de praças projetadas pelo paisagista Burle Marx e, finalmente, a presença de vegetação densa nas unidades de conservação e da água no rio, mar ou lagoa.

Sem dúvida alguma, as unidades de conservação com aproximadamente 100% de cobertura vegetal, a desenharem o cordão verde a oeste, acenam uma possibilidade de resgate dos espaços livres vegetados para equilibrar com os espaços edificados. Por sua concentração elas têm representatividade, correspondendo a 30% da área da cidade, o que não acontece com os outros tipos dos espaços verdes. Os parques, correspondendo a 0,20%, e as praças, a 0,28%, não expressam essa representatividade (SÁ CARNEIRO e MESQUITA, 2000, p. 43), (ver Tabela 1).

Espaços Verdes	Quantidade	Área Total (m ²)	% em relação à área da cidade (*)
UC's	19	66.041.800,00	30,00
Parques	8	429.693,51	0,20
Praças	219	635.586,16	0,28
Jardins	21	72.636,00	0,05
Total	267	67.179.715,00	30,53

* Área da cidade = 220.000.000,00 m²

Fonte: Autoras

No propósito de relacionar a cobertura vegetal dos espaços verdes e das regiões do Recife com reflexo na paisagem, observa-se a projeção da RPA3, com 54,68% de maciços vegetais, onde está situada a maior unidade de conservação Guabiraba/Pau-Ferro, com 3.674 ha; seguem-se a RPA4, com 28%, e a RPA5, com 23%, cujo uso predominante é o residencial. A RPA1, que consiste na área de ocupação mais antiga, mesmo com a presença do Parque 13 de Maio e da Praça da República, não possui expressiva proporção de área verde, mas, em compensação, desfruta de extensa superfície das águas do rio Capibaribe (ver Tabela 2).

RPA	Área Total da RPA (m ²)	UC's, Parques, Praças e Jardins		
		Área Total (m ²)	Área Cob. Veg. (m ²)	% Cobertura Vegetal
1	16.059.000,00	266.018,00	192.510,70	1,20
2	14.300.000,00	579.735,00	555.791,55	3,89
3	77.873.000,00	42.640.475,00	42.584.414,05	54,68
4	42.141.000,00	11.907.057,00	11.806.834,30	28,02
5	30.103.000,00	7.231.470,00	7.175.863,10	23,84
6	39.018.000,00	4.742.435,00	4.656.387,20	11,93

Fonte: Autoras

A influência exercida pela presença da cobertura vegetal nessas regiões está refletida na condição privilegiada do maior convívio com o verde encontrado em determinados bairros os quais contêm unidades de conservação e parques

em seu domínio, como o bairro da Jaqueira com 25% de área verde, o de Dois Irmãos, com 75%, e o de Guabiraba, com 87% na RPA3; a Várzea, com 49%, na RPA4; o Barro, com 49%; Jiquiá, com 33%; Curado, com 49% na RPA5; e o Pina, com 35% na RPA6. Na verdade, essa avaliação por bairro justifica-se para evidenciar que 40% dos 94 bairros da cidade têm menos de 1% de cobertura vegetal, mesmo se reconhecendo que a função de equilíbrio ambiental desses espaços extrapola os limites do bairro (ver Tabela 3).

Tabela 3: Presença dos Espaços Verdes – UC's e Parques – nos Bairros por RPA						
Espaços Verdes	% da cobertura vegetal nos bairros por RPA					
	1	2	3	4	5	6
UC			Dois Irmãos (75%)	Várzea (49%)	Barro (49%)	Pina (41%)
			Guabiraba (87%)		Jiquiá (33%)	
					Curado (49%)	
Parque			Jaqueira (25%)			

Fonte: Autoras

Tabela 4: Quantidade dos Espaços Verdes – UC's, Parques, Praças e Jardins							
Espaços Verdes	RPA 1	RPA 2	RPA 3	RPA 4	RPA 5	RPA 6	Total
Unidades de Conservação	1	1	3	4	6	4	19
Parque	1	0	3	3	0	1	8
Praça	32	21	33	33	39	61	219
Jardim	6	2	5	3	1	4	21
Total	40	24	44	43	46	70	267

Fonte: Autoras

Por sua vez, a quantidade desses espaços verdes informa que o Recife tem uma tradição de praças por seu maior número (219), seguido dos jardins (21), mas acusando sua carência de grandes espaços livres de recreação, como os parques, que são apenas oito. Destes, três estão na RPA3, com estado de conservação regular e bom, e três estão na RPA4, dos quais um se encontra em estado de abandono. A maioria dos espaços verdes está concentrada na RPA6 (70) pelo número maior de praças (61), o que pode estar relacionado à expansão dos bairros populares para o lado sul em meados do século passado, seguida das RPAs 5, 3 e 4, cuja quantidade se equivale.

É nas praças projetadas pelo paisagista Burle Marx que a vegetação aparece, de maneira expressiva, como o principal componente da paisagem, concentrando-se na RPA3: as praças de Casa Forte, do Derby, do Entroncamento e Faria Neves. Na RPA1 estão situadas as praças da República e Artur Oscar e, na RPA4, as praças Euclides da Cunha e Pinto Damaso. E, finalmente, na RPA6, a Praça Ministro Salgado Filho, (Foto 7).



Foto 7: A Praça de Casa Forte tem uma paisagem valorizada pelas diferentes espécies vegetais e a presença de água
 Fonte: Acervo do Laboratório da Paisagem (2002)

No que se refere à proporção da cobertura vegetal do conjunto dos espaços verdes selecionados (267), 89 espaços estão inseridos no intervalo de 76 a 100% de cobertura vegetal e 56 deles estão no intervalo de 51 a 75% (ver Tabela 5). Segundo os dados da pesquisa Espaços Livres do Recife (2000), a cobertura vegetal aparece como característica marcante das praças do Recife, quando analisados isoladamente, uma vez que 99 das 219 praças possuem mais de 50% de sua área com vegetação.

Tabela 5: Quantidade de Espaços Verdes por Intervalo de Proporção de Cobertura Vegetal por RPA					
RPA	0 a 25%	26 a 50%	51 a 75%	76 a 100%	Total
1	7	14	4	14	39
2	5	8	2	9	24
3	4	3	12	24	43
4	2	9	13	19	43
5	10	15	8	13	46
6	17	6	17	10	50
Total	45	55	56	89	245

Fonte: Autoras

Segundo a avaliação exposta, a partir dos dados ecológicos, estéticos e recreativos, deduz-se que a RPA3 é a região mais bem servida, não só no aspecto de amenização ambiental, mas também na qualidade estética da paisagem e na oferta de equipamentos recreativos pela presença dos parques. Essa região agrega não só a maior área das unidades de conservação

– Guabiraba e Dois Irmãos – como também a maior presença das praças projetadas pelo paisagista Burle Marx.

Projetando o Verde no Recife

Retomando nosso ponto de partida, as linhas de força da paisagem, e na preocupação com a leitura da paisagem como sistema integrado pela vegetação, pergunta-se: Até que ponto esses espaços contínuos podem sugerir alguma articulação com os outros tipos de espaços livres?

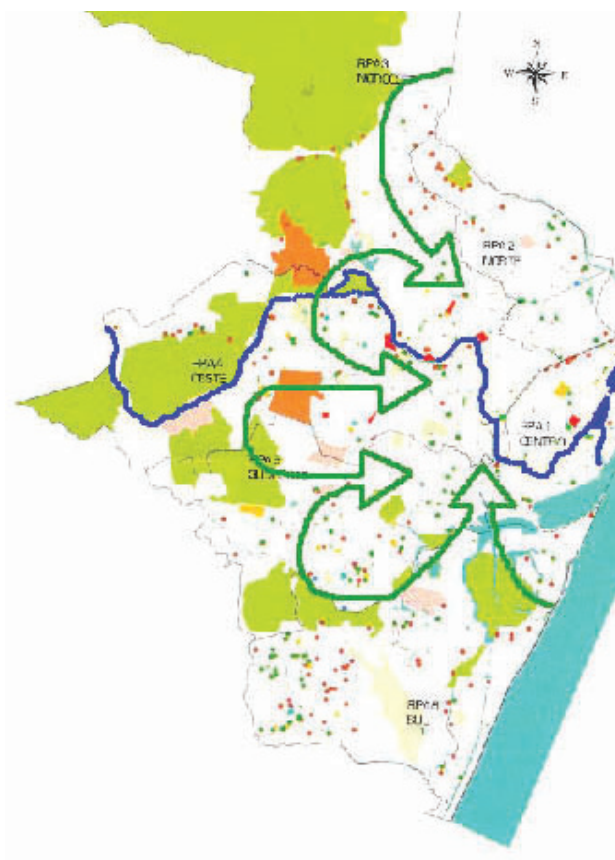
A leitura do espaço urbano no mapa georreferenciado dos espaços livres do Recife (SÁ CARNEIRO e MESQUITA, 2000) revela que o conjunto de espaços livres salientado, em parte, articulado, é o das unidades de conservação por seu desenho natural contínuo. E essa leitura aponta para as três linhas de força da paisagem como indicadores de uma perspectiva que poderá projetar o verde, articulando os espaços livres. E como isso acontecerá?

Em uma visão sintética, as linhas de força – o rio, os morros e o litoral – são os suportes, os contínuos, os geradores de uma nova forma e escala, os quais podem reunir espaços maiores e menores, desde que guardem relações de escala, estética e unidade. São os fios condutores da paisagem da cidade, os modeladores da forma da cidade, além de proporcionarem pontos de mirante (DE PAOLI, 2001). Por sua vez, os pequenos espaços livres inseridos na malha urbana densa e tradicional são fundamentais em sua leitura, qualquer que seja a escala considerada. Porém, a densidade construtiva, além de restringir a imagem panorâmica e a escala dos conjuntos urbanos, tem contribuído para a saturação dos espaços livres e das infra-estruturas (PLANO VERDE DE LISBOA, 1997).

Assim, a estrutura dos espaços livres do Recife poderá ter dois níveis de apreensão. O primeiro é o da *estrutura envolvente*, que abrange os espaços contínuos – o rio, as unidades de conservação e o litoral – e o segundo é o da *estrutura interior*, à qual está entremeadada, espalhada entre os espaços edificados, concedendo coerência ao tecido urbano, e que precisa ser ativada ou articulada com a primeira. A estrutura envolvente e a estrutura interior guardam, então, uma relação não só de escala, mas também de hierarquia com relação ao tamanho (PLANO VERDE DE LISBOA, 1997). Por exemplo, é possível se estabelecer corredores interligando as unidades de conservação com os parques urbanos – públicos e de vizinhança – e algumas praças ou outros tipos de espaços livres. É o que pressupõe os objetivos do Plano Verde de Lisboa ao relacionar os espaços livres de forma contínua, complementar e estrutural – de origem histórica, social ou cultural –, muito mais do que estabelecer parâmetros ou cotas ideais de área verde, que, muitas vezes, não agregam as especificidades dos devidos locais.

A perspectiva de conservação dos espaços vegetados no planejamento da cidade reside, portanto, na adoção dos princípios estéticos e ecológicos anteriormente condutores dos projetos urbanos e que hoje permanecem presentes nas Cartas Patrimoniais da Unesco, como a Carta de Florença de 1981, referente aos jardins históricos. Esses princípios podem ser vistos como valores históricos fundamentais para a conservação do patrimônio ambiental e cultural que é a paisagem cultural, conferindo a identidade do lugar aos seus construtores. Isso poderia ser perseguido tomando-se como parâmetro o desenho integrado das unidades de conservação, que poderá se articular com os outros tipos de espaços livres, segundo corredores verdes potenciais, como, por exemplo, os 66 canais distribuídos na malha urbana, com os rios e o mar.

O desenho do conjunto das unidades de conservação sugere que esses matizes vegetais sejam disseminados de forma tentacular, do oeste para o leste, no sentido inverso da ocupação da cidade, penetrando no entremeadado da malha e projetando da paisagem natural uma outra paisagem, a paisagem cultural, segundo princípios estéticos e ecológicos que refletirão uma nova linguagem da paisagem (SPIRN, 1998) (Mapa 2). Evidentemente que a leitura das formas da paisagem pressupõe o envolvimento dos atores sociais em diversas instâncias, em um processo de gestão integrada que garanta essa conservação almejada.



Mapa 3: Projetando o verde no Recife
Fonte: Sá Carneiro e Mesquita (2001)

Bibliografia

- A REFORMA dos jardins do Recife. *Diário de Pernambuco*, Recife, 20 maio 1937.
- CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70, 1971.
- DE PAOLI, Paula. A estrutura latente. *Jornal da Paisagem*, [S.l.: s. n.], 1997. [Citado em 8 maio 1997]. <http://www.jornaldapaisagem.com.br>
- HOLANDA, Armando de. *Roteiro para construir no Nordeste*. Recife: UFPE, 1976.
- MENEZES, José Luiz Mota (Org.). *Atlas histórico cartográfico do Recife*. Recife: Fundaj/Massangana, 1988.
- PLANO VERDE DE LISBOA. *Componente do Plano Director Municipal de Lisboa*. Organizado por Gonçalo Ribeiro Telles. Lisboa: Colibri, 1997.
- RIBEIRO, Ana Rita Sá Carneiro. O projeto paisagístico, as funções e o uso dos parques urbanos – o Parque 13 de Maio. *Revista Clio do Programa de Pós-graduação em História – UFPE*, Recife, n. 18, p. 17-25, 1998.
- SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana. *Espaços livres do Recife*. Recife: Prefeitura do Recife/UFPE, 2000.
- SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992.
- SPIRN, Anne Whiston. *The language of landscape*. New Haven/Londres: Yale University Press, 1998.

VEGETAÇÃO E QUINTAIS DA CASA BRASILEIRA

Guilherme Mazza Dourado

Arquiteto e pesquisador, mestre pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC/USP. É autor dos livros Modernidade verde. Jardins de Burle Marx (São Paulo: Edusp, no prelo) e Visões de paisagem. Um panorama do paisagismo contemporâneo no Brasil (São Paulo: ABAP, 1997); co-autor do volume Oswaldo Arthur Bratke (São Paulo: Pró-Editores, 1997); colaborador no livro Luoghi. Forma e Vita di Giardini e di Paesaggi (Treviso: Edizioni Fondazione Benetton Studi Ricerche/Canova, 2001).



HISTÓRIA

RESUMO

Não há como entender as transformações da paisagem natural no Brasil colonial, sem considerar o papel dos quintais domésticos enquanto centros de experimentação e difusão de plantas exóticas e autóctones. Nem tão pouco é possível rastrear a formação dos primeiros espaços verdes das cidades coloniais, sem considerar os quintais das residências. Este artigo alinha uma introdução à história dos quintais brasileiros e sua vegetação, entre os séculos 16 e 18. Investiga os múltiplos significados e atributos que eles desempenharam no cotidiano doméstico, mapeando, principalmente, algumas das plantas alimentares mais cultivadas neles. Destaca a ação dos portugueses tanto na introdução de espécies exóticas, como laranjeiras, bananeiras, mamoeiros, jaqueiras, mangueiras, quanto no aproveitamento de essências nacionais, caso dos cajueiros, manga-beiras, goiabeiras, maracujazeiros.

Palavras-chave: Quintais domésticos, vegetação no Brasil colonial, plantas alimentares brasileiras e exóticas, aclimação e difusão de espécies orientais, história das plantas.

ABSTRACT

To understand the changes in the natural landscape of colonial Brazil one must first consider the role played by domestic backyards as centres of experimentation and in the diffusion of exotic and native plants. The study of residential backyards is also indispensable to tracing the formation of the first green areas in colonial cities. This article outlines an introduction to the history of brazilian backyards and their vegetation, from the 16th to the 18th centuries. It investigates the multiple meanings held by them and their attributes in daily domestic life, principally mapping some of the food plants cultivated in them. It emphasizes the action of the portuguese in both the introduction of exotic species, such as the orange, banana, papaya, jackfruit and mango, and the use of native species such as cashew, mangabeira, guava and passion fruit.

Key words: Domestic backyards, vegetation in colonial Brazil, brazilian and exotic food plants, acclimatization and spread of oriental species, history of the plants.

VEGETAÇÃO E QUINTAIS DA CASA BRASILEIRA

Se existiram ambientes imprescindíveis no Brasil colonial, foram os quintais. Extensões orgânicas da casa rural e urbana, eles foram palco de boa parte das atividades cotidianas e despensa que garantiu a subsistência familiar, em uma época na qual, de modo geral, havia precárias redes de produção e comércio de alimentos. No campo, funcionaram como balão-de-ensaio da agricultura trazida pelo colonizador. Na cidade, formalizam os primeiros espaços verdes, bem antes da constituição de passeios e parques públicos. Neste estudo, vamos alinhar uma introdução à história dos quintais brasileiros entre os séculos 16 e 18, destacando, principalmente, algumas das espécies arbóreas e arbustivas mais cultivadas, responsáveis pelo fornecimento de alimentos.

*Figura 1:
Quintais domésticos
repletos de
vegetação em Vila
do Bom Jesus de
Cuiabá. Detalhe
da aquarela
pertencente ao
Arquivo Histórico
do Museu Bocage,
Universidade de
Lisboa*



Significados e Atributos

Todo bom dicionário de português traz um verbete sobre quintal. Provendo de *quintanale*, do latim vulgar, a palavra designa uma pequena quinta ou pequena área cultivada junto à habitação. Houaiss e Salles (2003, p. 2.364) registram que quintal é *“terreno geralmente com jardim ou horta, atrás de uma casa de moradia ou junto a ela”*. Complementam que, na região do Algarve, é sinônimo de *“pequeno terreno com estrumeira”* e, no Brasil, pode significar também pátio cimentado na casa.

Relacionados proximamente ao termo, estão as palavras quinta e quintalão. Quinta é propriedade agrícola rural, chácara e também indica pomar de laranjeiras, nos Açores. Já quintalão é um grande quintal e, no Algarve, denomina o terreno cercado para serviços domésticos.

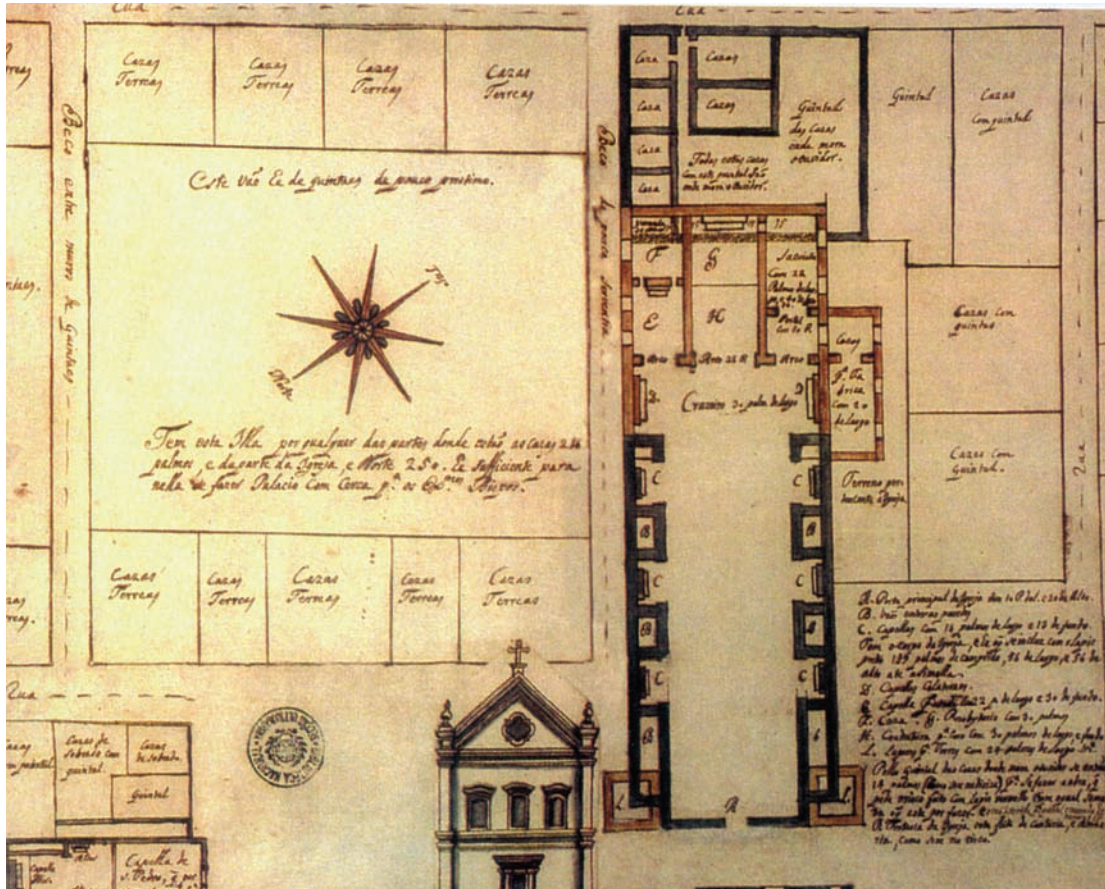
Os dicionários de arquitetura fornecem mais algumas informações. Corona e Lemos (1972, p. 397) assinalam que quintal é *“terreno cultivado ou não, anexo a uma residência urbana ou rural, servindo de pátio, terreiro, jardim, horta e pomar”*. Destacam que, nas moradias urbanas, acabaram por nomear apenas as áreas livres posteriores ou nos fundos. Portanto, quintal é espaço com múltiplos significados e atributos no cotidiano doméstico. Pode ser apenas um simples vazio para o qual se volta a habitação ou ambiente vivo e dinâmico na rotina da casa. Pode harmonizar tanto as atividades relacionadas à manutenção da vida familiar, como o cultivo de espécies frutíferas, verduras e legumes, quanto as funções derivadas do puro prazer, como o plantio de espécies ornamentais e flores.

Coração da Vida

No período colonial, o quintal nasceu simultaneamente com a casa brasileira e tornou-se parte inseparável dela. Foi trazido pelos portugueses e sofreu miscigenação, do mesmo modo que o colono, somando influências indígenas e africanas. Foi espaço aberto sempre presente na habitação de ricos e pobres, na moradia urbana e rural, mas tinha algumas particularidades. Afora extensão variável e também variável número de construções de serviço e cultivos que reunia, o quintal apresentava dois tipos básicos em praticamente todas as regiões brasileiras. Na versão urbana, figurava sempre nos fundos, protegido no interior dos quarteirões. No modelo rural, envolvia geralmente a casa, criando um espaço de transição entre o edifício e as terras agricultáveis ou paisagens, nos arredores.

Entre os séculos 16 e 18, o quintal foi o coração da vida doméstica. Nele havia e fazia-se de tudo, a começar pela cozinha, disposta sob suas árvores ou telheiro. Era espaço para lavagem e secagem de roupas, tingimento de fios para tecidos, produção da farinha de mandioca, beneficiamento de ce-

Figura 2: Planta de um trecho da cidade de São Paulo, inclusa no projeto de reforma da Igreja da Sé, demarcando diversas áreas para quintais domésticos, ca. 1746. Acervo do Arquivo Histórico Ultramarino do IICT, Lisboa



reais, para as hortas e pomares, criação de animais, brincadeira da criança, para a sesta, para contar estórias, ouvir cantorias, para fazer festas à noite e muito mais (cf. LEMOS, 1976).

Na casa rural paulista, o quintal chegou a ter características próprias, em certos casos. Assinala Lemos (1976, p. 67) que “algumas vezes, na frente ele se transformava em jardim de flores, mas, na maioria dos casos, a parte fronteira constituía um grande terreiro de terra limpa e varrida, onde se malhava o feijão, se secava o café e onde se dançava nas noites de festa. Os quintais roceiros de São Paulo eram cercados de muros de taipa, com vedos de varas ou moirões grossos de arueira, madeira boa para ficar chumbada no chão. Dentro destas cercas, toda sorte de plantas e árvores”.

Já nas moradas das vilas de São Paulo, o papel do quintal não variava, substancialmente, em relação ao congênere do campo. Lemos (1976, p. 69) comenta que “eram menores, porém ofereciam também bastante mantimento, principalmente bananas, e davam pouso para as criações domésticas. E também neles, sempre, construções avulsas, isoladas, ao longo dos muros, servindo de depósito, despensas, galinheiro, privada, quarto para escravos e de cozinha”.

Bens Familiares

Do Norte ao Sul do Brasil, o quadro de usos e funções não se modificava, fundamentalmente, na época. Como também não se alterava, significativamente, a importância atribuída aos quintais como bens familiares preciosos. Com frequência, eram mencionados em testamentos, inventários, partilhas, escrituras de compra e venda, doações e mesmo em peças jurídicas excepcionais, como os processos de confisco. Esse foi o caso dos quintais do ilustre poeta Cláudio Manoel da Costa, listados nos *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, no final do século 18. O documento registrava a apreensão de *“morada de casas com seu quintal cercado de pedra e dentro do mesmo com suas árvores de espinho, casas cobertas com telhas, com quintal e bananal”* (apud ALGRANTI, 1997, p. 92).

Da mesma época, mas em uma situação bem mais rotineira, é o inventário de Caetano Miguel da Costa, que deixou aos herdeiros seu rico quintal e demais bens no arraial do Tejuco, Minas Gerais. Tratava-se de *“huma morada de casas na rua que sai para a estrada que vai para a Villa do Príncipe, defronte do quartel militar, coberta de telha, com seu quintal coberto de taipa com pátio cercado e engenho com água dentro, árvores de espinho e umas outras frutas”* (apud MENESES, 2000, p.190).

Também nas Minas Gerais setecentista, Caetano José da Costa legava uma típica propriedade rural daquele tempo, com quintal cercado e muito bem cultivado. Seu inventário discriminava (apud MENESES, 2000, p.193) *“hua fazenda denominada Carapixo que se compõe de terras de Cultura em Capoeira e algum Mato Virgem casa de vivenda, terreiro, Payol, Moinho, engenho de Piloens de fazer farinha, engenho de fazer farinha de Mandioca, com casa de alpendre com sua Capela de dizer Missa, tudo coberto de telha, Monjolo e Senzalla de Telha, Curral cercado de raxas de Braúna, quintal cercado das mesmas, Bananal e um grande pomar de Árvores de Espinho e Jabuticabeiras”*.

Itens Valiosos

Nos tantos documentos jurídicos do período, havia uma evidente preocupação de registrar e discriminar os elementos que qualificam o quintal, porquanto lhe atribuíam mais valor, constando, geralmente, as árvores frutíferas cultivadas e, em alguns casos, até o número de seus exemplares. Em 1648, o inventário de Rafael de Oliveira continha a descrição de um típico quintal de sítio, no interior paulista. Nele havia (apud LEMOS, 1999, p. 36): *“uma casa de dois lanços coberta de telha de taipa de mão com seus corredores e um lanço que serve de despensa e seu galinheiro e casa de trapiche coberta de telha e um pedaço de vinha e uma parreira e um pedaço de canavial com marmeleiros e bananal limoeiros laranjeiras e mais árvores tudo em sua avaliação de cinquenta e cinco mil reis”*.

Anos mais tarde, a mesma propriedade passava por nova transmissão, constando do espólio de Catarina Figueiredo de Horta, viúva de Oliveira. Nesse momento, o quintal dispunha de “árvores de espinho e outras frutas e mandioca” (apud LEMOS, 1999, p. 360).

A partir dessas informações, pode-se extrair uma constante: não havia uma seleção específica de plantas para o quintal urbano e outra para o rural, mas uma única gama de espécies recorrentes e mais difundidas, com porte e procedência variáveis, reunindo vegetação autóctone e/ou exótica introduzida, sobretudo, pelos portugueses. Esse é o caso dos espinheiros, designação genérica da época para laranjeiras, limoeiros e cidras, e também das videiras, marmeleiros e bananeiras. Já a mandioca e jabuticabeiras eram brasileiras.

Trânsito de Plantas

Os descobrimentos marítimos foram diretamente responsáveis pelo primeiro grande trânsito intercontinental de plantas que a humanidade conheceu. Ávidos por encontrar novas fontes de riqueza vegetal e assegurar o monopólio sobre espécies conhecidas e valorizadas no mercado europeu, os portugueses trataram de estabelecer e multiplicar as trocas de plantas úteis entre suas colônias no Oriente e no Ocidente. Em meados do século 16, começaram a enviar para o Brasil sementes e mudanças de hortaliças e cereais do Reino, de plantas frutíferas do Mediterrâneo e Ásia e das famosas especiarias do Oriente. Por outro lado, trataram de investigar o que estava disponível em terras brasileiras. Esse processo não foi rápido nem simples. Em geral, a transferência vegetal não aconteceu diretamente entre as colônias. Mas foi intermediada por três centros principais de aclimação e multiplicação vegetal para os domínios portugueses: as ilhas da Madeira e Açores e Cabo Verde (cf. ALMEIDA, 1975; FERRÃO, 1993).

Chegando ao Brasil, as mudas e sementes que resistiam à penosa viagem marítima eram confiadas aos colonos e irmandades em várias regiões, que tratavam de averiguar e informar suas potencialidades de uso ou não à metrópole. Assim, provavelmente, diversas espécies exóticas ganharam os quintais domésticos e, deles, seguiram para lavouras e plantações em escala. O papel das ordens religiosas nesse processo ainda está para ser estudado. Deve ter sido muito importante, considerando as informações preliminares que encontramos.

No século 17, os jesuítas mantiveram um centro de pesquisas agrícolas na Quinta do Tanque, Bahia, cultivando espécies das Américas, Europa e Ásia. Nesse local, plantavam canela e pimenta-do-reino. E, dele, partiu, em 1688, remessas de mudas de canela para os colégios da ordem no Maranhão e

Pará. O êxito e a fama dos jesuítas no cultivo das drogas orientais chegaram a tal ponto que as autoridades reais recomendaram que os interessados pedissem sementes diretamente aos reitores da Companhia de Jesus (LAPA, 1966, p. 34-6). Na difusão botânica, essas propriedades jesuítas e de outras congregações foram precursoras dos jardins botânicos no Brasil.

Primeiras Espécies

Antes disso, dois jesuítas escreveram os primeiros relatos sobre as plantas alimentares utilizadas no Brasil, que figuravam nos quintais domésticos. Em 1549, o padre Manoel da Nóbrega (1517-70) informava aos irmãos portugueses sobre alguns itens da dieta local, sendo cinco introduzidos pelos lusitanos (uvas, laranjas, limões, cidras, figos) e um único nativo, mas que, pela novidade, mereceu mais atenção (mandioca). Registrava em carta (apud HOEHNE, 1937, p. 90): *“Há diversas fructas que os da terra comem, ainda que não sejam tão boas como as dela, as quaes também creio se dariam cá, si as plantasse, porque vejo que dão uvas, e até duas vezes ao ano, porém são poucas devido as formigas, que lhes fazem danos, assim como os fazem também as outras plantas, como sejam: cidras, laranjas, limões, que dão em quantidade e figos tão bons como os de lá. O mantimento commum da terra é uma raiz de pão, que denominam: mandioca, da qual fazem uma farinha*



Figura 3:
Abacaxis, cajú,
cocos, melancias,
laranjas, maracujás:
os frutos do quintal
alimentavam a
família brasileira.
Natureza-morta
de Albert Eckhout,
século 17. Acervo
do Nationalmuseet,
Copenhague

de que comem todos, e dá igualmente bom vinho, o qual misturado com a farinha faz um pão que escusa o de trigo."

Em 1585, o padre José de Anchieta (1534-97) acrescentava mais detalhes sobre as plantas úteis em sua *Informação da Província do Brasil aos Nossos Padres*, buscando conceder idéia de forma, cor e sabor dos alimentos desconhecidos que vicejavam pelos quintais, hortas e pomares, em São Paulo. Sobre os frutos, comentou (apud HOEHNE, 1937, p. 106): *"Nesta terra se dão bem arvoredos de espinho, que vieram de Portugal, como laranjeiras, cidreiras, limoeiros, limeiras e todo o anno têm fructos bons sem ser regados; porque o céo tem este cuidado e é a terra tão fértil destas arvores que se dão pelos montes e campos sem beneficio que se lhes faça. Da terra há muitos fructos e alguns de preço e que não dão vantagem às pêras melacoteres de Portugal, mangabas (*Hancornia speciosa* GOMES) que são como albicorques marellos, não têm caroço sinão umas pevides pequenas e são de bom gosto e mui sadias; mocujês (*Couma rigida*, MUELL. ARG.) que são como pêros bravos de Portugal, mas de grande gosto e preço e ao comer se sorvem como srovas; acajús (*Anacardium occidentale* L.) que são como pêros repinaldos e dão uma castanha no olho, melhor que as de Portugal; aracaticús (*Rollinia exalbida*, MART.) é árvore como limoeiro, o fructo como pinha."*

Mais encantado com as novidades da terra do que Nóbrega, Anchieta reservou bom trecho de seu comentário a uma fruta que muito agradou aos estrangeiros e tornou-se presença freqüente nos quintais da época. Era o naná, nome indígena do abacaxi (*Ananas comosus* L.), o qual, em suas palavras, (apud HOEHNE, 1937, p. 106): *"dão-se em uns como cardos e as folhas como herva babosa, o fructo é à moda de pinha, ainda que maior, dão-se todo o anno, é fructo de muito preço e realmente sabem e cheiram a melões, mas são melhores e muito mais odoríferos e têm muito summo, são bons para quem tem dor de pedra. (...) Estes fructos dão nas hortas e pelos campos e bosques em grande abundancia e delles se fazem conservas (...) e não faltam aos nossos como antepasto"*.

Anchieta assinalou também a existência de legumes e verduras trazidas de Portugal, como as couves, alfaces, pepinos, ervilhas e lentilhas. Em Pernambuco e Rio de Janeiro, dava conta da presença de melões nativos. E falava ainda da introdução de abóboras e favas da Guiné (cf. HOEHNE, 1937, p. 107).

Fruteiras Populares

A série de espécies alimentares em uso nos quintais domésticos da colônia não parou por aí. Em sua *História da Província de Santa Cruz*, publicada em 1576 e considerada o primeiro relato histórico de fôlego sobre o Brasil, Pero de Magalhães de Gandavo trazia notícias de outras plantas que muito contribuíam para o sustento diário familiar, como as bananeiras e os cajueiros.



Figura 4:
O cajueiro era
uma das fruteiras
típicas nos quintais
nordestinos. Árvore
à direita, na tela
Mulher Mameluca,
Albert Eckhout,
1641.
Acervo do
Nationalmuseet,
Copenhague

Originárias do sudeste da Ásia, diversas variedades de bananeiras já eram conhecidas no Mediterrâneo e África Oriental, bem antes dos descobrimentos. Os portugueses aclimataram-nas em São Tomé e Cabo Verde, distribuindo-as, a seguir, para grande parte de suas colônias. O Brasil recebeu, principalmente, mudas de São Tomé, que se popularizaram paulatinamente nos quintais e na agricultura (cf. FERRÃO, 1993). Em uma narrativa pormenorizada, Gandavo informava que (apud HOEHNE, 1937, p. 167): “a planta se dá também nesta Província [Bahia], que foy da Ilha de Sam Thomé, com

a fructa da qual se ajudam muitas pessoas a sustentar na terra. Esta planta he muy tenra e nam muito alta, nam tem ramos senam humas folhas que serão seis ou sete palmos de comprido. A frutas dela se chamam bananas: parecemse na feição com pepinos, e criamse em cachos: alguns delles há tan grandes que tem cento e cincoenta bananas para cima, e muitas vezes he tamanho o pezo dellas que acontece quebrar a planta pelo meio. Como sam de vez colhem estes cachos, e dali a alguns dias amadurecem. Depois de colhidos cortam esta planta porque nam frutifica mais que a primeira vez: mas tornam logo a ancer della huns filhos que brotam do mesmo pé, de que se fazem outros emelhantes. Esta futia he mui saborosa, e das boas, que há na terra: tem huma pelle como figo (ainda que mais dura) a qual lhe lançam fora quando a querem comer, mas faz damno a saúde e causa febre a quem se desmanda nella”.

Nativos da faixa litorânea do Nordeste do Brasil, os cajueiros eram muito apreciados pelos índios brasileiros e, por meio deles, os portugueses conheceram a espécie. Entre os séculos 16 e 18, tornou-se árvore freqüente nos quintais de regiões quentes da colônia. E, na mesma época, ganhou o mundo, sendo difundido pelos lusitanos em Cabo Verde, África Oriental, Madagascar e Ásia. Gandavo ressaltava o papel de seu fruto como uma das maravilhas naturais da terra (apud HOEHNE, 1937, p. 169): *“Fruta que nace pelo mato em humas arvores tamanhas como pereiras, ou macieiras: a qual he de feição de pêros repinaldos, e muito amarella. A esta fruta chamam Cajus: tem muito çumo, e comese pela calma pêra refrescar, porque he ella de sua natureza muito fria, e de maravilha não faz mal ainda que se desmandem nella. Na ponta de cada pomo destes se cria um caroço tamanho como castanhas, da feição de fava: o qual nace primeiro, e vem diante da mesma fruta como flor; a casca delle he muito amargosa em extremo, e o sei meolo asado he muito quente de sua propriedade e nais gostozo que a amêndoa.”*

Exóticas e Nativas

De certo, uma das melhores fontes para se averiguar o que mais havia nos quintais brasileiros quinhentistas é o *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Nesse estudo, Gabriel Soares de Sousa (c. 1540-91) apresenta uma das mais completas listagens da vegetação útil, de origem exótica ou nativa, disponível na América portuguesa. Informa que na Bahia havia romanzeiras, coqueiros, mamoeiros, mangabeiras, araçazeiros, entre outras árvores frutíferas.

Trazidas da Europa pelos portugueses, as romanzeiras são descritas por Sousa como plantas que vingam *“de quaisquer raminhos, os quais pegam e logo dão fruto aos dois anos: as árvores não são nunca grandes, mas dão romã em todo o ano, e não lhes cai nunca a folha de todo; o fruto delas é maravilhoso no gosto e de bom tamanho”* (SOUSA, 2000, p. 128).



Figura 5:
O mamoeiro
era freqüente
nos quintais
domésticos da
faixa tropical
brasileira. À
esquerda, na tela
Homem Mulato,
Albert Eckhout,
1643. Acervo do
Nationalmuseet,
Copenhague

Também introduzidos pelos lusitanos, os coqueiros são originários da Polinésia e sudeste asiático, tendo se dispersado por toda Ásia e África muito antes das grandes navegações. Em sua primeira viagem à Índia, Vasco da Gama os encontrou em Moçambique. Em 1545, já estavam plantados em Cabo Verde (FERRÃO, 1993, p. 174-6). E desse local partiram os primeiros cocos semeados na Bahia, segundo Sousa (2000, p. 129).

Os mamoeiros foram outra espécie aclimatada pelos portugueses, originária, possivelmente, da região dos Andes. Chegaram ao Brasil no último quartel do século 16 (FERRÃO, 1993, p. 122). Sousa (2000, p. 150-10) assinala que *“De Pernambuco veio à Bahia a semente de uma fruta a que chamam mamões; os quais são do tamanho e da feição e cor de grandes pêros camoeses, e têm muito bom cheiro como são de vez, que se fazem nas árvores, e em casa acabam de amadurecer; e como são maduros se fazem moles como melão; e para se comerem cortam-se em talhadas como maçã, e tiram-lhes as pevides que têm envoltas em tiras como as de melão, mas são crespas e pretas como grãos de pimenta da Índia, às quais talhadas se apara a casca, como a maçã, e o que se come é da cor e brandura do melão, o sabor é doce e muito gostoso. Estas sementes se semearam na Bahia, e nasceram logo; e tal agasalhado lhe fez a terra que no primeiro ano se fizeram as árvores mais altas que um homem, e ao segundo começaram a dar fruto, e se fizeram as árvores de mais de vinte palmos de alto, e pelo pé tão grossas como um homem pela cinta; os seus ramos são as mesmas folhas arrumadas como as da palmeiras; e cria-se o fruto no tronco entre as folhas.”*

Figura 6:
De frutos exóticos,
como as bananas,
até nativos, caso
das goiabas, os
quintais forneciam
de tudo para a
vida doméstica.
Natureza-morta
de Albert Eckhout,
século 17. Acervo
do Nationalmuseet,
Copenhague



Essências da Terra

Gabriel Soares de Sousa se atém às fruteiras autóctones muito mais que os cronistas anteriores, servindo-se do mesmo tipo de análise comparativa largamente utilizada na época, que buscava explicar o desconhecido a partir das espécies então comuns e difundidas na Europa. Entre vários exemplos, citava três que se tornaram recorrentes nos quintais baianos e nordestinos: as mangabeiras, as goiabeiras e os maracujazeiros. Refere-se às primeiras como tendo porte semelhante aos pessegueiros, *“trancos delgados, e a folha miúda, e a flor como a do marmeleiro; o fruto é amarelo corado de vermelho, como pêssegos calvos, ao qual chamam mangabas”* (SOUSA, 2000, p. 151).

As goiabeiras são comparadas às macieiras *“na grandura, na cor da casca, no cheiro da folha e na cor e feição dela. A flor é branca, da feição da de murta, e cheira muito bem. Ao fruto chamam araçás [nome mais corrente para as goiabas na época], que são da feição das nêspas, mas alguns muito maiores. (...) Esta fruta se come toda, e tem ponta de azedo muito saboroso, da qual se faz marmelada”* (SOUSA, 2000, p. 155-6).

Os maracujazeiros são inicialmente descritos por sua capacidade de gerar boa sombra nos quintas: apresentam *“rama como hera e tem a folha da mesma feição, a qual atrepa pelas árvores e as cobre todas, do que se fazem nos quintais ramadas muito frescas, porque duram, sem secar, muitos anos”*. E tudo o mais que produzia tinha emprego: *“a folha da erva é muito fria e boa para desafogar, pondo-se em cima de qualquer nascida ou raga (...) nascem umas frutas como laranjas pequenas, muito lisas por fora; a casca é da grossura da das laranjas de cor verde-clara, e tudo o que tem dentro se come, que além de ter bom cheiro tem suave sabor”* (SOUSA, 2000, p. 160).

Ampliação da Lista

No século 17, o aparecimento de mais obras revelava a ampliação do repertório de plantas alimentares aclimatadas ou descobertas no próprio Brasil e de sua presença, simultaneamente, em vários casos, em diversas regiões da colônia.

Realizada entre 1625 e 1631 por frei Cristóvão de Lisboa (1583-1652), a *História dos animais e árvores do Maranhão* relacionava as principais plantas úteis naquela capitania e possivelmente freqüentes nos quintais locais. Pela primeira vez, apresentava ilustrações de 55 espécies vegetais, especialmente autóctones, acompanhadas de sucintas informações escritas sobre seu aspecto e aproveitamento.

Entretanto, o principal trabalho seiscentista que reuniu boa parte do conhecimento escrito e visual disponível sobre vegetação econômica no Brasil foi

realizado por Georg Marcgrave (1610-44) e outros. Editada em 1648, a *História natural do Brasil* trazia um rico apanhado, principalmente, de plantas nativas de Pernambuco e do Nordeste do Brasil, concentradas nos três primeiros de seus oito volumes. Entre árvores, arbustos e herbáceas para emprego alimentar, medicinal e na produção de artefatos, relacionava 232 espécies, ilustradas por xilogravuras feitas a partir de desenhos de Albert Eckhout (1610-65). Apresentava mais algumas fruteiras nativas que, provavelmente, já faziam parte dos quintais domésticos, mas não incluídas constantemente em estudos anteriores, como as jabuticabeiras.

Retratos da Diversidade

O pintor Albert Eckhout foi responsável pelo melhor registro visual de herbáceas e arbustos úteis, árvores frutíferas, frutas, legumes, hortaliças e tubérculos, empreendido nos dois primeiros séculos da colonização. Como nenhum artista anterior, retratou a diversidade de espécies nativas e exóticas que ambientavam os exteriores da casa brasileira. Concebeu uma das primeiras imagens de um quintal doméstico rural, lançando-o como pano de fundo do quadro *Mulher Tupi*. Nele se vê o quintal da típica casa-grande nordestina, cercado por muros, ladeado por aléias de fruteiras e servindo para a criação de animais.

Jóias Orientais

Entre as últimas introduções vegetais realizadas pelos portugueses, em fins do século 17, estavam duas jóias da natureza oriental: as jaqueiras e as mangueiras.

As jaqueiras provêm da Índia, de onde foram levadas pelos lusitanos para o Ocidente. Em 1682, algumas mudas remetidas de Goa foram plantadas na Bahia e, tempos depois, já havia 11 pés “crescidos e viçosos” em terras baianas, segundo Francisco Lamberto (apud ALMEIDA, 1975, p. 383). No ano seguinte, nova remessa seguiu para o Brasil, com sete tinhas de madeira com jaqueiras, e 18, com pimenteiras, caneleiras e mangueiras, sendo parte delas perdidas no caminho (apud ALMEIDA, 1975, p. 383). Da Bahia, as jaqueiras foram espalhadas pela faixa tropical da colônia, conquistando popularidade, por exemplo, no Rio de Janeiro dos séculos 18 e 19.

Também originária da Ásia, da região entre Índia e Birmânia, as mangueiras chegaram às mãos dos portugueses nas Ilhas Molucas, no início do século 16. No final do século seguinte, já estavam na costa ocidental da África e Brasil (FERRÃO, 1993, p. 186-8), alcançando grande difusão nos quintais de localidades quentes, tempos depois.



Figura 7:
Uma das primeiras
imagens de um quintal
rural brasileiro, pintado
por Albert Eckhout, no
canto inferior esquerdo
da tela Mulher Tupi,
1641. Acervo do
Nationalmuseet,
Copenhague

Os dois primeiros séculos da colonização foram cruciais para a formação dos quintais domésticos no Brasil. Época de intensos e profundos intercâmbios culturais, que determinaram as feições típicas das áreas externas da casa colonial. Momento em que grande parte das espécies vegetais foi introduzida e passou a figurar como marca registrada desses ambientes tão caros à vida e memória coletiva brasileira.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. *Os descobrimentos portugueses e o encontro de civilizações*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1999.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 1, 1997. (Cap. 3).

ALMEIDA, Luís Ferrand de. Aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, v. 15, p. 339-481, 1975.

ASSUNÇÃO, Paulo de. *A terra dos Brasis: A natureza da América portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596)*. São Paulo: Annablume, 2000.

BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

BERLOWICZ, Bárbara et al. (Ed.). *Albert Eckhout Volta ao Brasil 1644-2002*. Copenhagen: Nationalmuseet, 2002.

BOXER, Charles R. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1997.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. Belo horizonte: Itatiaia, 1983.

CAVALCANTE, Paulo B. *Frutas comestíveis da Amazônia*. Belém: CNPq/ Museu Paraense Emílio Goeldi, 1996.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C. *Dicionário da arquitetura brasileira*. São Paulo: Edart, 1972.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico. A expansão biológica da Europa 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DIAMOND, Jared. *Armas, germes e aço*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

FERRÃO, José E. Mendes. *A aventura das plantas e os descobrimentos portugueses*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses/Fundação José Berardo, 1993.

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro, São Paulo: Livraria José Olympio, 1950.

_____. *Sobrados e mocambos. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1997.

GERBI, Antonello. *La naturaleza de las Indias nuevas. De Cristóbal Colón a Gonzalo Fernández de Oviedo*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1992.

GOMES, Geraldo. *Engenho e arquitetura. Tipologia dos edifícios dos antigos engenhos de açúcar de Pernambuco*. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1998.

GONÇALVES DE MELLO, José Antônio. *Tempo dos flamengos. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil*. Recife: Banco do Nordeste do Brasil, 1979.

HOEHNE, F. C. *Botânica e agricultura no Brasil no século XVI*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

LAPA, José Roberto do Amaral. O Brasil e as drogas do Oriente. *Studia*. Lisboa, n. 18, p. 7-40, ago. 1966.

LEMOS, Carlos A. C. *Arquitetura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

_____. *Casa paulista*. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. *Cozinhas, etc. Um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

LISBOA, Cristóvão de. *História dos animais e árvores do Maranhão*. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1985.

MARCGRAVE, Jorge; PIZO, Wilhem. *História natural do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1942.

MARX, Murillo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

MELLO, Evaldo Cabral de. À sombra dos coqueirais. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4 abr. 1999. Caderno Mais.

MENESES, José Newton Coelho. *Continente rústico. Abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas. A cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002.

NOGUEIRA, Eliana. *Uma história brasileira da botânica*. Brasília/São Paulo: Paralelo 15/ Marco Zero, 2000.

PÉREZ, Joaquín Fernández; TASCÓN, Ignacio González. *La agricultura viajera. Cultivos y manufacturas de plantas industriales y alimentares en España y en la América Virreinal*. Madri: Real Jardín Botánico, s/d.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski. *A investigação da natureza no Brasil colônia*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.

RIBEIRO, Marcia Moisés. *A ciência dos trópicos. A arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

RITCHIE, Carson I. A. *Comida y civilización. De cómo los gustos alimenticios han modificado la historia*. Madri: Alianza Editorial, 1996.

SALLES, Paulo. *O jardineiro brasileiro*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1898.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público. Jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1996.

- SILVA, Silvestre. *Frutas Brasil frutas*. São Paulo: Empresa das Artes, 1991.
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2000.
- TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do agricultor brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Colonial 1500-1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- VALLADARES, Clarival do Prado; MELLO FILHO, Luiz Emygdio. *Presença da Holanda no Brasil – Século XVII*. Albert Eckhout. Rio de Janeiro: Edições Alumbramento, 1998.
- VRIES, Elly de (Org.). *Albert Eckhout volta ao Brasil 1644-2002*. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESPECIALISTAS. Recife: Projeto Albert Eckhout Volta ao Brasil 1644-2002, 2002.

Agradecimento

Nossos agradecimentos a Miguel Infante (Arquivo Histórico Ultra-marino do IICT, Lisboa), Graça Ramalinho (Museu Bocage, Universidade de Lisboa), Carlos Lemos, Dante Teixeira Martins, Elly De Vries, Hugo Segawa, Catharina Cordeiro Lima e Fanny Galender.

USE OF LARGE OPEN SPACES RESULTED FROM PUBLIC-PRIVATE NEGOTIATIONS IN OSAKA, JAPAN

Rogério Akamine

*Arquiteto e mestre em arquitetura e urbanismo (FAUUSP),
doutorando pela Graduate School of Engineering,
Department of Architectural Engineering, Osaka
University.*

Kunio Funahashi

*Professor titular da Graduate School of Engineering,
Department of Architectural Engineering, Osaka
University; Dr., Eng.*



PESQUISA

RESUMO

Este estudo tem foco sobre como e por quem os espaços livres de edificação resultantes de negociações público-privadas estão sendo usados, e como suas configurações espaciais podem ser avaliadas. Observações sistemáticas foram feitas em cinco lugares na cidade de Osaka, Japão. Os dados coletados foram organizados para expressar o perfil dos usuários no que diz respeito à população, sexo, idade, grupo e atividades. Registros de usuários de acordo com a hora do dia e diferenças entre um dia da semana e um dia de fim de semana confirmaram concretamente o ritmo ou o ciclo semanal de uso intuitivamente peculiar a distritos de negócios. Além disso, o mapeamento de usuários revelou os lugares preferidos para se estar de cada caso estudado, e então, estes puderam ser analisados em relação às entradas de edifícios e às vistas mais interessantes.

Palavras-chave: Renovação urbana, negociações público-privadas, Osaka, análise de desenho, estudos de comportamento-ambiente.

ABSTRACT

This study focuses on how and by whom open spaces resulted from public-private negotiations are being used, and how their space configuration can be evaluated. Systematic observations were carried out at five places in Osaka city, Japan. The collected data was organized to express the profile of users with regard to population, gender, age, groups and activities. Registration of users according to time of a day and differences between a weekday and a weekend day concretely confirmed the rhythm or the weekly cycle of use, which are intuitively peculiar of business districts. Furthermore, the mapping of users revealed the preferred places to stay of each case of study, and then those places could be analysed in relation to building entrances and the most interesting views.

Key words: *Urban renovation, public-private negotiations, Osaka, analysis on space design, environment-behavior studies.*

USE OF LARGE OPEN SPACES RESULTED FROM PUBLIC-PRIVATE NEGOTIATIONS IN OSAKA, JAPAN

Introduction

Since the 1960's when the Incentive Zoning was established in New York city, local governments around the world have adopted the model of relaxation for urban restrictions to promote public facilities. The basic idea is that builders can construct more floor area than defined by zoning if they create public space in the private site. Then, such a kind of space is called privately owned public space¹, or *pops* for the purpose of this study.

In urban renovations, decadent industrial or port areas have enormous potential to incorporate the benefits of public-private partnership through the mechanism that produces *pops*. On the one hand, dirty environment, related to industrial activities with coal, factory smoke and water pollution, has been removed from cities, as described by Kuroda (1991). On the other hand, wide sites are now available to new real estate enterprises. Due to urban expansions, many of those sites have become strategically situated inside transportation system and, not rare, easily accessible from central areas. Skyscrapers and huge buildings for offices, shopping malls, hotels and sometimes for residences are commonly what have taken the place of decadent activities in those sites. For city inhabitants, each new enterprise represents a valuable opportunity to gain public space.

Fundamentally, the main difference between *pops* and usual open spaces is a combination of higher frequency in maintenance, stronger feeling of security and more restrictions in use². This new type of open space produced in occasion of urban renovations is very important to be investigated, because of the unfamiliar results in relation to effective public use of spaces in private enterprises. In a methodical way, the present study focuses on the analysis of

(1) KAYDEN (2000, p. 7-19) historically describes the context where the regulations for privately owned public space were originated. It is intrinsically related to the evolution of zoning regulations in New York city and the mechanisms to get better space conditions to the public in a densely populated area. Results are space configurations, such as plazas, urban plazas, sidewalk widening, atriums, and others.

(2) In our doctoral dissertation (AKAMINE, 2003, p. 69-71), the results based on interviews show that users recognized that the studied *pops*, in contrast to usual open spaces, have higher frequency of maintenance, more feeling of security due to the presence of guards and other people, and fewer possibilities for activities, once just the calm ones were allowed, such as sitting and walking.

The relations benefits and deprivation of use in *pops* should achieve a good balance by means of the negotiations between the local government and the private entrepreneurs. The results of soul negotiations are certainly perceived by users after the opening of spaces.

pops as a first approach to use aspects by means of systematic observations. The purpose is to make clear the relation space configuration and use in pops, and then to establish parameters for future studies that include comparisons with other cases alike and usual open spaces.

The concept of pops for Japanese cities is similarly incorporated in the **Kokaikuchi**, which is generated by the **Sogo-Sekkei-Seido** (Comprehensive Design System³, based on the Incentive Zoning model) and it is supported by the **Kenchiku-Kijun-Hou** (Building Standards Act). Osaka city has representative experiences in urban renovations with creation of pops, from singular lots to large portions defined in planning projects, the **Saikaihatsu-Chiku-Keikaku** (District Planning to Promote Proper Redevelopment⁴).

Although the present study was carried out in Japan, it is worth mentioning that in São Paulo, Brazil, there are experiences that resemble pops, for example the Cetenco Plaza's open space at av. Paulista, or the Centro Empresarial Itaú's open space just close to the Conceição underground station, both private lands with public access permitted. These Brazilian examples are mentioned here to express the relevance of the present analysis and to be considered as cases for subsequent studies⁵.

Evaluation of what is produced as privately owned public space has been already done, such as the recognized study on plazas by William H. Whyte. Based mainly on interviews and observation of users in New York city, Whyte (1979) contributed with many suggestions to improve law regulations for urban plazas⁶ in the 1975 Zoning Revision.

(3) According to Osaka city government (1997, p. 42) in the Planning of Osaka City, Comprehensive Design System is "an authorization system that relaxes limits on the ratio of building volume to lot area and building height. Such authorization is given to large structures, with open space secured for public use, thus contributing to the environmental improvement of urbanized areas".

(4) Osaka city government (1997, p. 35), italicized term by the authors) defines in the Planning of Osaka City: "the purpose of District Planning for Promoting Proper Redevelopment is to encourage well-planned redevelopment of these sites (of former factories and large vacant lots) by framing development plans for the required public facilities and applying restrictions to buildings."

(5) ALY (2000) wrote about the role of buildings that generate open spaces for public use, such as the Centro Empresarial Itaú Conceição, in which the private company (Itauplan) exchanged open space for some zoning concessions made by the EMURB (section of the local government) in the early 1980's. Another mentioned example was the Cetenco Plaza's open space that also has public access in private lands. For a consistent statement about the use aspects based on comparisons between the Japanese cases presented here and the Brazilian ones, it would be necessary to adopt the same methodology of research, such as the application of the same research techniques. The process would demand significant effort and time, but it could be opportune for new investigations.

(6) The legal term plaza changed to urban plaza after 1975 with implementation of simple conditions to be answered in order to guarantee a successful use. Loukaitou-Sideris & Banerjee (1998, p.103) described in essence those design guidelines for urban plazas: "define the minimum size of plaza spaces, the maximum permissible height of plaza, the minimum number of trees, and the amount of seating."

In Japan, recent studies on open spaces are generally supported by data collected through questionnaires and interviews, for example the works of Hirai & Nishimura (2001) or Watanabe et al (2001). They mainly get opinions and beliefs of users about open space, or its meaning and convenience in use, and then express a framework of studied cases.

Observation as method for evaluation of open spaces and their use goes into diverse ways. For example, observation that identifies spatial shapes and makes their classification possible in groups by similarity, as the study on configurations of Horiguchi et al (2001). An extreme case was the intensive way of Hanazato et al (1997), who took 24 turns a day for mapping registration of human behavior in a limited area⁷. Sommer & Sommer (1997, p. 5) wrote that observation reveals the way users really act at open spaces. It is more detailed than verbal methods⁸, such as interviews or questionnaires, when respondents are less precise than just describing their behavior in their own words.

In some cases, the projects of urban renovation resulted from public-private partnership with very wide areas of open spaces, which are equivalent to urban squares or parks. Then, a constant evaluation of such a kind of negotiation becomes more and more necessary as its application has become usual. The methodical approach to five big projects at once brings the originality to the present study.

Objectives and Methods

The objective of this study is a reflection on how an open space produced as *pops* may be methodologically evaluated if configuration and use are considered, especially the large ones, in order to check the real benefits for the public. Although, the conditions vary from case to case, for example the situation in the city, area, functions of buildings, shape of open space and existent panoramic views, some regularities of use that relate to space design are expected to be detected. Then, the results can improve the process of negotiation and elaboration of design concepts through a better understanding of how those open spaces are used.

- (7) According to the objectives of each research, disposition of time and resources, the researcher has to define conditions of observation, such as number of turns a day, on days of week, according to seasons or whether conditions, number of cases, etc.
- (8) Questionnaires and interviews were applied techniques at the neighborhoods of three cases to understand the relation between open spaces and use of inhabitants. Nevertheless, observation revealed to be comparatively more precise to describe real uses at open space (the place centered viewpoint).

Five cases in Osaka city, resulted from the conditions defined in the Comprehensive Design System, were chosen because of the uniqueness in their configurations, and because of the fact that they have a constant presence of users. They are Shin-Umeda City (SUC), Osaka Business Park (OBP), Osaka Garden City and close surroundings (OGC area), Osaka Amenity Park (OAP) and Asia-Pacific Trade Center (ATC). As method from the Environmental Psychology, or broader, from the Environment-behavior studies⁹, systematic observation and behavioral mapping¹⁰ were carried out on a weekday (Tuesday) and a weekend day (Saturday or Sunday) (Table 1), five times each day and following the same route each turn. These data allow a description of the registered population (gender, apparent age, number of integrants by group, density, business related people and activities), and also comparisons between places and time. Besides this, the collected information reveals in behavioral mapping the preferred places which may be analysed in relation to the panoramic views and entrances of buildings.

Tabela 1: Systematic observation – date and weather		
Place	Date	Average temperature and weather condition
ATC	2000 Apr. 25 Tuesday	20 °C Sunny
	2000 Apr. 23 Sunday	22 °C sunny windy
SUC	2000 Apr. 18 Tuesday	20 °C Sunny windy
	2000 Apr. 16 Sunday	19 °C sunny - cloudy
OGC area	2000 Apr. 19 Tuesday	24 °C Sunny
	2000 Apr. 19 Sunday	26 °C sunny
OBP	2000 Apr. 17 Tuesday	23 °C Sunny
	2000 Apr. 13 Sunday	26 °C sunny
OAP	2000 Apr. 29 Tuesday	28 °C Sunny
	2000 Apr. 2 Sunday	28 °C sunny

Source: Provided by the authors

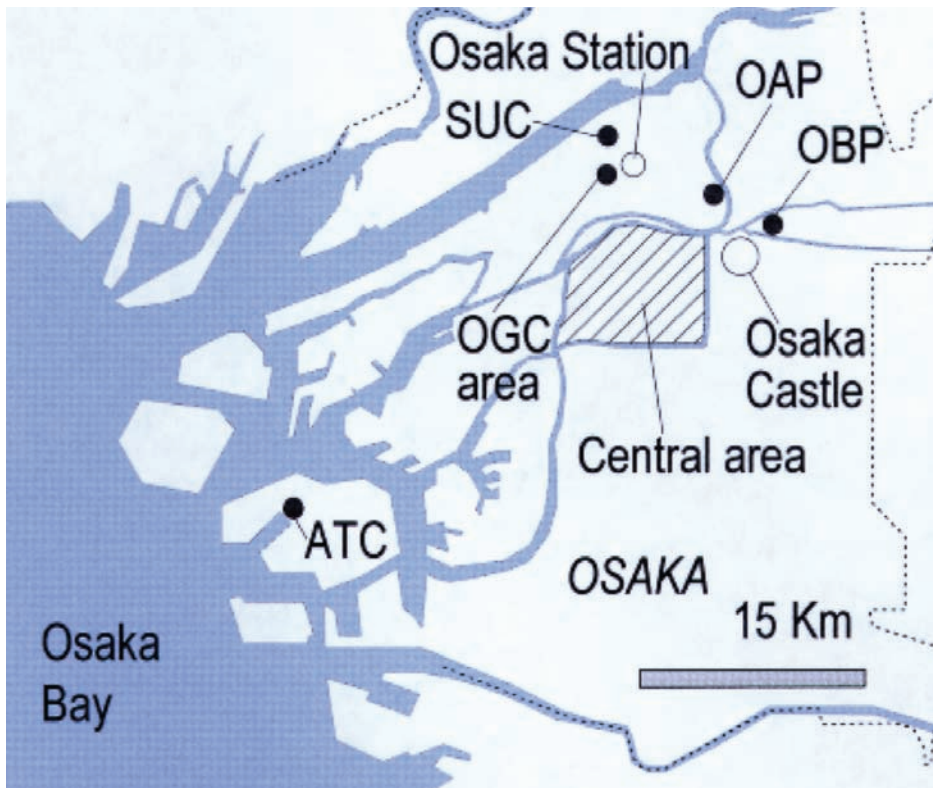
(9) Environmental Psychology is a study field defined by VEITCH (1995, p. 4) as “behavioral science that investigates, with an eye toward enhancing, the interrelationships between the physical environment and human behavior”. However, MOORE (1997, p. 1, italicized term by the authors) defined the field of study in wider extents: “The more general term ‘environment and behavior’ encompasses environmental psychology, behavioral and social geography, environmental sociology, human factors, social and behavioral factors in architecture, and urban social planning. The range of theories discussed in this chapter will pertain not only to those in environmental psychology but also to those in the broader environment, behavior, and design field.”

(10) Sommer & Sommer (1997, p. 60) present the utility of this method: “A special application of observational procedures, behavioral mapping is a technique for systematically recording people’s locations and actions. A behavioral map is an actual chart of individual’s locations in space. It is an empirical document that illustrates where and what behaviors actually occur, which may contrast with what was planned for the space.”

Situation of the Cases and Counted People

Osaka city is situated in a mouth of rivers, immediately adjacent to the Osaka bay (Figure 1). The center area is easily identified because of the canals and rivers around it. All chosen projects are around the central area of the Osaka city, but close to strong landmarks and references, such as the Osaka castle, the Osaka station and the Osaka bay. Three of the five study cases, the Osaka Garden City area (OGC area), the Osaka Amenity Park (OAP) and the Asia-Pacific Trade Center (ATC)¹¹ were defined by the planning of Osaka city as District Planning to Promote Proper Redevelopment.

Figure 1: Situation of the 5 open spaces in Osaka city: OGC area, ATC, SUG, OAP and OBP. They are outside the central area, but near strong references and landmarks
Drawing: Rogerio Akamine



The following part is a short description of each case study, in which relevant aspects about functions of buildings, space configurations and connections, panoramic views and sitting places are presented (observation areas and routes are indicated on the related drawings: Figure 3.1 to 3.5).

(11) Nishi Umeda, Tenmabashi 1 – chome and Osaka Nanko: Cosmo Square are the names of the defined areas where OGC area, OAP, ATC are situated.

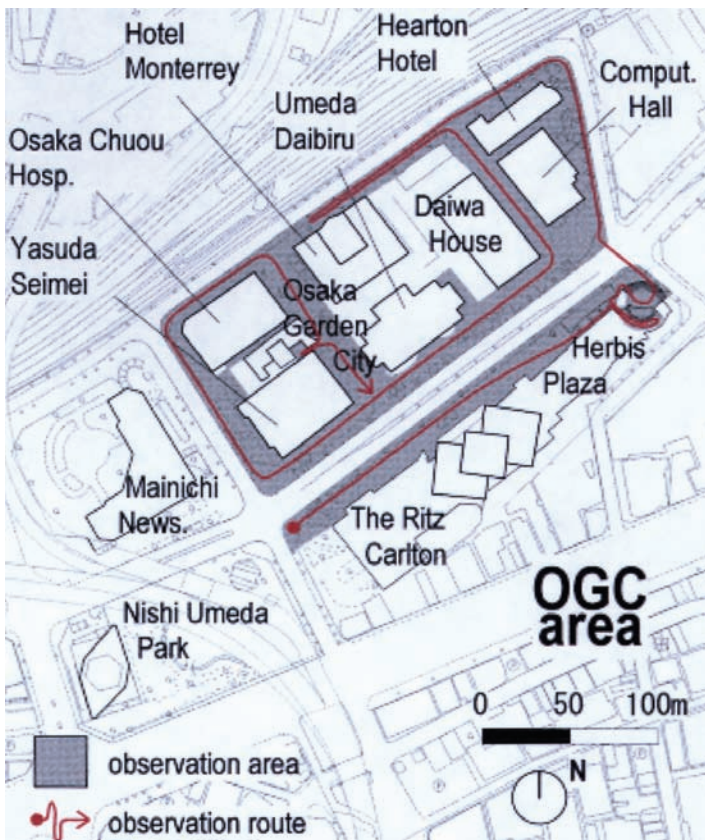
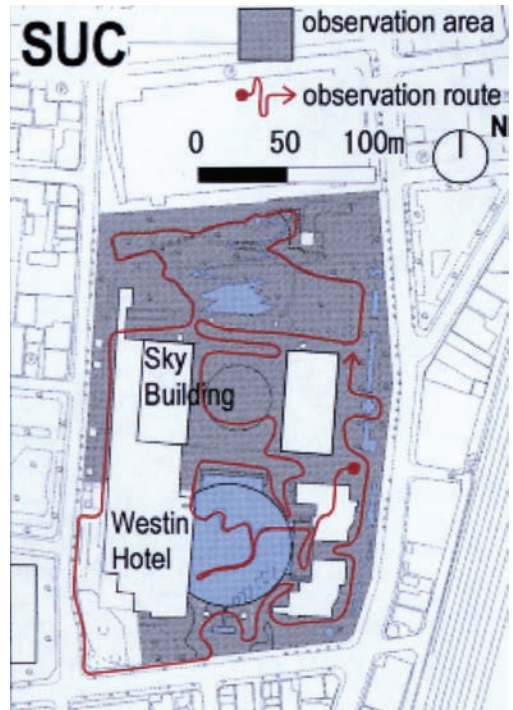
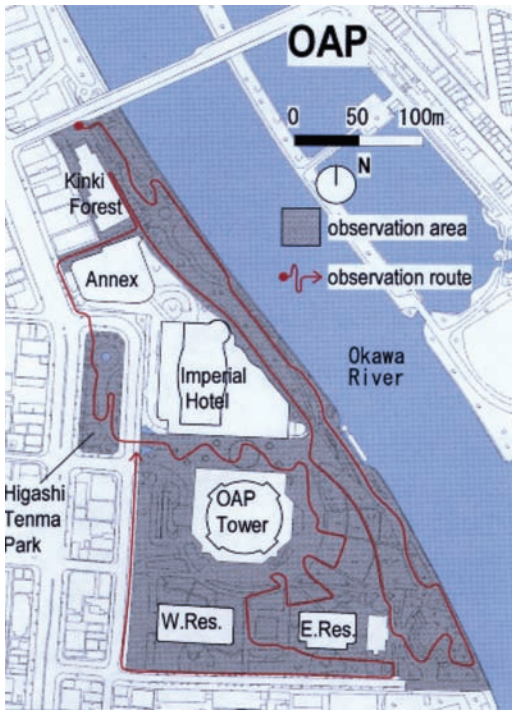


Figure 3.1 to 3.5: Observation area and route at the 5 studied pops
Drawings: Rogério Akamine

Figure 3.1. OAP: Taking advantage of the proximity to the Ogawa river

Figure 3.2. SUC: Buildings round the main open space

Figure 3.3. OGC area: Through blocks and sidewalk widening as the main spaces

Figure 3.4. ATC: Terraces goes from the bottom of the building (southwest side) until the edge of the water

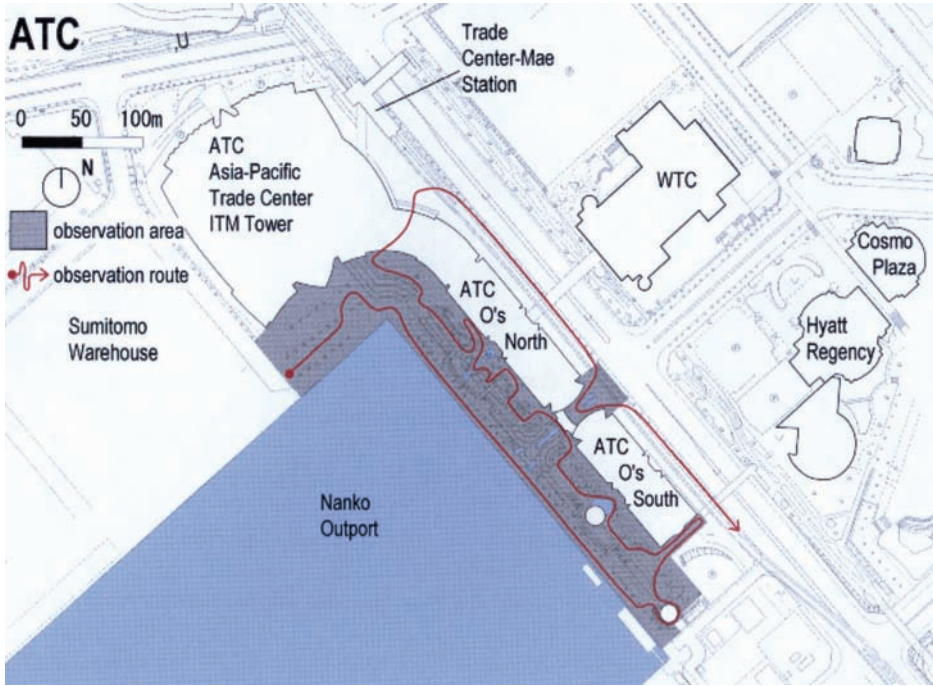
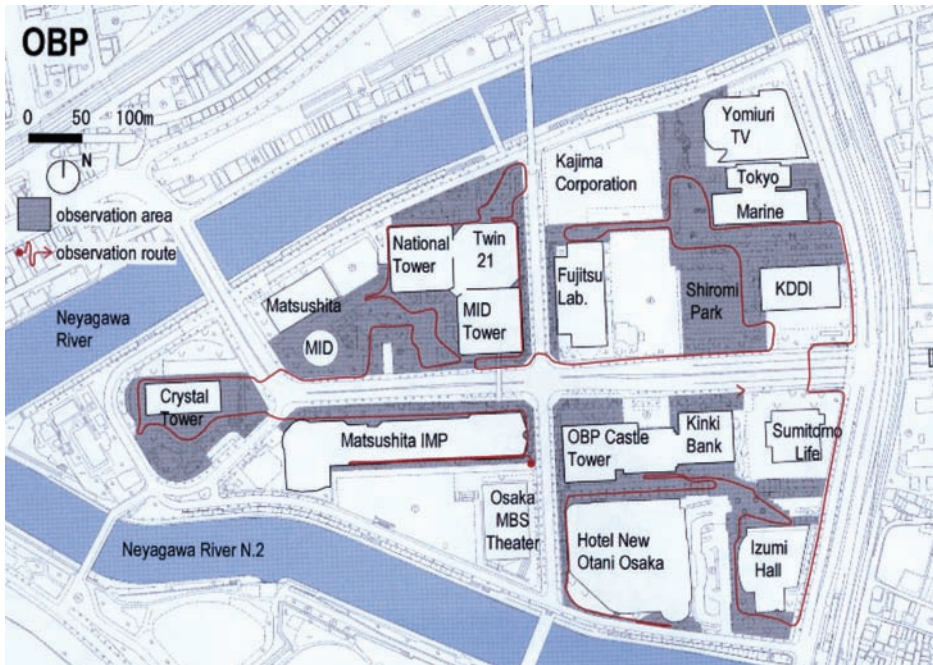


Figure 3.5. OBP: Before the join of rivers, the wide site is plenty of open spaces but deprived of residences



OAP (Figure 3.1; Photos 1.1 and 1.2) took place in a large site close to the Okawa river, near the Osaka castle. The main building is for offices with restaurants in the lower part, the other towers are a hotel with shops and two residential buildings. Train and subway stations are near, but not so immediately close to the site. The park along the river is linked to the open space of OAP, making a level difference soft, especially by means of the wide stairs and the amphitheater, where frequenters can sit. Some benches are disposed along the paths between the OAP building and the river. From a continuous 30 meters wide bank, people attain the view to the river with some traffic of tourist waterbuses and athletes' boats, also to the Sakuranomiya Park in the opposite bank. Sakura Hiroba is in between the office tower and the hotel building, strategically in the center of the project, where there are some sitting places under a covered area (opening: 1996).

Photos: Rogério Akamine



*Photo 1.1:
OAP and the open
space along the
Okawa river*



*Photo 1.2:
Wide stairs makes
soft difference level
at OAP*

SUC (Figure 3.2; Photos 2.1 and 2.2) is near Osaka station, but a little bit isolated from the city fabric by a wide area of shunting trains and their containers yard. Pedestrians coming from important terminals of trains and subway stations reach the area usually through a 350 meters tunnel under that trains yard. Offices, convention rooms, movie theaters, shops, restaurants and a hotel are gathered around the main open space. Besides these activities, it is a tourist spot in the city because of the observatory on the top of the building. Although there is no natural scenery, a flower field and a sunken wood with waterfalls are man-made and provide a rare atmosphere for the place. There are some stone covered benches and a very long one in the middle of the open space, in brown granite (opening: 1993).

*Photo 2.1:
The porch of SUC
configures a central
open space*



Photos: Rogério Akamine

*Photo 2.2: Long
bench and sunken
wood of SUC*



The smallest open space is the **OGC area** (Figure 3.3; Photos 3.1 and 3.2) in comparison to all the study cases. OGC is a complex project near Osaka station with high-rise buildings, mainly for offices. Two hotels, one hospital and one school of informatics also occupy the same block. The main open space is in a *through block* where the width is of about 20 meters. A café with some tables outside connects with that space and represents refreshment in the surroundings. No conventional benches are visible, but basement of sculptures, other geometrical solids and curbs end to be used as sitting places. From there, it is possible to see trains of the JR lines passing in a higher level, as a background scene. Another open space is close to the HAL Computer School, and its configuration is a corridor, about 12.5 meters wide, with sitting places along both sides. In the opposite block of OGC, the open space is a sidewalk widening between the street and a high-rise building of a hotel with a shopping mall in the lower part. Besides some benches along the sidewalk, four tables with chairs are disposed on a wood deck near the corner. On the corner, a round space similar to an amphitheatre is hung with a big screen and is divided in two parts of steps. An upper level including few benches provides a view of the whole space, even being under the screen. The other part is in the street level, but it supplies few sitting places because of its position at the entrance. Moreover, to reinforce the character of entrance and passage, escalators bring people from and to the underground floor (opening: 1997).

With a shopping mall and convention center, the building of **ATC** (Figure 3.4; Photos 4.1 and 4.2) connects the Trade Center-Mae Station and the Osaka World Trade Center. Through the 49 meter distance between the building and the edge to the water, terraces goes from up to down, from where it is possible to watch the movement of ships in the sea, containers being loaded, and the sunset. Some benches are aligned in the edge of the highest terrace and numerous steps can be used as sitting places. In two points, the steps



Photo 3.1:
Sidewalk widening
close to an
entrance of Herbis
Osaka

Photo 3.2:
The tower of Herbis
Osaka and sidewalk
widening



Photo: Rogério Akamine

are arranged to support spectators during events such as concerts. Indoor restaurants, *cafés* and shops are easily accessible, whereas a heavy traffic of vehicles is in the opposite side of the building (opening: 1994).

OBP (Figure 3.5; Photos 5.1 and 5.2) has the biggest area among the five places and it is situated just before the join of the Neyagawa river and the Neyagawa river number two. Despite the existence of some bridges and an underpass, the rivers and train rails isolate the site as an island in the middle

Photos: Rogério Akamine



Photo 4.1:
Palm trees along
the promenade
at ATC



Photo 4.2. ATC:
Sitting places
toward the sea

of urban fabric. There is a subway station in the area connected to a shopping mall and office tower, the building of Matsushita IMP. Nevertheless, most of people come on foot from the stations in the north of the site, crossing a special covered bridge over the Neyagawa river. To the south, there are the Osaka castle hall and the Osaka castle. People going to the Osaka castle park cross the OBP in the middle between the Twin 21 and the Fujitsu Laboratory. There is no residence, and office buildings are the majority among towers. The others are a hotel, a TV channel, and theaters, all volumes surrounded by open space. Except conventional benches that are grouped in the space between the OBP Castle Tower and the Hotel New Otani Osaka, other sitting places are ledges of planters or covered by rock (opening: 1990).

Photo 5.1:
OBP just before the
join of two rivers



Photos: Rogério Akamine

Photo 5.2:
Street to the station
in the north of OBP



The total area of open spaces, where the observations were done, is of about 19.5 hectares. The areas are different since the smallest one at OGC area with 1.6 ha, until the biggest one at OBP, with 7.4 ha. The total number of users account to 3,630 people, with a minimum of 147 to the maximum of 804 counted people per place a day (Figure 2). There are variations in number of counted people of a weekday in relation to a weekend day. Not only increases in number of people happen, but also reductions of them according to the weekly work cycle. The most abrupt case is at ATC, where the population on weekend day increased in three times in relation to that of weekday. It is because ATC has become a destination for people looking for entertainment on weekends, for example there are more frequent concerts than the other places. In contrast, although in less intensity, the populations of OGC area and SUC decrease to half on weekend days. Those are typical business areas whose open spaces end to be used mostly on weekdays. The cases with small variation are OAP and OBP, with respectively 90 and 107 percent of weekday in relation to weekend day. Both of them have the widest areas.

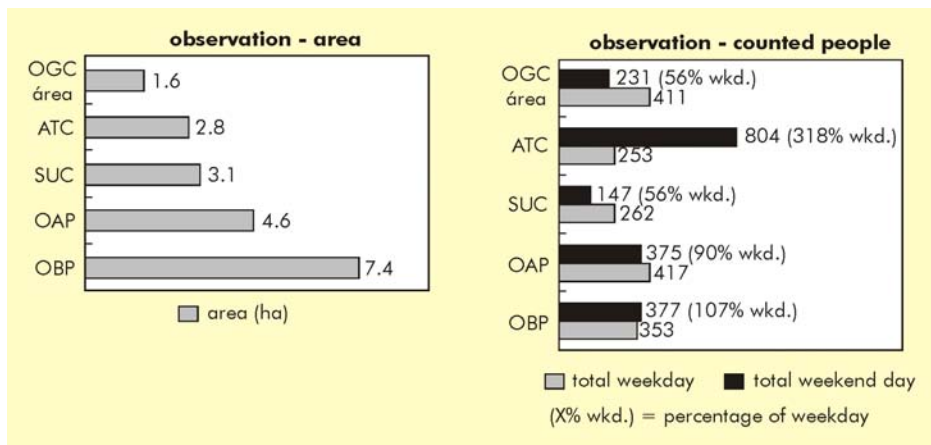


Figure 2: Observed areas and counted people
Source: Provided by the authors

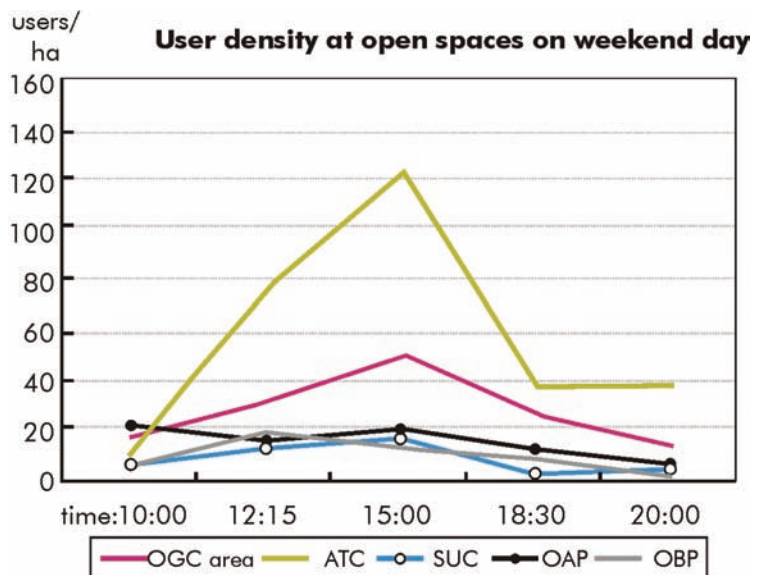
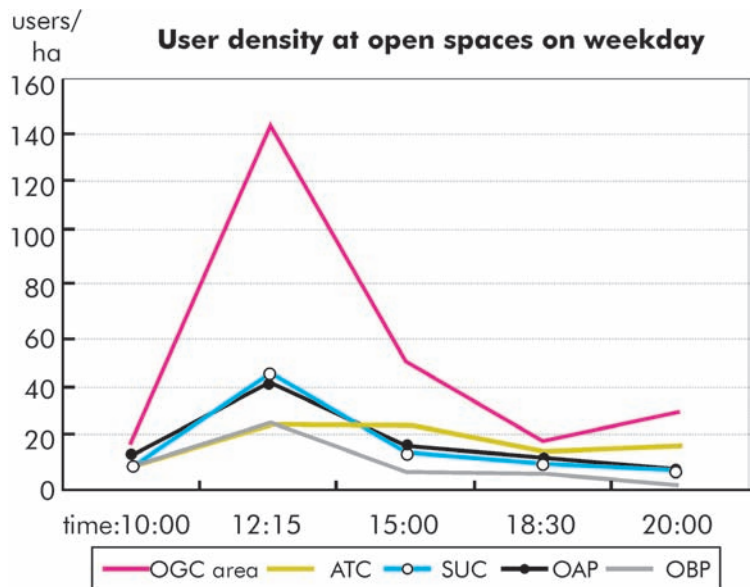
Urban planners compare rate of green areas in cities to assert a relative quality in urban life. Nevertheless, with a simple examination, it is clear that the amounts of counted people are not proportional to the dimensions of the open spaces. Other analyses are necessary to discuss the real convenience of open spaces related to the use and to the benefits for city inhabitants.

Attributes of Users

The variation of population at the cases during the day was registered in five turns of observation. The first turn was at 10 o'clock, when most of the shops started to receive clients; at 12:15, it was possible to see people going out to have lunch; 15:00 was the middle of the observation period; 18:30 was the end of working day and in the sunset time; and finally at 20:00, already dark, when it was possible to see people leaving work and the movement at night.

In order to compare five places with different areas, the user density (user per hectare) was adopted (Figure 4). The first information noted was the high density of users in the five places. One, at OGC area, exceeded 140 users per hectare during weekday, and the other, at ATC on weekend day, which exceeded 120 users per hectare. On weekend day, the density of OGC area is the second highest, while the densities at other places are more similar to each other, both on weekday and weekend day. On weekday, except for ATC, the peaks of density are at lunch time, however, on weekend day it happens a little later, at 15:00, except for the OBP case. One of the reasons can be understood later when the observed activities are analysed. The densities of SUC and OAP are very similar in number and rhythm during the day. After lunchtime, the density of users at OBP declined either on weekday or on weekend day.

Figure 4: Variations of user density at open spaces on weekday and on weekend day
Source: Provided by the authors



In general, the proportion of men and women at the observed open spaces are balanced, in 50 to 50 percent (Figure 5a). Only in three moments the percentage of men surpassed the 80 percent in relation to women. They were during weekday, at 10 o'clock of OGC area and at lunch time (12:15) of OAP. The isolated case when women were less than 20 percent was in the morning (10 o'clock) of OBP. Curiously, these occurrences were not at night, when women are supposed to be in small number and to avoid staying in open spaces. Some authors, such as Altman & Zube (1989) have written about places where women felt more comfortable, especially when security seems to be more efficient with the presence of guards. Deeper investigation is necessary to affirm any relation between the presence of women and the

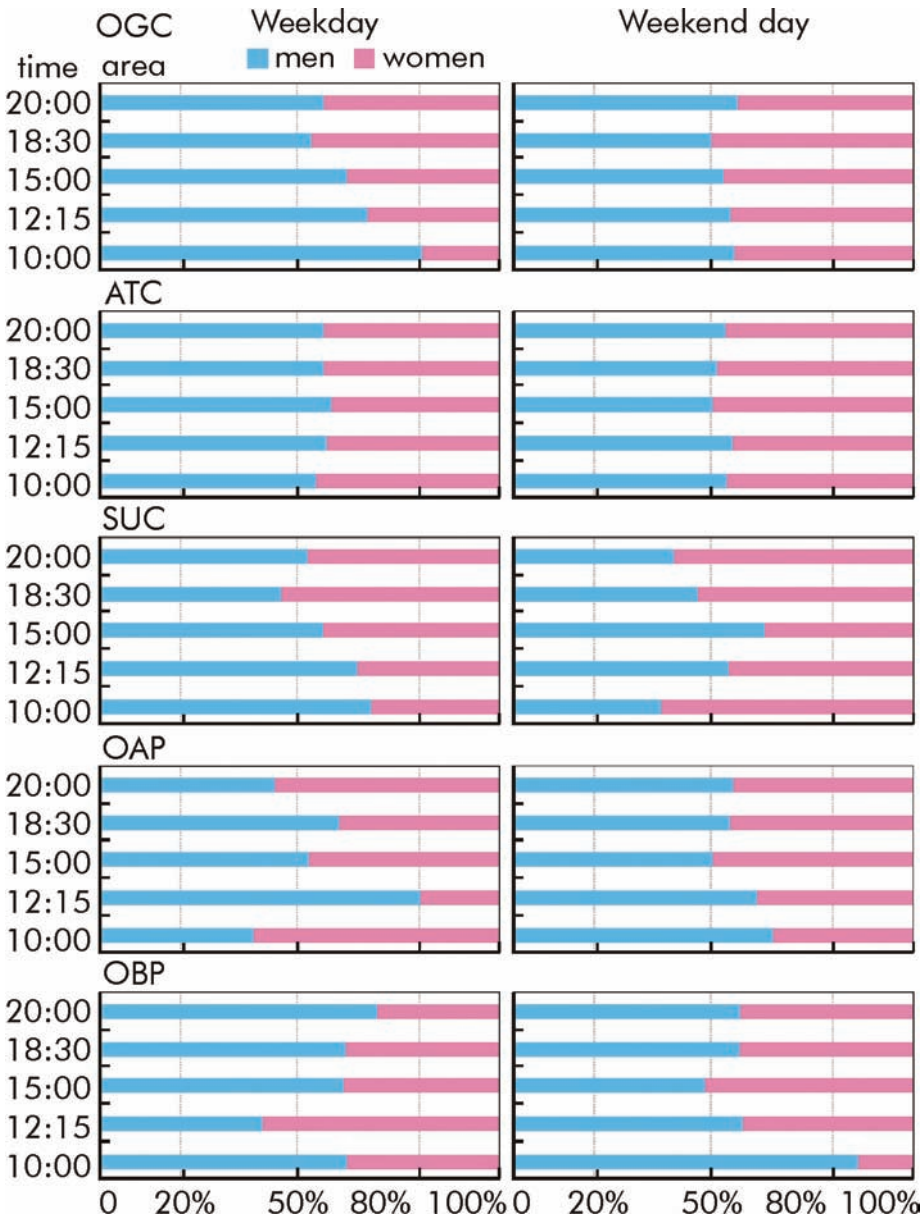
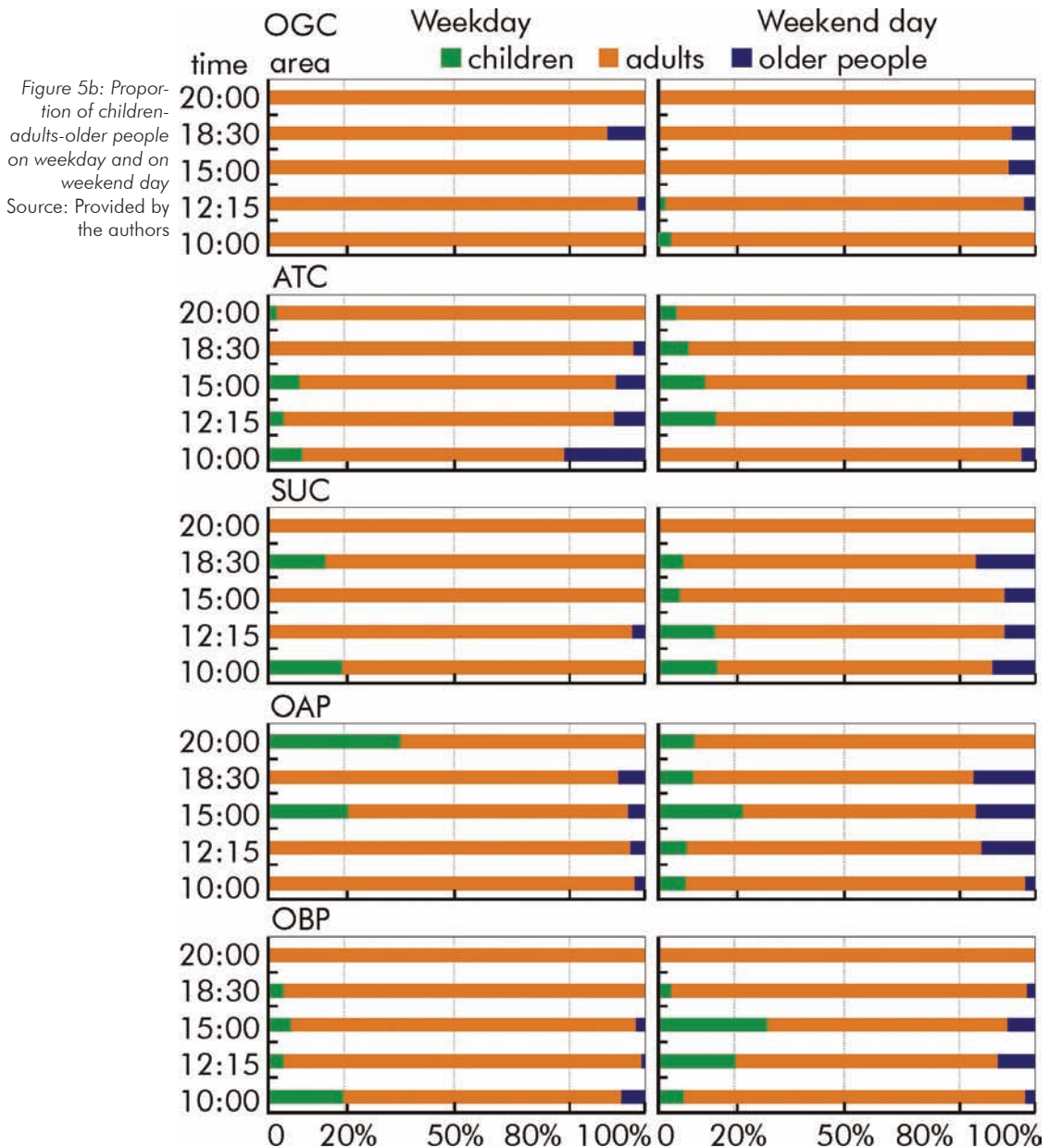


Figure 5a: Proportion men-women on weekday and on weekend day
Source: Provided by the authors

sense of security in a pops. In some moments women surpass half of the population, as the 10 o'clock of the OAP, or lunchtime at OBP on weekdays, however they have neither reached 80 percent, nor an overwhelming majority of the users in any moment.

For the present study, all users with appearance from 0 to 10 years old were considered children, from 11 to 60, adults, and more than 60 years old, older people (Figure 5b). This definition aimed to detect who can come and stay freely at open space and the others who need care or company of other person. Children and older people are minority, but disabled people are almost totally



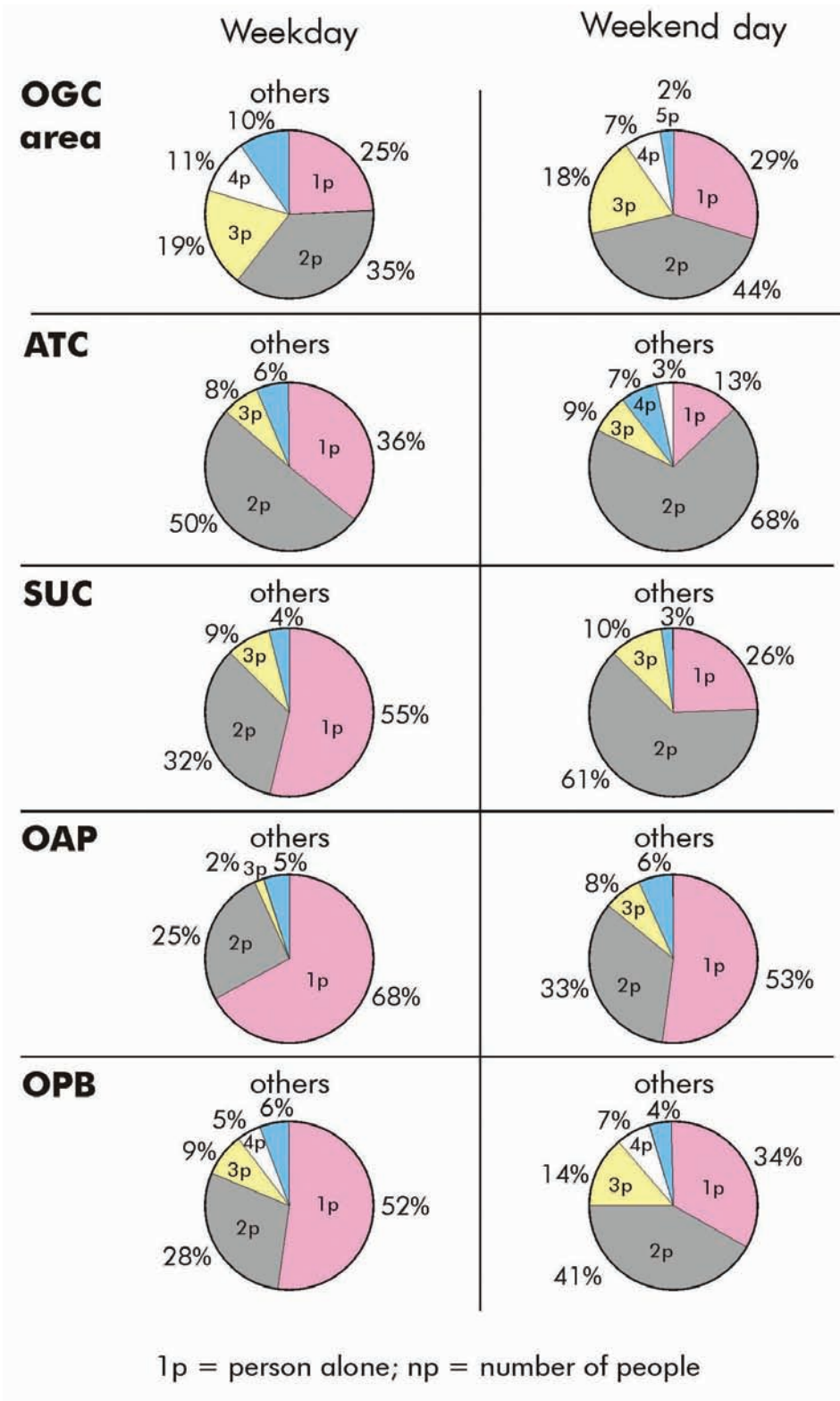
absent at those open spaces. Just two people in wheel chairs were seen with care and company of other people, but out of observation turns. One was in the morning at ATC and the other in the afternoon at OAP, both on weekday. Children presence was more frequent on weekend days than weekdays. During weekdays, a higher proportion of children might be explained by high decreases in proportions of adults in working time (SUC at 10 and 18:30, OAP at 15 and 20, and 10 o'clock of OBP). Older people are also more present during weekend days, with an exception at ATC on weekday with a peak passing the 20 percent in the morning. OGC area (weekday and weekend day) and OBP (weekday) had the lowest numbers of children and older people. Practically, neither children nor older people were found at any of the observed places at 20 hours. Pops should be more convenient for the use of children, disabled and older people.

During observations at open spaces, it is possible to find people alone, couples, three people or more (Figure 6). The question here might be in which proportion these groups account relatively among places in this study. Two-people type at the open space of ATC is peculiar both on weekday and weekend day; they represent at least half of each sample. In the same way, one person alone is peculiar of OAP open space. On the one hand, considering weekday, SUC, OAP and OBP have more than 50 percent of person alone. On the other hand, on weekend day, two-people type is the majority at ATC and SUC. OGC area (weekend day and weekday) and OBP (weekend day) are roughly balanced in person alone, two people, and three people or more, about one third each part. Big groups as those of families or workmates are not common at the five open spaces. Pragmatically, this information can support the design project to define furniture and their arrangement, as well as dimensions of paths, etc. The size of all groups should be supplied by versatile layouts, for multiple possibilities of groups to sit. Sometimes, as the east and south parts of the OAP office tower, spaces with excessive large dimensions are defined neither as a passage, nor as a place to stay.

In the last three observed cases, OGC area, OAP and OBP, the appearance of adult people was registered according to their formality in dressing (Figure 7), for example, people that wear formally (suits) – **formal** – and others that wear informally (blue jeans or jogging clothes) – **non-formal** –. It might be an indicative to think about proportions of people who are more probably related to business in an area, during working time, and others less probable to have work in the nearby buildings.

On weekday, the peak at lunch time was of *non-formal* men at OGC area. It was due to the students of the Informatics School having a break. Formal dressed people are the second most numerous. At OAP, men wearing suit passed 100 people and *non-formal* women had an inversion with *formal* ones at the lunch time. OBP had peak at lunch time with *formal* women with almost 100 of them.

Figure 6: Users in groups
 Surce: Provided by the authors



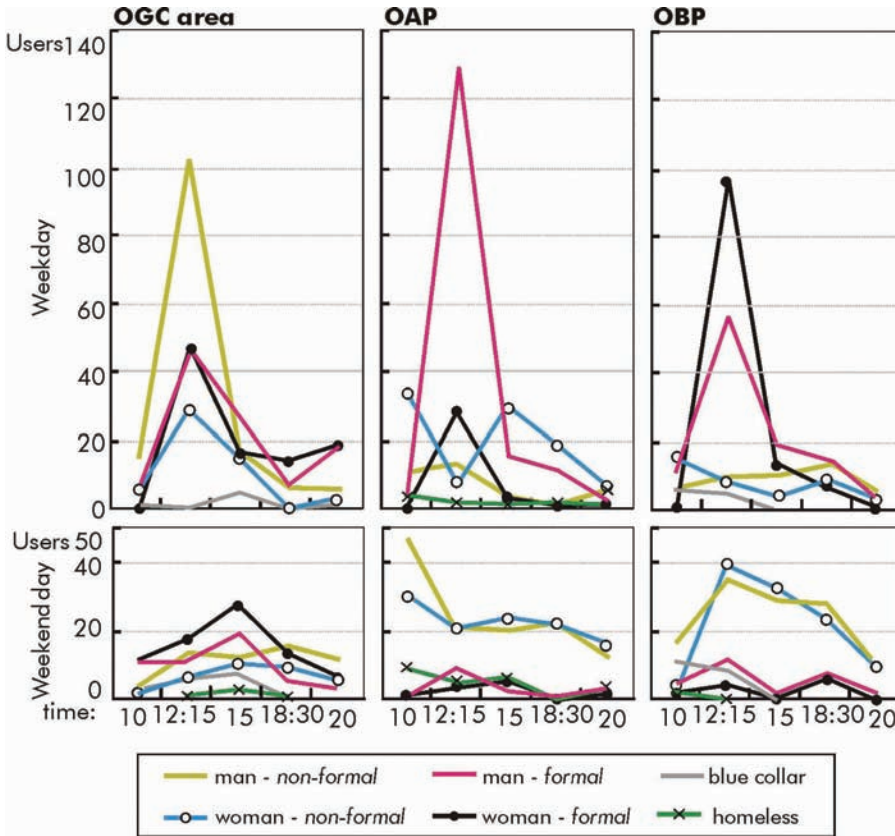


Figure 7: Adult users at open spaces
Source: Provided by the authors

On weekend days, besides the decrease of users at the three open spaces, only at OAP and OBP, *non-formal* dressed people were superior in number (but less than 50 people). OGC area had the fewest people in *non-formal* dressing. People with homeless appearance were proportionally insignificant. Those of OAP were out of the private land limits, and in the sidewalk of the Herbis Plaza at the OGC area. The blue collars were identified by uniforms of companies, in small amounts and they were not present in all turns of observation.

Inferior in number than the *formal* ones, if the *non-formal* people are not eventual visitors coming from other neighborhoods, they are the neighbors, the most affected with the changes of zoning regulations that is involved in the public-private negotiations. The *formal* people appeared in majority, whereas the *non-formal* was relatively smaller in number. This panorama leads to wonder about how effective neighbors of the analysed cases use open spaces of *pops*.

Activities At Pops

In order to systematize the analysis, activities were divided in two categories, "*primary*" and "*secondary*" uses. The first group (Figure 8) is composed by easy classifying uses: sitting, standing, strolling, lying and squatting. Users were

mainly sitting (a), both on weekday and on weekend day. The exceptions are SUC and OAP on weekend days, when people were also standing (b) and strolling (c) in considerable proportions. In these two occasions, strolling was significant due to convenient places for that; it means paths to walk calmly. Besides homeless people sleeping on benches, lying (d) is practiced by people on lawns to sunbathe, such as at ATC. Standing is a very instable activity in a space; it can avoid long talking. Squatting (e) probably happens, when people do not or can not sit conveniently and become tired to stand. An example of this is the fact that some people at OAP (3% on weekday) bring their dogs to walk and extend a chat with others who are doing the same thing.

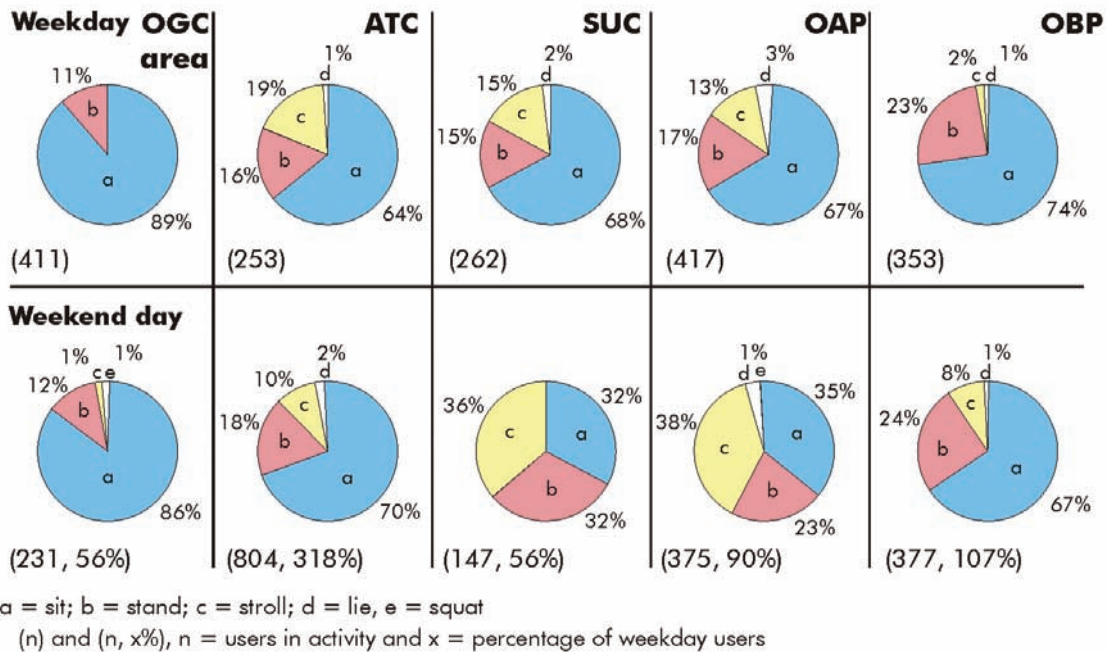


Figure 8: Primary uses at open spaces
 Source: Provided by the authors

The secondary uses are complementary to the primary uses in most cases (Figure 9). Comparatively, the weekly cycle variations in amounts of primary uses are not so strong as in those of the secondary uses. Occurring outside buildings, as being inside the stress of urban life is heavier, the activities are essentially for relaxing, so eating and talking are common especially on weekdays. Many office workers were having lunch when registered, and that explains the peaks of user population at lunchtime shown above in section 5. The amount of activities at OAP open space are relatively less heterogeneous, as the highest proportion did not reach 20 percent, while at others, some activities passed the 30 percent. Moreover, the “others” group of OAP is the highest including activities such as seeing scene, writing or drawing, sleeping, and skating or cycling. In such circumstances, the possibility of multipurpose

use may indicate a superior quality in design of OAP open space. Peculiar features of each open space are evidenced with high proportions, as drinking at OGC area, dating at ATC and walking a dog at OAP. On the contrary, the absolute absence of an activity might be a deficiency of an open space, such as playing at OGC area which occurs neither on weekday nor on weekend day. People should be asked why they do not use certain open spaces and the reasons to use others; which need for using pops do not satisfy; and suggestions to improve configuration and equipment for open space.

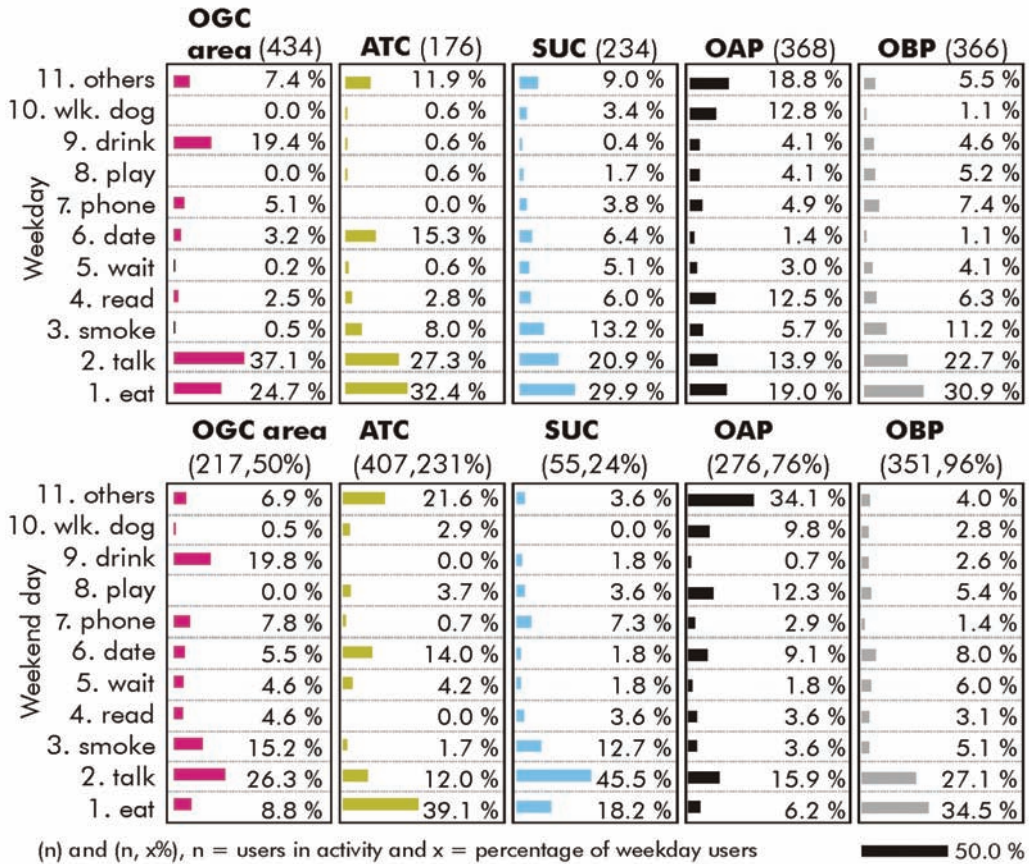


Figure 9: Secondary uses at open spaces
Source: Provided by the authors

Preferred Places: Sitting Near Entrances And Spaces With Views

Some places are more used than others in a same open space. In order to make clear the preferred places, the various registrations on map of user presence during a day were overlaid (Figures 10.1 to 10.5). In the drawing, the darker the “registered users” the more used a place is. Generally, sitting places are provided in those parts. However, other aspects may be related to explain such a preference.

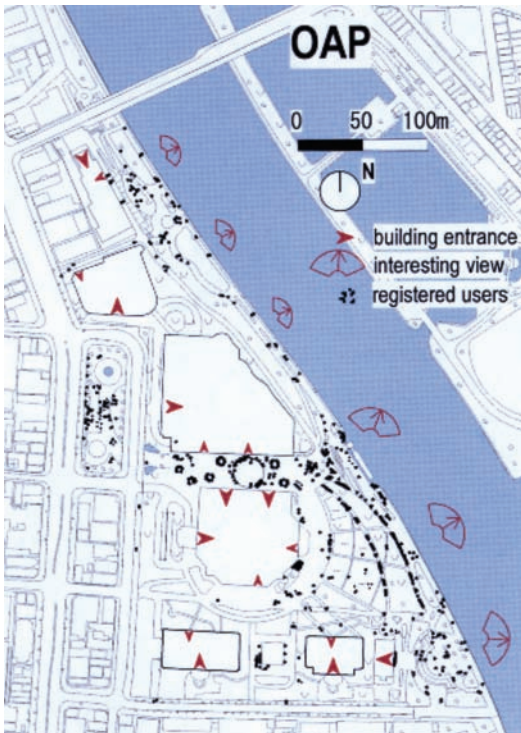


Figure 10.1: Mapping of users (overlay), views and entrances. OPA: Attaining the river scene
Source: Provided by the authors



Figure 10.2: Mapping of users (overlay), views and entrances. SUC: Views of created nature
Source: Provided by the authors

Oscar Newman (1973) relates design characteristics with crime statistics and concludes that some building patterns afford¹² criminal activity more readily than others. In a related sense, Hillier (1996) discusses urban security by configurations including interface between moving strangers and inhabitants in their windows and entrances¹³. A hypothesis of the present study is that the proximity of sitting places near entrances of buildings or commercial activities contributes positively to the staying at certain portions of open space of *pops* (Figures 10.1 to 10.5). At OPA, the space between the OPA Towers and the Imperial Hotel has four entrances and had significant registration of users on mapping. At SUC, the entrances in two towers of the Sky Building face each other, and users were mainly in the central part that is configured by the buildings. In the case of OGC, the concentration of users appeared to be near

(12) "affordances", be it material or nonmaterial, are those of its properties that enable it to be used in a particular way by a particular species or an individual member of that species, according to James J. Gibson (1979).

(13) In relation to the results and analysis of Hillier's study (1996, p. 194, italicized term by the authors): "the natural movement of moving strangers maintains natural surveillance on space, while the static inhabitants, through their dwelling entrances and windows, maintain natural surveillance of moving strangers. This formula clearly depends on the spatial configuration creating a strong probabilistic interface between inhabitants and strangers in space that is the source of safety."

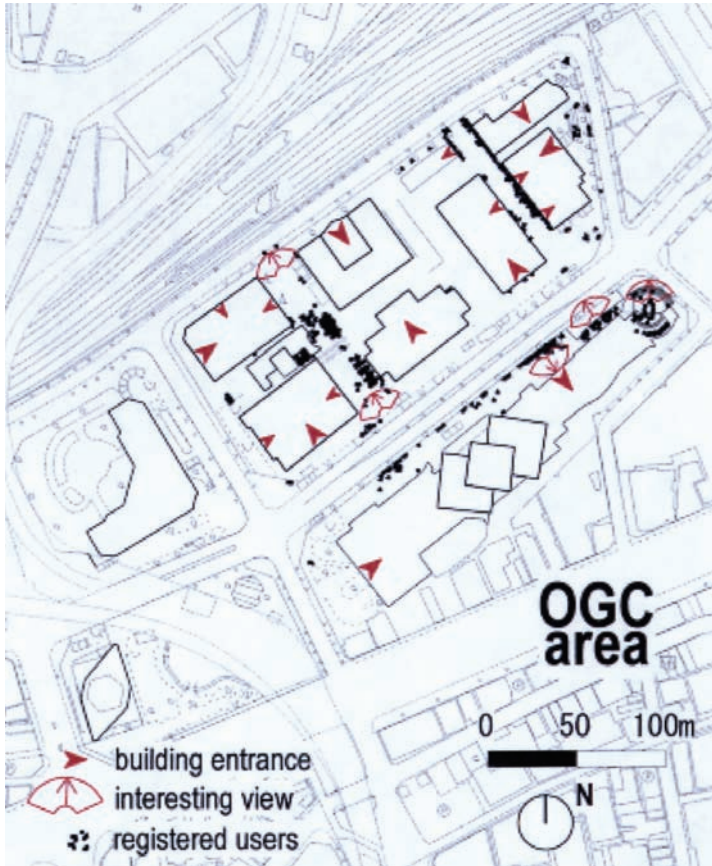


Figure 10.3: Mapping of users (overlay), views and entrances. OGC: Watching the urban scene
Source: Provided by the authors

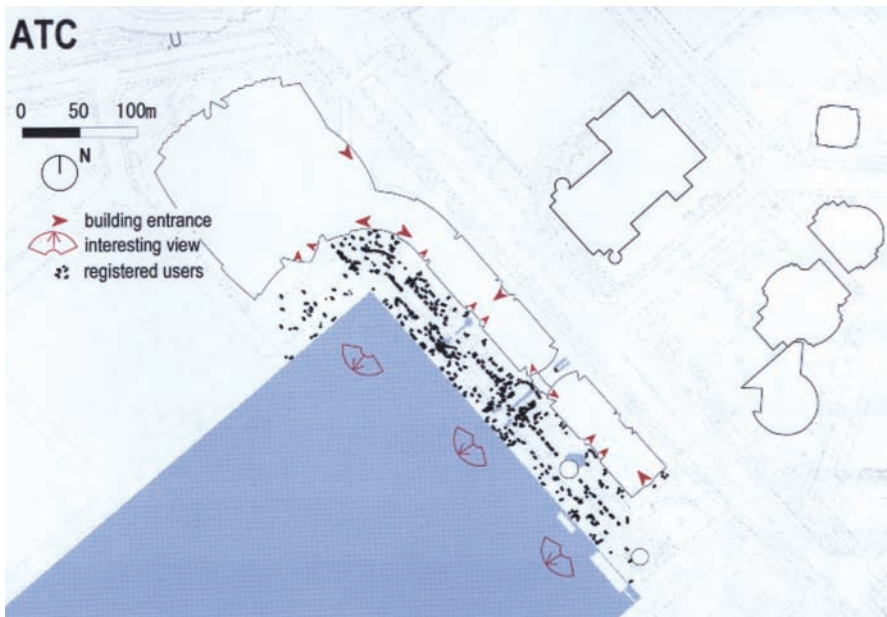


Figure 10.4: ATC: The sea from the promenade and terraces
Source: Provided by the authors

Figure 10.5: OBP: Boulevard-like open spaces, turning users 'back on the rivers

Source: Provided by the authors

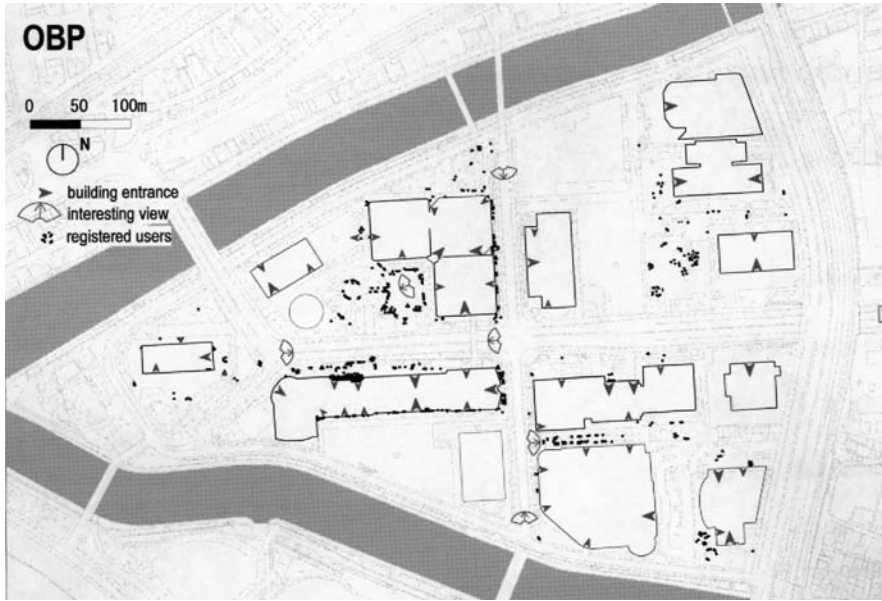


Photo 6.1: Skyline of the city besides the Okawa river
Photo: Rogerio Akamine



Photos: Rogério Akamine



Photo 6.2: SUC – A little wood in the city



Photo 6.3: OGC – At the back, rails of trains, in the scene, volumes to sit, sculpture and trees



Photo 6.4: From ATC, the sea and the sunset through the cranes

Photo 6.5:
Boulevard in the
OBP



Rogério Akamine

the *café* in the main open space. In the other side of street, the preferred places are clearly near the main entrances in the east extremity. The case of ATC is peculiar, as most accesses are easy in order to integrate the open space. At OBP, the place close to a fast food in the IMP building is visually marked. The linear distribution of users through north-south way in the center of the area is probably due to easy access to the Twin 21 and Matsushita IMP buildings.

Even with sitting places and close to building entrances, other characteristic should be important to define preferred portions. Interesting views might be other factor to attract people to enjoy open spaces in *pops*. The preferred places are favorably disposed to attain best views, either natural or created (Figures 10.1 to 10.5 and Photos 6.1 to 6.5). In any case, the views are composed not only by natural elements, such as water, trees, flowered portions, rocks, but also by human activities, such as flow of passing people, movements of ships and cranes or traffic of trains and cars. Taking advantage of panoramic views in natural configurations should be obvious enough, but the case of OBP fails in this aspect. Unfortunately, the potential relation with two rivers and the landmark view of the historic Osaka castle were neglected. Just some boulevard-like spaces inside the site appear as configurations to views. An understanding of various kinds of experience in which views are concerned is useful to design conception. The sunken wood and flower fields of SUC are an example of creativity in arranging interesting scenes and environments.

Which beliefs and opinions users may have about open spaces in *pops* would complete information on design analysis.

Conclusions

The present study is an endeavour to deepen the understanding about use at open spaces resulted from public-private partnership. Because of the tendency toward urban renovations, which include the idea of privately owned public space, the results should be more and more evaluated to improve an effective public use. As a first approach to the theme, five significant urban projects in Osaka city were chosen to carry out systematic observation.

All the five cases are big projects, and most of the population aspects appeared differently. The counting of users during weekday and weekend day shows neither regularity in user density nor a similar variation in number.

The projects are evidently distinct from each other in features such as functions of buildings, space configurations, accesses and connections, views (natural or created) and sitting places. However, the common point among them is that such features are present in all cases, but arranged in different combinations. Other regularity is the occurrence of peaks during lunch time on weekday and late lunch time (about 15 Hs) on weekend day, when the amount of users reach a maximum value.

In relation to gender, there is balanced proportion of men to women. Nothing is possible to affirm about security of the place based on the proportions of women in *pops* at different hours of a day and days of the week.

Adults are the majority among the observed users, whereas the other groups were small in number. Then, the needs of children and older people at *pops*

should be more investigated. Moreover, attractive conditions for disabled people should be also more available. Examples of improvements could be areas for children to ride bicycles and touchable water, more availability of comfortable benches in popular parts and gardens for people in wheel chairs. People of these groups or responsible for them should be heard.

How grouped the users were seen at the *pops*? The observation registers revealed that a large proportion was composed of two people and person alone. This information would serve as reference to define typology of furniture and dimensions of paths. On the contrary, the idea of versatile layouts could be arisen, because of the existent configuration may not afford bigger groups.

The intuitive image of business area of the analysed cases is reinforced by the registration of users according to the formality in dressing. The exception for big amounts of men in suits and women formally dressed were the students of a school of informatics. In other words, the types of activity in the buildings have direct relation to the profile of users that were observed. As the most affected by the relaxing of zoning rules are the neighbors, they should be consulted about the real possibilities and limitations for use of open spaces in the studied places.

According to the collected data, sitting and strolling represent the two most usual activities at *pops*. Sitting places, paths to walking and vigilance of guards keep the conditions for calm activities in contrast to the more active ones. Users were observed in relaxing activities including eating and talking more than playing balls or riding bicycles. When all cases are compared, not considering the areas, a wider variety of activity types leads to think in a superior quality in relation to those with limited number.

The most used parts in each studied place are revealed when behavioral mapping of different hours of the day are overlaid. Hence, places where users are commonly found may be related by proximity to the entrances of the existent buildings. There is an evidence for the relation: the nearer the entrances of buildings, the more used the parts of open space at *pops*. In the same way, interesting views either natural or created appear favorably to more frequent use of places than where there is nothing to attain. It would be also important to find the reasons why people don't use parts other than the preferred places.

After presentation of the main results from the study, it is possible to say that the investigation about the use of those open spaces at *pops* needs to go further. Here, all results form a first framework, an image of how open spaces at privately owned public space are being used. Then, asking opinions and beliefs of users by means of other techniques from the environment-behavior field

would allow a more detailed understanding of a place, and in addition, create support to improve concepts of space design for public-private negotiations.

References

AKAMINE, Rogério. *A study on use of large open spaces in privately owned public spaces from Osaka, Japan*. 2003. 177 p. Tese (Doutorado). Osaka University Graduate School of Engineering. Osaka, 2003.

ALTMAN, Irwin; ZUBE, Ervin H. (Eds.). *Public places and spaces*. New York: Plenum Press, 1989.

ALY, José Augusto Fernandes. *Discussão acerca do papel urbano dos edifícios: Estudos e propostas para áreas em renovação*. 2000. 171 p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2000.

GIBSON, James J. *The ecological approach to visual perception*. Boston: Houghton Mufflin, 1979.

HANAZATO, Toshihiro; TAKAHASHI, Takashi, ISHII, Kyoko et al. Description and analysis of people's distribution in the open spaces of housing estates. *Journal of Architecture, Planning, and Environmental Engineering*, AIJ. Tokyo: AIJ, n. 500, p. 87-93, 1997.

HILLIER, Bill. *Space is the machine: A configurational theory of theory*. Cambridge: University Press, 1996.

HIRAI, Sumio; NISHIMURA, Takashi. A study on the inhabitant's evaluation of the linear open space joining with river or road – from view-point of getting usefulness for daily life and residential area. *Papers on City Planning*, n. 36, p. 931-935, 2001.

HORIGUCHI, Sakiko; SUGITA, Sanae; DOHI, Masato. Sitting behavior on streets space from the aspects of spatial apparatus and sitting people's preference for sitting apparatus – A case study on Harajuku area Shibuya-ward Tokyo Pref. *Papers on City Planning*, n. 36, p. 763-768, 2001.

KURODA, Katsuhiko. Commercialization of waterfront development projects and cooperation between public and private sectors. In: INTERNATIONAL FORUM "WATERFRONT 2001". Osaka city: Waterfront 2001 organizing Committee, city of Osaka, p. 245-254, 2001.

LOUKAITOU-SIDERIS, Anastasia; BARNERJEE, Tribid. *Urban design downtown; poetics and politics of form*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1998.

MOORE, Gary T. Toward environment-behavior theories of the middle range. *Advances in environment, behavior, and design*. New York: Plenum Press, v. 4, p. 1-40, 1997.

NEWMAN, Oscar. *Defensible space: Crime prevention through urban design*. New York: Macmillan Publishing Co., Inc., 1973.

OSAKA CITY GOVERNMENT (JAPAN). *Planning of Osaka city; city planning in Osaka city*. Osaka: Congress Corporation, 1997.

SOMMER, Barbara; SOMMER, Robert. *A practical guide to behavioral research; tools and techniques*. New York: Oxford University Press, 1997.

VEITCH, Russel (Ed.) *Environmental psychology; an interdisciplinary perspective*. New Tersey: Prentice Hall, 1995.

WATANABE, Tadashi; KATO, Koji; MIYAWAKI, Masaru; KITAHARA, Toshio. An experiment of the use of public space for activating the city center – A case study on “Citizens forum on urban design” in Chiba. *Papers on City Planning*. Tokyo: City Planning Institute, n. 36, p. 793-798, 2001.

WHYTE, Willian H. *The social life of small urban spaces*. Washington D.C.: The Conservation Foundation, 1979.

PAISAGEM EM MOVIMENTO: O PARQUE ANDRÉ-CITROËN EM PARIS

Angelo Serpa

Professor adjunto, mestrando e doutor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal da Bahia.



PROJETO

RESUMO

Neste artigo, a linguagem projetual e a utilização de parques públicos como elementos dinamizadores de operações de renovação urbana são examinadas à luz do estudo de caso do Parque André-Citroën, em Paris. A última parte do trabalho é dedicada a uma entrevista com o paisagista francês Gilles Clément, que desenhou e implantou o Jardim do Movimento no Parque André-Citroën, concebido como uma “paisagem natural”, a partir de princípios ecológicos.

Palavras-chave: Parque público, renovação urbana, linguagem projetual, paisagismo, jardim.

ABSTRACT

In this paper, the designing language and the use of public parks as dynamic elements of programs for urban renovation are examined, throughout the André-Citroën Park case study in Paris. The last part is dedicated to an interview with Gilles Clément, french landscape architect, who have designed and installed a “Jardin en Mouvement” at the André-Citroën Park, conceived as a “natural landscape”, supported by ecological ideas.

Key words: Public park, urban renovation, designing language, landscape architecture, garden.

PAISAGEM EM MOVIMENTO: O PARQUE ANDRÉ-CITROËN EM PARIS¹

Introdução

Os concursos públicos organizados para criação e concepção de três grandes parques parisienses no final da década de 80, início da década de 90 (LA VILLETTE, BERCY E ANDRÉ-CITROËN), atraíram o interesse de centenas de equipes de conceptores. Os três projetos se inscrevem em um movimento de retorno ao monumental, preconizado pela arquitetura pós-moderna. Esses parques não foram concebidos apenas como “espaços verdes públicos”, mas como elementos constituintes fundamentais de operações urbanístico-arquitetônicas de grande porte, substituindo áreas de perfil operário e popular da cidade por novos bairros com complexos residenciais de alto padrão e prédios comerciais e de escritórios (DEBIÉ, 1992).

Esses projetos – de arquitetos e paisagistas consagrados, premiados em concursos internacionais lançados por sociedades de economia mista, pelo estado francês ou pela prefeitura de Paris – não deixam dúvidas que os novos parques parisienses são elementos de operações urbanas de grande envergadura, visando à reestruturação de bairros inteiros. As operações urbanísticas que deram origem aos três grandes parques parisienses ao longo dos anos 90 obedecem a uma lógica comum de revalorização de áreas industriais e residenciais decadentes, transformando-as em imensos canteiros de obras denominados de “ZACs”, grandes zonas de planejamento administradas por sociedades de economia mista, articulando a prefeitura ou o estado francês ao capital privado. Vistas na escala da cidade, essas intervenções continuam a ser pensadas como intervenções em um sistema urbano geral – uma rede de espaços públicos urbanos –, herdado da ação de Haussmann no século 19 (INGALINA, 1997).

Antes mesmo de tornar-se esse espaço de lazer caro aos urbanistas ávidos de natureza, o parque é uma idéia, um conceito. Concebido como equipamento urbano e recreativo, o parque público está ligado, sobretudo, a

(1) Pesquisa realizada em Paris, entre março de 2002 e março de 2003, com bolsa de pós-doutorado da Capes.

uma vontade política. O exemplo emblemático da capital francesa mostra que, para realizar sua “utopia” de parque público, o poder real, imperial ou presidencial sempre soube buscar o auxílio de profissionais de prestígio – *Louis XIV* em Versalhes: Le Nôtre et Mansart; *Napoléon III* para os parques de Buttes-Chaumont, de Montsouris e de Monceau: Haussmann e Alphand; *François Mitterrand* em La Villette: Tschumi, Gilles Vexlard (autor do Jardim das Treliças) e Alexandre Chemetoff (conceptor do Jardim dos Bambus). Trata-se, principalmente, de uma vontade política de representação no (e através do) tempo. Os parques sempre foram elementos emblemáticos de operações de urbanismo, inscritas na pequena escala espacial da aglomeração, da região, do país e do mundo.

No Buttes-Chaumont, o objetivo era o de encenar uma paisagem ideal, com uma ambigüidade própria da época em que foi concebido, na qual o falso e o verdadeiro rivalizavam “sem vergonha”. Em Versalhes o parque é, sem dúvida, uma representação do poder, uma representação do mundo dominado pelo rei. Hoje, os concursos internacionais legitimam uma política voluntária de criação de grandes equipamentos culturais. O objetivo maior dessas operações revela-se por meio da criação de modelos portadores de idéias inovadoras. Essas idéias vão ajudar aos poderes públicos a representar-se na escala do mundo, assumindo riscos com relação às formas dos parques preexistentes.

Inaugurado no início dos anos 90, o Parque de La Villette já nasceu fomentando polêmica. Escolhido ao final de um concurso internacional, que contou com centenas de participantes e o paisagista brasileiro Roberto Burle Marx como presidente do júri, o projeto tirou do anonimato o arquiteto suíço Bernard Tschumi, concedendo-lhe fama mundial. Baseado no desconstrutivismo, Tschumi quis indicar uma nova direção para o “parque do século XXI”. Imensos gramados, pavilhões vermelho-fogo com formas inusitadas (as *Folies*) e jardins temáticos vistos como “quadros de cinema” compõem o parque, entendido por seu criador como “o maior edifício descontínuo do mundo”. O resultado é uma linguagem formal, só lida pelo observador que se envolver “intelectualmente” com as idéias do arquiteto inovador. Visto assim, o parque seria muito mais uma “instalação artística” que um jardim público (PROKSCH, 1992).

No Parque de Bercy – concebido por Marilène Ferrand, Jean-Pierre Feugas, Bernard Le Roy e Bernard Huet – três partes se sucedem de oeste a leste: o grande gramado, os jardins temáticos e o Jardim Romântico. Ao sul, um grande terraço às margens do Sena isola o parque da via expressa Georges Pompidou e abriga um estacionamento, locais para estocagem e manutenção, guaritas de vigilantes e sanitários públicos. Nove jardins temáticos ocupam a parte central: a horta, o observatório, o pomar, o jardim de treliças, a casa da jardinagem, o jardim de bulbos, o labirinto e o jardim dos sentidos. Na

terceira parte – o Jardim Romântico – encontram-se os elementos aglutinados em torno do tema “água”: canal, ilha, cascatas e gruta.

A concepção do Parque André-Citroën coube a duas equipes de conceptores: a do paisagista Gilles Clément, associado ao arquiteto Patrick Berger, e a do arquiteto paisagista Alain Provost, associado aos arquitetos Jean-Paul Viguier e Jean-François Jodry. Um caminho atravessa o parque em diagonal, ligando as partes norte e sul. Na parte central, um vasto gramado é enquadrado por belvederes de granito escuro e por rampas, fontes e cursos d’água. Duas grandes estufas de 15 metros de altura determinam a grande perspectiva sul-leste. Entre as estufas, uma esplanada com jatos de água de altura variável completa o desenho “monumental” do espaço. Os jardins temáticos e seis estufas menores estão instalados ao redor do gramado central.

Como no Brasil², em que jardins temáticos com essências nativas estão na ordem do dia e são concebidos como espaços de pequena escala em grandes parques “arquitetônicos” e minerais, que não oferecem sombra aos usuários, os parques parisienses contemporâneos são também estruturados pelos elementos construídos e não pela vegetação. Os grandes parques se tornam “transparentes” no Brasil e na França, para evitar a delinqüência e os atos de vandalismo, atividades que “*apreciam a sombra cúmplice das árvores e arbustos*” (LEMONIER, 1995, p. 32). Se a ausência de vegetação de médio e grande porte nos grandes parques contemporâneos parece estar em relação imediata com problemas de segurança, por outro lado, deve-se considerar o fato de a “transparência” dos parques atuais reforçar também a monumentalidade de seu desenho (desejada pelos conceptores) e torna mais evidente seu aspecto “mineral”.

A concepção e implantação dos parques André-Citroën e Bercy apresentam muitos pontos em comum. Os dois parques, originados das decisões do Conselho de Paris, no início dos anos 70, deveriam contribuir para a criação de bairros, com funções residenciais, comerciais e de serviços, no lugar de antigos terrenos industriais ou de depósitos/entrepósitos, próximos dos limites da cidade: as fábricas Citroën e os depósitos de vinho de Bercy e, nos dois casos, os terrenos contíguos da rede ferroviária (STARKMAN, 1993). Eles também deveriam constituir-se em equipamentos para toda a aglomeração parisiense, oferecendo aos bairros vizinhos espaços atrativos de lazer e recreação, assim como uma nova identidade que contribuísse para sua valorização (STARKMAN, op. cit.).

(2) A pesquisa de pós-doutorado procurou comparar os estudos de caso em Paris, com a concepção e implantação dos parques públicos em Salvador, na mesma década. O presente artigo, no entanto, não trata dos estudos de caso na capital baiana, objeto de análise de outros trabalhos já publicados (Ver, por exemplo: SERPA, 2003).

O Parque André-Citroën e “Seu” Bairro

No bairro de Javel-Citroën (área total reurbanizada de 32 hectares), além do parque de 14 hectares (Foto 1), surgem 2.400 apartamentos (Fotos 2 e 3), uma superfície de escritórios e comércio de 11 hectares, um hospital (Foto 4), duas escolas, um colégio, duas creches, um ginásio e duas salas de esporte, uma biblioteca (Foto 5) e um clube para jovens, uma agência dos correios, ateliês para artistas, assim como um importante pólo audiovisual que inclui as sedes da France Télévision, do Canal Plus e da Eutelsat (Fotos 6 e 7).

Para o Parque André-Citroën, implantado nos terrenos das antigas fábricas da firma automobilística, a exigência fundamental do Ateliê Parisiense de Urbanismo e da prefeitura de Paris era o de tratar esse novo espaço público da cidade em duas escalas diversas de inserção no tecido urbano: uma correspondente à escala da aglomeração e dos grandes espaços verdes de Paris, outra concernente à escala do bairro e do distrito. Os criadores foram incentivados a conceber programas e subespaços a partir de temas originais que respeitassem também as prescrições de tratamento do entorno construído. Dez equipes foram selecionadas entre as 65 participantes do concurso (das quais 45 estrangeiras). Ao final do concurso, duas equipes foram laureadas: Viguier, Jodry e Provost, de um lado, e Berger e Clément, de outro lado. Para o projeto final, as duas equipes passaram a trabalhar juntas, com vista à conciliação de seus “discursos”.



Foto 1: Parque André-Citroën, Paris

Fotos 2 e 3: Novos prédios residenciais em Javel-Citroën



Fotos: Angelo Serpa

Foto 3



Foto 4: Hospital Georges Pompidou



Fotos: Angelo Serpa



Foto 5: Biblioteca Gutemberg



Fotos 6 e 7: Pólo audiovisual em Javel-Citrôen: Canal Plus e Eutelsat



Foto 7

Tratava-se da conciliação de um discurso “urbanístico” e de um discurso “cênico”, ao mesmo tempo complementares e em oposição. O primeiro – o “formalismo urbanístico” de Provost – insistia sobre a estruturação do espaço urbano pelos jardins, o segundo sublinhava a “cenarização” dos jardins por meio da “narrativa vegetal” de Clément (DEBIÉ, 1992). Esse casamento de linguagens, imposto pela prefeitura de Paris, deveu-se não tanto às analogias de forma dos dois projetos (grande gramado central – Foto 8, “enquadrado” por rampas e canais de água, bem como por jardins temáticos), mas, sobretudo, à legitimação recíproca dos dois programas, ambos baseados em um “lirismo neo-romântico eficaz” (GARCÍAS, 1993, p. 111).

Foto 8: Grande gramado central no Parque André-Citroën, Paris



Angelo Serpa

Para a prefeitura de Paris, um parque dessa importância deveria apoiar-se em uma “idéia forte”, associando o “rigor” de Provost aos conhecimentos botânicos de Clément (“*Un parc pour le XXIème siècle*”, *Paysages et Actualités*, 1992). Com o Parque André-Citroën, a prefeitura de Paris pretendia “rivalizar” com o governo central francês e “seu” Parque de La Villette. O objetivo era o de apontar um novo modelo para o “Parque do Século XXI”, abandonando a visão arquitetônica e o espírito de “instalação artística” do Parque de Tschumi. Uma década mais tarde, tratava-se de conceber e implantar, em Javel-Citroën, “um parque de paisagistas”, onde os jardins de Clément deveriam desempenhar um papel central.

O parque é atravessado em diagonal por um caminho que liga as partes norte e sul. No centro, um vasto gramado é rodeado por belvederes revestidos de granito negro e por rampas (Foto 9), fontes e canais de água. Duas grandes estufas de 15 metros de altura – batizadas de “pomar” e de “estufa mediterrânea” – determinam a perspectiva visual a partir da direção sudeste (Foto 10). Uma esplanada de jatos de água com altura variável foi instalada entre

Fotos: Angelo Serpa



Foto 9: Rampas de água com detalhe das pequenas estufas ao fundo, Parque André-Citroën

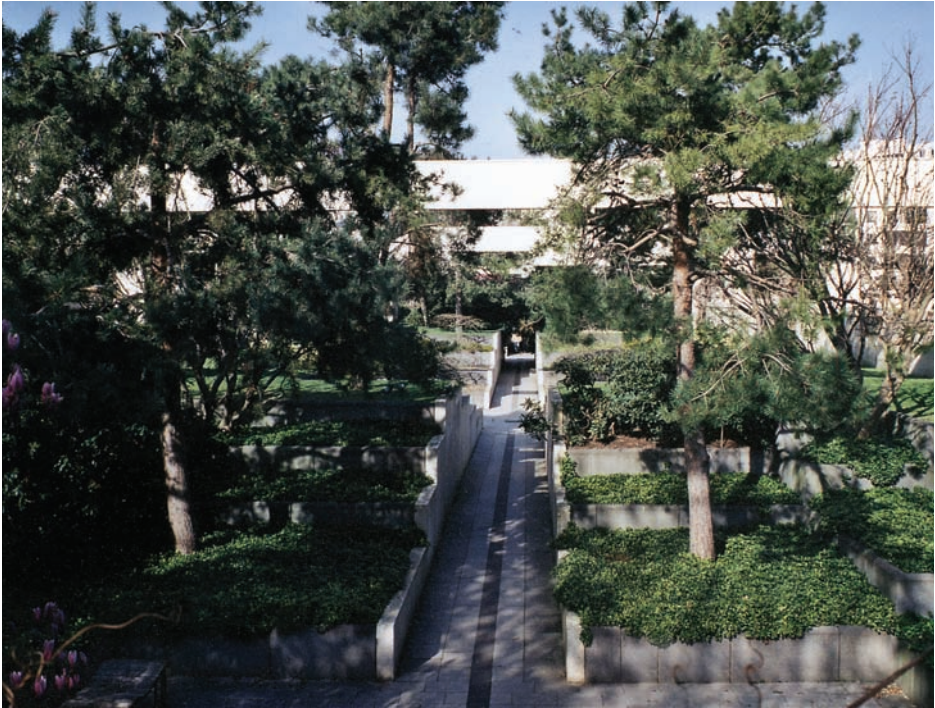


Foto 10: Estufas de 15 metros de altura determinam a perspectiva visual, a partir da direção sudeste, Parque André-Citroën



Foto 11: Esplanada de jatos de água com altura variável, instalada entre as duas estufas, Parque André-Citroën

Foto 12: Jardim
"Negro",
de Alain Provost



Angelo Serpa

as duas estufas (Foto 11). Os jardins temáticos e mais seis estufas menores se localizam também em volta do espaço gramado central: ao norte, o "Jardim do Movimento" – no qual os jardineiros aprendem uma nova maneira de lidar com as "ervas daninhas" (RACINE, 1999, p. 202), ao sul, os jardins "Negro" (Foto 12) e "Branco", de Provost, e, na direção nordeste, os seis jardins seriais de Clément, instalados entre as rampas de água: os jardins azul, verde, laranja, vermelho, dourado e prateado.

Parque e bairro estão perfeitamente articulados, o que demonstra um desejo claro de "simbiose" entre os ambientes vegetados e construídos, pela ausência de grades e muros em quase todos os imóveis residenciais e comerciais (RUEFF, 1993); não há ruptura visual entre as árvores do parque e as ruas do bairro. Um dos objetivos principais da operação urbanística era justamente o de obter essa permeabilidade visual, graças à prescrição de abertura da massa construída sobre os espaços plantados do parque; o de promover uma unidade na composição plástica das fachadas fronteiriças ao parque, insistindo sobre um tratamento arquitetônico do conjunto a partir do parque, e irradiando por toda a periferia do bairro (MILLIEX, 1993). As "vilas" desenhadas por Roland Simounet (Fotos 13, 14 e 15) exprimem esse desejo de abertura sobre o parque, fazendo dialogar os edifícios com os jardins seriais de Gilles Clément: *"a cada vila privada corresponde uma pequena estufa do jardim serial; reciprocamente, cada fachada se projeta entre duas estufas, sobre o jardim serial respectivo, para o qual ela funciona como o fundo da cena"* (MILLIEX, op. cit., p. 94).



Fotos 13, 14 e 15: As "vilas" desenhadas por Roland Simounet exprimem o desejo de abertura sobre o parque

Foto 14



Fotos: Angelo Serpa

Foto 15



Foto 16: Jardim do Movimento de Gilles Clément, Parque André-Citroën



Os Jardins de Gilles Clément

Como mencionado anteriormente, trabalha-se aqui pensando-se em duas escalas: uma que corresponde a uma dimensão de utilização pelos habitantes de uma grande cidade, e outra relacionada com usuários de bairros próximos que desejam espaços “mais íntimos” (CLÉMENT, 1993, *Un jardin du XXème siècle à Paris, Dialogue dans le Parc André Citroën*). Visto assim, as grandes linhas de concepção do espaço correspondem melhor ao registro da monumentalidade de um parque à altura de uma grande cidade como Paris, para que ele não se torne um simples jardim de vizinhança (VIGUIER, 1993, *Un jardin du XXème siècle à Paris, Dialogue dans le Parc André Citroën*). Em consequência, modificam-se as relações entre os elementos vegetais e os construídos, e o jardim se transforma em um subespaço no interior de um grande parque, um elemento “natural” entre elementos “artificiais”. O jardim se transmuta em “museu do vegetal”, devendo fornecer ao público uma quantidade específica de informações relativas às espécies vegetais e suas origens ou simbolizar os ciclos naturais, como no Jardim do Movimento (Foto 16), no Parque André-Citroën (INGALINA, 1997; DEBIÉ, 1992).

Os jardins foram concebidos como espaços pedagógicos, como uma espécie de museu a céu aberto, no qual os usuários e visitantes são induzidos a percorrer um itinerário que vai de jardim em jardim, o que parece restringir outros usos e práticas. Apesar da presença de (poucas) pessoas tranquilamente deitadas em bancos nos jardins seriais de Clément, a concepção de espaços vegetados temáticos como “cenários naturais”, que não podem ser utilizados “livremente”, acaba por determinar as atitudes dos usuários. A maior parte deles assume uma postura contemplativa em relação a esses espaços, com uma única motivação implícita, de “aprender com a natureza”.

Os jardins seriais são, segundo seu criador, para serem “lidos” pelas correspondências e associações simples e banais. Para cada um deles estão associadas, além de uma cor dominante, uma escolha específica de materiais e uma relação com um dos cinco sentidos. Também para cada jardim há sempre um metal associado, assim como um planeta e um dia específico da semana. Cada um dos seis jardins seriais, assim como o Jardim do Movimento, induzem a uma relação simbólica específica com a água, elemento determinante na concepção do parque. Assim, o Jardim do Movimento representa a fonte original; o Jardim Azul (Foto 17), a gota de água (que cai de uma pérgula sobre uma pedra azulada); o Jardim Verde (Foto 18) é aquele da pequena fonte; o Jardim Laranja evoca um pequeno riacho; o vermelho, a cascata, e o prateado (Foto 19), com seus *deks* de madeira, representa o rio que vai ao encontro do mar (CLÉMENT, 1999).

O Jardim do Movimento deve “aceitar” e incorporar, gradualmente, todos os vegetais espontâneos compatíveis com o meio. É formado de plantas outrora consideradas como “daninhas”. É o jardim das metamorfoses “radicais”, das

transformações “brutais” de aspecto. Sua estruturação é fluída (principalmente por meio do plantio de “cortinas” de bambus) e sua implantação é originada, sobretudo, do plantio inicial de herbáceas, realizado em setembro de 1991. O movimento também está contido, como princípio criador, nos jardins seriais: é um movimento “atômico”, seguindo a lógica das transmutações dos corpos elementares descritos pela alquimia (transformação de um elemento em outro por um salto energético; assim, o chumbo pode transformar-se em ouro para os alquimistas) (CLÉMENT, 1999).

Foto 17:
Jardim Azul, de
Gilles Clément



Fotos: Angelo Serpa

Foto 18: Jardim
Verde, de Gilles
Clément





Foto 19: Jardim Prateado, de Gilles Clément

Angelo Serpa

O Outro Lado da Moeda: Segregação Socioespacial

152

Marcados por uma história, pela expressão de estilos e de modismos, os parques públicos sempre representam e expressam valores éticos e estéticos, que ultrapassam largamente seus limites espaciais. Seja qual for a época, esses valores estão sempre presentes no discurso oficial e nas políticas públicas

aplicadas às cidades: higienismo, pacifismo, beleza estética. Essa reunião de valores reforça uma metáfora que o parque público é um instrumento de integração social e espacial das cidades. O confronto entre o discurso oficial relativo à implantação de grandes parques públicos e a política habitacional aplicada em Paris contradiz frontalmente essa idéia.

Com 190.000 unidades habitacionais de um total de 1,3 milhões, o parque residencial de caráter social (unidades “HLM”, com aluguéis subsidiados com recursos públicos) em Paris representa 15% do total de habitações na cidade. Mas seu peso na construção de novas residências nos últimos anos é muito maior, já que ele constitui cerca de 30% do patrimônio construído depois da Segunda Guerra Mundial. Porém, a distribuição dessas “habitações sociais” é muito desigual nos distritos parisienses: inexistem no 7º e no 8º e representam uma em cada três unidades habitacionais no 12º e no 13º distritos. Elas também estão concentradas na mão de poucos proprietários, três sociedades de economia mista com a participação da prefeitura de Paris, que detêm 71% do patrimônio construído (LACOSTE, 2000).

Se, antes da Segunda Guerra, Paris concentrava a maior parte da construção social, hoje isso se tornou um *affaire* da periferia, isto é, dos municípios que compõem a região metropolitana parisiense. Em 1950, a cidade concentrava 60% do parque residencial de caráter social; hoje esse percentual é de menos de 18%! (LACOSTE, op. cit.). O Escritório Público do Parque Residencial “HLM”, totalmente regido pela prefeitura de Paris, administrava, em 1982, 2.517 unidades habitacionais em Hauts-de-Seine; 4.369, em Seine-Saint-Denis; e 4.443, em Val-de-Marne. A Direção Imobiliária da Cidade de Paris, um organismo de economia mista, no qual a prefeitura de Paris controla 37% do capital, geria, naquele mesmo ano, 1.035 apartamentos em Seine-Saint-Denis; 1.542, em Val-de-Marne; 807, em Essonne; e 224, em Hauts-de-Seine. Finalmente, a Sociedade Anônima de Gestão Imobiliária, na qual a prefeitura de Paris detém 40% do capital, administrava 835 apartamentos em Villeneuve-Saint-Georges; 391, em Saint-Denis; 288, em Sevran; e 1.447, em Créteil (BELMESSOUS, 2000).

O processo de construção de novos bairros, como Javel-Citroën e Bercy, acaba por expulsar parte de seus antigos habitantes, tornando os municípios da região metropolitana de Paris verdadeiros “receptáculos da população mais pobre do município-sede” (BELMESSOUS, op. cit., p. 81). O insignificante número de habitações sociais construídos em Paris nos últimos anos, ante a demanda sempre crescente por esse tipo de habitação, torna proibitivo para os menos favorecidos a permanência na cidade. Uma análise do percentual de habitações sociais (PLA) – em relação ao total do patrimônio construído – nas zonas de planejamento (ZACs), em que foram implantados os novos parques públicos, confirmam essa tese: em Bercy, 45%; em Javel-Citroën, 32%; no Bassin de La Villette, 36%; e, no setor Villette Sud, 34%.

Trabalhando com os dados do censo de 1999, o Ateliê Parisiense de Urbanismo elaborou uma carta para Paris e sua região metropolitana, com a estrutura socioprofissional simplificada da população ativa. Analisando-se esses dados, pode-se afirmar que tanto no bairro de Bercy como no bairro de Javel-Citroën, há uma predominância de profissionais liberais, administradores de empresas e trabalhadores com nível elevado de estudos. Isso é mais evidente em Javel-Citroën, em que este tipo de população corresponde a mais de 50% dos habitantes do bairro, enquanto, em Bercy, o percentual varia entre 40 e mais de 50%.

O paisagista Gilles Clément³, um dos conceptores do Parque André-Citroën, em entrevista concedida no âmbito de uma pesquisa de pós-doutorado, realizada no Laboratório Espaço e Cultura da Universidade de Paris IV, acredita que a prefeitura de Paris, baseada em um discurso contraditório, conduz uma política estranha de requalificação do espaço urbano, *“porque, por um lado, cria novos parques, que são realmente interessantes em termos de concepção, mas, por outro lado, expulsa para a periferia os antigos habitantes dos bairros onde esses parques são implantados. Essas pessoas não possuem renda para continuar em Paris, por isso são rejeitadas pela cidade”*. Para Clément, o discurso oficial é contraditório, porque defende a idéia que o parque proporcionará aos habitantes da cidade uma *“vida mais agradável”*, mas, na verdade, esses parques são, em sua maior parte, reservados a um tipo específico de público, que não inclui os menos favorecidos, em termos de renda e formação. Leia, a seguir, os trechos principais da entrevista:

“Qual o papel e quais funções deve desempenhar o espaço público na cidade contemporânea?”

Eu só posso falar a partir da minha experiência prática. Eu não me considero um ‘teórico’ do espaço público. Eu penso que atualmente há duas formas possíveis para que o espaço público possa existir. A primeira, a partir da evolução progressiva do tecido urbano, que cria ‘brechas’ para a implantação de um parque, uma praça, um jardim, qualquer coisa de não construído, em lugares onde antes havia fábricas ou edifícios. No caso de bairros muito densos, esses espaços cumprem uma determinada função, por razões de proporção de metro quadrado de áreas verdes por habitante, por exemplo. E a cidade aproveita a oportunidade para criar ali um parque. É o caso do Parque André-Citroën, implantado em um bairro totalmente construído, de perfil industrial. Alguns edifícios

(3) Gilles Clément é engenheiro agrônomo, “jardineiro paisagista”, como ele próprio se define, botânico e entomologista. Concebeu e implantou numerosos jardins, entre os quais o Jardim do Movimento do Parque André-Citroën, os jardins de Rayol, da abadia de Valloire, do Castelo de Blois e dos arcos de La Défense. É autor de numerosos ensaios e romances.

e os prédios das fábricas foram demolidos, dando oportunidade para a construção de um parque de 14 hectares. Neste caso, é a 'subtração' de edifícios do espaço urbano que vai dar origem a um parque. Mas há jardins e parques na história de Paris e de outras cidades que determinaram o surgimento de um outro tipo de urbanismo, como no caso do Jardin de Tulleries. Quando Le Notre concebeu e implantou este parque, ele abriu uma nova perspectiva sobre os Champs-Élysées, ele foi o precursor de uma nova espécie de urbanismo, baseado em perspectivas axiais.

Fotos 20 e 21:
Capoeira no Parque
André-Citroën, Paris



Angelo Serpa

Por que um parque? O senhor vê semelhanças da política atual com a implantação de parques pela ação de Haussmann, no século XIX? Eram também operações baseadas na subtração?

Evidente. Nessa época, o discurso político de Haussmann e Alphand era de cunho higienista. A ida a um parque estava associada a questões de saúde, ia-se a um espaço assim para respirar o bom ar dos jardins. Por isso, houve uma multiplicação de parques e pequenas praças na Paris do século XIX. Hoje, a política de implantação de espaços vegetados da Prefeitura de Paris não é muito diferente disso. Não é exatamente o discurso higienista do século XIX, hoje o discurso é frio e matemático, enfatiza uma quantidade mínima de metros quadrados de áreas verdes por habitante. Mas essa política é estranha, porque, por um lado, cria novos parques, que são realmente interessantes em termos de concepção, mas, por outro lado, expulsa para a periferia os antigos habitantes dos bairros onde esses parques são implantados. Essas pessoas não possuem renda para continuar em Paris, por isso são rejeitadas pela cidade. O discurso oficial é contraditório, porque defende a idéia de que o parque dará aos habitantes da cidade uma vida mais agradável, mas, na verdade, esses parques são, na sua maior parte, reservados a um tipo específico de público, que não inclui os menos favorecidos, em termos de renda e formação.

O senhor concorda que esses parques deveriam atender a toda a população da aglomeração parisiense?

Sim, pois são parques suficientemente grandes. O Parque André-Citroën é o menor dos três recentemente implantados, mas grande o suficiente para atingir um público maior. Portanto é correto supor que além dos habitantes dos bairros próximos, pessoas de bairros mais distantes também utilizem o parque. Há também aqueles que vêm até de outras cidades e países. Simplesmente porque o parque tornou-se conhecido. Sem falar em um público específico de escolas, um pouco menos atualmente, mas logo depois da inauguração do parque havia muitos alunos de escolas.

Pesquisando in loco os usos do parque, descobri que ele funciona também como lugar de encontro para praticantes de capoeira...

Isso é muito bom, algo inteiramente imprevisível. Quando concebemos um espaço público deste gênero, nós não sabemos o que vai acontecer. Há a expectativa que ele favoreça diferentes usos, mas não sabemos exatamente quais. Por que a prática de capoeira



Foto 21

Angelo Serpa

no parque? Talvez por causa do grande gramado central. Eu me lembro de ter visto pessoas ensaiando peças de teatro nos jardins, outros que tocavam percussão perto dos bambus do Jardim do Movimento. Há espaços fechados, outros abertos, que permitem uma gama variada de usos possíveis.

A freqüentação intensa prejudica/prejudicou a evolução do Jardim do Movimento?

Digamos que nós não previmos a quantidade de pessoas que vieram conhecer os jardins nos primeiros dias de funcionamento do parque, entre 10 e 11 mil pessoas no primeiro final de semana, segundo a Prefeitura de Paris. Foi uma coisa imprevista, isso demonstrou a fragilidade de alguns espaços, mas não houve vandalismo nem degradações importantes.

Ao contrário do Parque de La Villette, onde isso ocorre...

Porque é um parque que abre à noite, o que amplia a quantidade de usuários e complica a fiscalização.

O senhor é contrário à possibilidade de utilizar um parque como o André-Citroën também no período noturno?

É uma pena a restrição de horário, mas, por outro lado, é uma forma de melhor proteger os jardins. O Parque André-Citroën apresenta espaços muito frágeis e sofisticados em termos de diversidade vegetal e concepção. Um parque assim pode tornar-se ponto de venda de drogas no período noturno, por exemplo. No Parque de La Villette há um sistema de segurança que funciona bem, mas é dispendioso.

Um lugar acessível a todos, em qualquer horário, não deveria ser uma das características principais de um espaço público?

Eu não posso responder, se não for a partir da minha experiência. Ora, eu sou antes de tudo um latino, antes de qualquer coisa favorável à Agora, antes de tudo interessado na observação e no olhar sem velocidade do caminhar a pé. Eu não entendo o espaço desenhado para o automóvel, para os estacionamento... Para mim, o espaço público utilizável é aquele que pode ser usado na escala humana, um pouco como o espaço romano. Portanto, ele não é absolutamente compatível com a vida que levamos atualmente. Hoje condenamos ao isolamento bairros inteiros para estabelecer novas áreas de pedestres, mais isso acaba complicando ainda mais as coisas, pois não podemos segregar um bairro dessa forma. Eu penso que um espaço desenhado para os automóveis

não é utilizável. Na maior parte do tempo isso vem acompanhado de passarelas e de passagens subterrâneas para que se possa atravessar as vias rápidas, cada vez mais numerosas. Não há passeios ou, quando eles existem, são muito estreitos. Andar a pé tornou-se algo perigoso. Na maior parte dos casos, aquilo que chamamos de espaço público não pode ser chamado assim. São espaços mecânicos, feitos para robôs e máquinas, não para os seres humanos. Vamos para um espaço público para se sentar tranqüilamente, para ver e ser visto, para encontrar pessoas. Não se pode encontrar alguém se sua vida é posta em risco...

O senhor afirmou uma vez que todos os jardins são políticos...

Os jardins são políticos na medida em que eles são uma expressão acabada do pensamento vigente em uma época específica. Falo dos jardins históricos, dos jardins importantes sob esse ponto de vista. Talvez eu tenha ido um pouco longe demais dizendo que todos os jardins são políticos. Os jardins importantes são políticos, mas isso é também resultado de uma política que exprime o pensamento filosófico, as crenças de um determinado momento histórico. Ao mesmo tempo, eles resultam também de um modo de gestão, de uma idéia de poder. Não necessariamente uma visão de poder como em Versalles. Hoje, com a ecologia, o homem percebe-se como parte integrante da natureza. Atualmente, aliás, não há outro pensamento político importante que rivalize com a ecologia. Às vezes o pensamento ecológico constitui-se, no entanto, numa utopia, não é aplicável, portanto não se constitui em uma visão política. A ecologia não é necessariamente realista, mas hoje não podemos fazer um projeto sem considerá-la, sem sonhar, sem refletir. Somos obrigados a projetar pensando num processo de gestão sustentável no tempo...

A ação política deve estar aberta à ecologia?

Sim, certamente. Atualmente, a ação política é forçosamente marcada pela ecologia. Mas a ecologia foi muito mal utilizada em ações equivocadas, ela foi muitas vezes mal utilizada pelos políticos. Atualmente, não é muito interessante declarar-se 'verde', declarar-se 'ecologista'...

O senhor acredita que os usuários podem compreender as mensagens vinculadas nos jardins seriais e no Jardim do Movimento?

De modo algum! Não nesse momento, mas isso não é grave! Existe muito conteúdo, muitas mensagens, é muito complexo...

Isso me ajuda a conceber e a criar esses espaços. Por outro lado, eu estou convencido que as pessoas têm interesse nisso, mesmo que elas não compreendam a mensagem. O usuário sente certamente que existe ali alguma coisa que foi construída intelectualmente, mesmo que não saiba exatamente o quê. E eu penso que não é forçosamente necessário que os usuários compreendam de uma forma literal as mensagens vinculadas pelos conceptores. Eu acredito que eles sentem a importância desses espaços a partir de sua utilização cotidiana e banal. Isso é o que chamo de valor..

Os jardins e os parques são também pedagógicos?

Talvez não. Eu adoraria que os usuários compreendessem as mensagens vinculadas no projeto, mas o fato de querer obrigá-los a entender me parece exagerado. Deve-se preservar o direito daqueles que utilizam um espaço sem compreendê-lo. Mas há usuários que desejam compreender, querem saber mais. Por isso acho importantes as publicações que expliquem o conteúdo dos jardins àqueles que assim o desejarem. Solicitei à Prefeitura de Paris que se responsabilizasse por isso, mas não fui atendido na minha solicitação.”

À Guisa de Conclusão

O século 19 é o período em que emerge a idéia do parque público urbano. Atribui-se, então, a esse espaço um conjunto de qualidades que deveriam resolver os males da nascente civilização industrial. As doutrinas higienistas são, portanto, as primeiras a legitimar a função sanitária do parque urbano. Aos benefícios sanitários da natureza vão se juntar uma virtude “pacificadora”, associada rapidamente a uma idéia de controle social. O parque público e seus usos deveriam servir de modelo para os mais pobres, ensinando-os relações de boas maneiras e cortesia.

Esses valores originais foram modificados no momento atual? Esse conjunto de virtudes, fortemente associado ao contexto da cidade do século 19, ainda é pertinente? Reencontraremos nos parques de La Villette, Bercy e André-Citroën a encarnação desses valores de mais de um século? O exemplo do Parque André-Citroën, analisado no presente trabalho, parece validar a hipótese que, sob outras formas e com outras palavras, reencontramos a mesma simbologia nos parques atuais. A ecologia e a “cidade sustentável” substituíram as preocupações dos grandes reformadores do século 19. Mas os parques conservam ainda seus valores ancestrais, transmutados em outras formas, já que as qualidades higienistas, estéticas e hedonistas do parque público permanecem atuais.

Bibliografia

BELMESSOUS, Hacène. Les à-côtés de la rénovation parisienne. *Urbanisme*, Paris, n. 310, p. 79-82, 2000.

CLÉMENT, Gilles; BERGER, Patrick; PROVOST, Alain; VIGUIER, Jean-Paul. *Un jardin du XXème siècle à Paris, dialogue dans le Parc André Citroën*. Entrevista a S. Andreu, France Culture–Le 1er Fevrier 1993. Transcrito pela Biblioteca do Pavilhão do Arsenal, documento mimeografado, 5 fev. 1993.

CLÉMENT, Gilles. *Éloge de la friche, aux pointes sèches de François Béalu*. Paris: Lacourrière et Frélat, 1994.

_____. *Traité succinct de l'art involontaire*. Paris: Sens & Tonka, 1997.

_____. *Les portes*. Paris: Sens & Tonka, 1998.

_____. *Le jardin en mouvement*. Paris: Sens & Tonka, 1999.

_____. *Les jardins planétaires*. Paris: J.-M. Place, 1999.

_____. *Éloge des vagabondes – Herbes, arbres et fleurs à la conquête du monde*. Paris: Nil éditions, 2002.

DEBIÉ, Franck. *Jardins de capitales – Une géographie des parcs et jardins publics de Paris, Londres, Vienne et Berlin*. Paris: Éditions du CNRS, 1992.

GARCIAS, Jean-Claude. Un lustre après, le concours Citroën revisité. *Paris Projet*, Paris, n. 30-31, p. 100-114, 1993.

INGALINA, Patrizia. Paris: Jardins d'hier, jardins d'aujourd'hui. *LIGEIA – Dossiers sur l'art*, Paris, n. 19-20, p. 87-91, 1997.

LACOSTE, Gérard. Le devenir du logement social. *Urbanisme*, Paris, n. 310, p. 76-79, 2000.

LEMONIER, Marc. Un grand parc ouvert la nuit. *Diagonal*, n. 112, p. 32-33, 1995.

MILLIEX, Jean-Michel. Le parc André-Citroën et son quartier. *Paris Projet*, Paris, n. 30-31, p. 90-95, 1993.

PROKSCH, Thomas. Park-en. Stehenbleiben bei einigen Gedanken zum Thema Park. *Zolltexte*, n. 4, p. 28-31, 1992.

RACINE, Michel. *Jardins en France, Guide Illustré*. 3. éd. Arles: Actes Sud, 1999.

RUEFF, Judith. Le retour de l'esprit jardin – André-Citroën, le nouveau parc où la tradition refleurit. *Urbanisme*, Paris, n. 264-265, p. 45-47, 1993.

SERPA, Angelo. *Parque público e valorização imobiliária nas cidades contemporâneas: Tendências recentes na França e no Brasil*. In: X ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR: ENCRUZILHADAS DO PLANEJAMENTO – REPENSANDO TEORIAS E PRÁTICAS. 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ANPUR/UFMG, 2003, CD-ROM.

STARKMAN, Nathan. Deux nouveaux parcs à Paris. *Paris Projet*, Paris, n. 30-31, p. 88-89, 1993.

SURAND, Guy. Un parc pour le XXIème siècle. *Paysage et Actualités*. Paris, p. IV-VIII, oct. 1992.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

REVISTA PAISAGEM E AMBIENTE: ENSAIOS

1. O Conselho Editorial da revista *Paisagem e Ambiente: Ensaios* decidirá quais artigos, ensaios, conferências, debates, resenhas, relatos de experiências e notas técnicas terão a possibilidade de publicação, considerando-se para tanto a consistência teórica e a pertinência do tema diante da linha editorial.

2. Apresentação dos trabalhos

Em disquetes, utilizando o processador de texto WORD 6.0 ou superior. Deverá conter entre 21.600 a 43.200 caracteres, incluindo o resumo, o abstract e a introdução. Com o disquete, deverão ser entregues três cópias impressas do arquivo.

O resumo e o abstract não deverão ultrapassar 2.800 caracteres.

3. Os títulos e os subtítulos deverão aparecer em maiúsculas, pois é importante que no original fique clara sua natureza. Também deverão ser concisos e explícitos quanto ao conteúdo tratado. Deverão ser apresentadas, no mínimo, 5 palavras-chave (unitermos).

As contribuições deverão ser acompanhadas da versão em língua inglesa do título, subtítulo, resumo e palavras-chave.

4. Logo após o título deve constar o nome do autor, sua qualificação, procedência e endereço postal e/ou eletrônico.

5. As notas e referências bibliográficas deverão ser agrupadas no final do texto e devidamente referenciadas, de acordo com as normas NBR 6023 e NBR 10520, da ABNT.

As notas e referências deverão seguir os seguintes padrões:

5.1 Artigos e capítulos de livros

Colocar a referência bibliográfica nesta ordem: autor, título do artigo/capítulo, nome do autor do livro, título do livro (em itálico), subtítulo (sem itálico), edição, local de publicação (cidade), editora, data de publicação, volume, capítulo, páginas (inicial e final), série ou coleção.

Exemplos

- autor do capítulo e do livro

5.2 Artigos publicados em periódicos

Indicar o autor do artigo, título do artigo, subtítulo do artigo, título da revista (em itálico), local de publicação (cidade), título do fascículo, se houver (suplemento ou número especial), volume, número, páginas (inicial e final), mês e ano.

Exemplo

PELLEGRINO, Paulo Renato Mesquita. Pode-se planejar a paisagem? *Paisagem e Ambiente: Ensaios*, São Paulo, n. 13, p.159-179, 2000.

5.3 Citações no corpo do texto – Referências Bibliográficas

As citações, quando forem literais, devem ser precisas, grafadas em itálico e entre “aspas”. No corpo do texto deve constar o sobrenome do autor, seguido da data e páginas da publicação.

Ex.: (Leite, 1994, p. 86)

Nas referências bibliográficas, o sobrenome do autor citado deve ser posto em ordem alfabética (em maiúsculas), prenome, título do livro (em itálico), subtítulo, (sem itálico), edição, local de edição (cidade), editora, ano de publicação, volume, série ou coleção (entre parênteses).

Exemplo

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. *Destruição ou desconstrução? Questões da paisagem e tendências de regionalização*. São Paulo: Hucitec, 1994.

5.4 Dissertações e Teses

As referências de tese de doutorado ou dissertação de mestrado devem conter: nome do autor, título (em itálico), subtítulo (sem itálico), data, número de páginas ou volumes, categorias (grau), identificação da instituição, local, data de publicação.

Exemplo

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. *A megalópole e a praça: O espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa*. 2001. 351p. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2001.

6. As ilustrações deverão ser entregues em folhas separadas com as devidas indicações de créditos e legendas, devidamente referenciadas no texto.

Será permitida a inclusão de ilustrações que poderão ser impressas em cores, dependendo da disponibilidade de recursos para a impressão. As ilustrações (fotos, desenhos, esquemas e croquis) poderão ocupar um número equivalente de páginas daquelas ocupadas pelo texto.

7. Não serão aceitas reproduções de imagens publicadas em livros, revistas ou periódicos, sem a expressa autorização do(s) autor(es) das mesmas.

8. Após o ato de entrega, as condições dos originais serão analisadas criteriosamente. Os trabalhos que estiverem em desacordo com os padrões aqui descritos serão devolvidos em seguida para que se providencie sua regularização.

9. Os textos assinados serão de inteira responsabilidade dos autores e não haverá alteração de seu conteúdo sem prévia autorização.

10. Os autores receberão gratuitamente três exemplares do fascículo em que tiver sido publicada a contribuição.

Laboratório de Programação Gráfica

Profa. Coordenadora: Maria Angela Faggin Pereira Leite

Supervisão Geral

José Tadeu de Azevedo Maia

Supervisão de Projeto Gráfico

André Luis Ferreira

Supervisão de Produção Gráfica

Divino Barbosa

Preparação e Revisão

Ivanilda Soares da Silva

Margareth Artur

Diagramação

Sóstenes Pereira da Costa

Tratamento de Imagem e Fitolito

Sidney Lanzarotto

Emendas

Eliane Aparecida Pontes

Montagem de Chapa

Adalto Lino Duarte de Farias

Cópia de Chapa

Juvenal Rodrigues

Impressão

José Gomes Pereira

Narciso Antonio dos Santos Oliveira

Ricardo de Sotti Machado

Acabamento

Ercio Antonio Soares

Juvenal Rodrigues

Nadir de Oliveira Soares

José Tadeu Ferreira

Dobra

Ercio Antonio Soares

Secretária

Eliane de Fátima Fermoselle Previde

Composição, fotolitos, impressão offset e acabamento

Laboratório de Programação Gráfica da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Pré-matriz

Linotronic Mark 40

Tipologia

Futura Lt BT, no corpo 11 para o texto, Futura Lt BT, no corpo 16 para os títulos,

Futura Md BT, corpo 12 para os subtítulos, Futura Lt BT, no corpo 8 para as legendas (itálico) e notas (normal),

Futura Lt BT, no corpo 10 para as bibliografias.

Montagem

21 cadernos de 8 páginas frente e verso

07 cadernos de 8 páginas coloridas

Tiragem

1.500 exemplares

Data

2004



ISSN 0104-6098



9 770104 609003

00019



PAISAGEM AMBIENTE **19**